

ROBERTO MANOEL ANDREONI ADOLFO

**A EMERGÊNCIA DO ESCRAVO-AGENTE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA
ESCRAVIDÃO ENTRE OS ANOS 1970 E 1980**

**ASSIS
2014**

ROBERTO MANOEL ANDREONI ADOLFO

**A EMERGÊNCIA DO ESCRAVO-AGENTE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA
ESCRAVIDÃO ENTRE OS ANOS 1970 E 1980**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para a obtenção
do título de Mestre em História (Área de
Conhecimento: História e Sociedade)
Orientador: Hélio Rebello Cardoso Junior

ASSIS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

A239e Adolfo, Roberto Manoel Andreoni
 A emergência do escravo-agente na historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980 / Roberto Manoel Andreoni Adolfo. - Assis, 2014
 145 f. : il.

 Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.
 Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior

 1. Historiografia. 2. Escravidão – Brasil. 3. Escravos.
I. Título.

CDD 907.2

ROBERTO MANOEL ANDREONI ADOLFO

A EMERGÊNCIA DO ESCRAVO-AGENTE NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA ESCRAVIDÃO ENTRE
OS ANOS DE 1970 E 1980

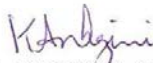
Dissertação apresentada à Faculdade
de Ciências e Letras – UNESP para a
obtenção do título de Mestre em
História (Área de Conhecimento:
História e Sociedade)

Data da Aprovação: 23/10/2014

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. HELIO REBELLO CARDOSO JUNIOR - UNESP/Assis



Membros: PROFA. DRA. KARINA ANHEZINI DE ARAUJO - UNESP/Assis



PROF. DR. JOSE COSTA D'ASSUNÇÃO BARROS - UFRRJ/Nova
Iguaçu

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro concedido por dois anos de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP–FCL/Assis), assim como também aos funcionários da biblioteca desta mesma instituição, sempre prestativos.

Ao professor Hélio Rebello Cardoso Jr pela orientação atenta e por saber, sem perder o senso crítico, estimular minhas ideias.

Aos professores Karina Anhezini, Milton Costa e Lucia Helena Oliveira Silva que, de variadas formas, souberam me auxiliar.

À Maria do Rosário Gregolin por cortesmente ter permitido que eu participasse de suas aulas destinadas à turma do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNESP-FLC/Araraquara.

Ao professor José D’Assunção Barros e Karina Anhezini por terem gentilmente aceitado o convite para participar de minha defesa.

A todos os amigos. Dentre eles Wellington Amarante, Camila López, Tiago Viotto e Ana Clara que, de formas diferentes, me ajudaram nesta jornada. Agradeço especialmente ao Igor Guedes Ramos que várias vezes, de forma atenciosa, me auxiliou.

Aos meus pais, Roberto e Sueli, pelo apoio incondicional.

Por fim, agradeço também à Marina Tonon que, na alegria ou na tristeza, sempre esteve presente.

ANDREONI, Roberto M. A. **A EMERGÊNCIA DO ESCRAVO-AGENTE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA ESCRAVIDÃO ENTRE OS ANOS 1970 E 1980**. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

Entre as décadas de 1960/1970 e 1980 a historiografia da escravidão no Brasil passou por diversas reformulações. Ao mesmo tempo em que os cursos de pós-graduação se consolidaram, as propostas teórico-metodológicas, os objetos e os temas de estudos sobre os escravos também ganharam novos contornos. Se durante anos 1960 e 1970 o modo de fazer história teve como principal preocupação o entendimento de questões estruturais de ordem econômica, no decurso dos anos 1980 o que se pôde presenciar foi uma crescente nos estudos voltados para temáticas culturais, com ênfase em recortes de menor abrangência. Dentro destas circunstâncias, a ressignificação pela qual a figura do escravo passou, apareceu como elemento chave para a compreensão das mudanças da historiografia do período. O objetivo desta dissertação, portanto, consiste em analisar as condições teóricas que possibilitaram a emergência do enunciado do escravo como agente histórico a partir dos anos 1980. Para isso, quatro estudos foram analisados: *O Escravismo Colonial* (1978) de Jacob Gorender, *Ser Escravo no Brasil* (1979) de Kátia Mattoso, *Rebelião Escrava no Brasil* (1986) de João José Reis e *Campos da Violência* (1988) de Silvia Hunold Lara.

Palavras Chaves: Historiografia, Teoria, Escravidão.

ANDREONI, Roberto. M. A. **THE EMERGENCE OF THE SLAVE-IN AGENT HISTORIOGRAPHY BRAZILIAN SLAVERY BETWEEN THE YEARS 1970 AND 1980**. 2014. 145f. Dissertation (Master's Degree in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

Between the decades of 1960/1970 and 1980 the historiography of slavery in Brazil has undergone several reformulations. While the postgraduate courses were consolidated, the theoretical and methodological proposals, the objects and subjects of studies on the slaves also gained new contours shades. During the 1960 and 1970 the mode way of making history had as its main concern the understanding of structural, financial issues, during the 1980 it was witnessed an increase in the studies on cultural issues, with emphasis on smaller scope. Within these circumstances, the new meaning which the figure of the slave underwent, appeared as a key element for understanding the changes in the historiography of the period. The purpose of this dissertation, therefore, is to examine the theoretical conditions that enabled the emergence of the statement of the slave as a historical agent since the 1980, four studies were analyzed: *O Escravismo Colonial* (1978) of Jacob Gorender, *Ser Escravo no Brasil* (1979) of Katia Mattoso, *Rebelião Escrava no Brasil* (1986) of João José Reis and *Campos da Violência* (1988) of Silvia Hunold Lara.

Keywords: Historiography, Theory, Slavery.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - A infraestrutura do regime escravista: <i>O Escravismo Colonial e sua fundamentação teórica</i>.....	18
1. Teoria e historiografia.....	18
1.1 Conceitos e princípios teóricos.....	18
1.2 Posicionamento historiográfico e diálogos gerais.....	23
2. Produto do encontro entre conceito e conteúdo histórico.....	28
2.1 A terra plantagem.....	28
2.2 O ser escravo.....	34
2.3 As leis econômicas	39
2.4 O teórico e o empírico.....	50
CAPÍTULO II - Escravo, sociedade e cultura: questões teóricas em <i>Ser Escravo no Brasil, Rebelião Escrava no Brasil e Campos da Violência</i>.....	59
1. Kátia Mattoso: por uma história do escravo no Brasil.....	59
1.1. Temáticas e objetos.....	59
1.2. Estratégias, abordagens e teoria.....	61
1.3. As fontes e o tratamento empírico.....	69
2. João José Reis e a história de uma rebelião escrava no Brasil.....	74
2.1. Temáticas e objetos.....	74
2.2. Estratégias, abordagens e teoria.....	77
2.3. As fontes e o tratamento empírico.....	83
3. Silvia Hunold Lara: escravidão e violência.....	88
3.1. Temáticas e objetos.....	88
3.2. Estratégias, abordagens e teoria.....	90
3.3. As fontes e o tratamento empírico.....	96
CAPÍTULO III - As articulações teóricas no processo de resignificação do escravo.....	102
1. Delimitando a emergência do enunciado do escravo-agente.....	102
2. Marx, Thompson e Genovese: economia, cultura e resistência na historiografia da escravidão.....	106
3. Novas fontes sob novos olhares.....	114
4. Identificando e interligando pesquisas: dois momentos na historiografia brasileira, dois modos de fazer história.....	119
5. A implementação dos cursos de pós-graduação e algumas relações entre o contexto institucional e o saber historiográfico.....	126
6. Política, sociedade e historiografia: do golpe de 64 à redemocratização.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
BIBLIOGRAFIA.....	140

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação consiste em analisar um momento específico da historiografia da escravidão. Trata-se de um período – passagem dos anos 1960/1970 para os anos 1980 – no qual a historiografia brasileira, de forma geral, sofreu diversas reformulações, tanto teórico-metodológicas, temáticas e empíricas, quanto institucionais. Naquelas duas primeiras décadas (1960/1970), os trabalhos foram predominantemente marcados por um modo de fazer história de viés teórico marxista e economicista, que priorizava a análise da totalidade da sociedade. Tal tendência historiográfica, ao buscar definir a realidade histórica brasileira por meio de suas estruturas produtivas, acabava apreendendo o escravo em sua dimensão de peça no jogo das relações sociais escravistas. A partir dos anos 1980, por sua vez, surgiu uma gama de pesquisas marcada por um modo de fazer história que, ao se contrapor à historiografia precedente, objetivou destacar a importância dos aspectos culturais nos fenômenos históricos, abrindo um leque de novas temáticas e recortes. Tal tendência historiográfica intentou resgatar a subjetividade do escravo e, com ela, a capacidade dele ser entendido como agente histórico.

Nosso objetivo, diante deste conteúdo historiográfico, é identificar alguns elementos – principalmente da ordem discursiva – que apareceram articulados à emergência deste enunciado do escravo como agente histórico. Como direcionamento da pesquisa, elencamos quatro trabalhos a serem analisados: *O escravismo colonial* (1978) de Jacob Gorender, *Ser escravo no Brasil* (1979) de Kátia Mattoso, *Rebelião escrava no Brasil* (1986) de João José Reis e *Campos da violência* (1988) de Silvia Hunold Lara.

Para que possamos melhor elucidar a escolha das obras e situar nosso objeto, apresentaremos um breve panorama da historiografia da escravidão, a partir de Gilberto Freyre, pois sua obra *Casa Grande & Senzala* (1933), além de representar um marco na historiografia da escravidão, também serviu de fundamento à crítica feita por Gorender, em *Escravidão Reabilitada* (1990), ao grupo de autores oitocentistas que buscaram enfatizar o papel dos escravos como agentes históricos, entre eles: Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara.

Casa Grande & Senzala sinaliza um rompimento com a historiografia precedente. Esta, ao apropriar-se dos referenciais teóricos racistas e valores europeus, compreendia o legado da escravidão – isto é, a miscigenação – como um empecilho na construção do Brasil nação, cuja população ideal deveria ser branca. Neste sentido, o autor se contrapõe às teses

racistas de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues. Se para estes a miscigenação constituía um problema nacional, para Freyre ela ganhava contornos positivos. O mestiço passou a ser motivo de orgulho brasileiro. Ao invés de degenerado, ele passou a representar a especificidade positiva da cultura brasileira. Além disso, *Casa Grande & Senzala*, cujas teses invertem a perspectiva até então dominante acerca das relações raciais no Brasil, também apresentaram inovações empíricas e teórico-metodológicas.

Formado nos Estados Unidos, e inspirado pela Antropologia norte-americana, Gilberto Freyre contrapôs à história tradicional – factual, cronológica, fundamentada em documentação oficial –, uma história de viés cultural, que se predispunha a diferenciar raça de cultura, que entendia a esfera da produção e da economia como “[...] uma influência sujeita à reação de outras [...]”¹, que dava importância ao que ele chamou de fatores “psicofisiológicos”², que chamava a atenção para as relações mútuas entre meio e cultura, e, por fim, que buscava apoio em fontes diferenciadas, como receitas culinárias, cantigas de roda, fotografias, folclore, brincadeiras infantis, relatos de viajantes, periódicos, entre tantas outras.

Dentre as teses de *Casa Grande & Senzala*, destacou-se o patriarcalismo como eixo explicativo da cultura brasileira, sendo elucidado em “[...] termos [...] de experiência de cultura e de organização da família, [...] a unidade colonizadora”.³ O encontro entre os brancos e as “raças de cor”, segundo Freyre, foi condicionado por dois fatores: o sistema produtivo, isto é, a “monocultura latifundiária”, e a “[...] escassez de mulheres brancas [...]”⁴. Enquanto o primeiro fator foi apontado como causa dos males da população brasileira, com destaque para a “deficiência alimentar”, o segundo, junto às necessidades dos colonizadores de constituírem famílias, abriu espaço de “confraternização” entre “vencedores e vencidos”. A miscigenação, então, cumpriu a função de corrigir a distância social entre casa grande e senzala⁵. Em outras palavras, enquanto a monocultura aumentou o antagonismo social entre senhores e escravos, a miscigenação agiu no sentido contrário: “[...] a índia e a negra mina [...] agiram poderosamente no sentido de democratização social do Brasil”⁶. A casa grande e a senzala representaram “[...] todo um sistema econômico, social, político”⁷. Para Freyre, o verdadeiro dono do Brasil teria sido o senhor de engenho. A casa grande aparece como centro

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. VIII.

² Ibidem., p. XXII.

³ Ibidem., p. X.

⁴ Ibidem., p. IX.

⁵ Ibidem., p. X-XI.

⁶ Ibidem., p. X.

⁷ Ibidem., p. XIII.

de “[...] coesão patriarcal e religiosa”⁸; do alto delas um “[...] terraço hospitaleiro, patriarcal e bom”⁹. O cenário do encontro entre a casa grande e a senzala é idílico.¹⁰

Embora com posições ideológicas diferentes da de Gilberto Freyre, data do mesmo período a publicação de outra obra que, além de também ter representado uma ruptura em relação à historiografia precedente, abriu uma perspectiva teórico-metodológica – de viés economicista –, que se tornou referência para diversos historiadores posteriores, entre eles Jacob Gorender: trata-se da obra *Evolução política do Brasil* (1933), junto a qual podemos acrescentar *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), ambas de Caio Prado Junior.¹¹

Objetivando transcender a análise da superfície dos acontecimentos, ou do nível das ideias, este autor buscou fundamentar seu método por meio de uma interpretação materialista da história, de modo que a análise das relações sociais, apoiada nestes pressupostos, possibilitou a emergência das classes sociais como categorias analíticas. Mas, o mais importante, por meio da ideia de *sentido* da evolução do povo brasileiro – isto é, da “[...] linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre numa determinada orientação [...]”¹² –, Caio Prado Junior buscou desvendar a estrutura da sociedade escravista, nela identificando três elementos fundamentais: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, estrutura que apareceu configurada e subordinada pela lógica do capital mercantil. Para o autor, o sentido da colônia é produto da expansão marítima e comercial europeia.

Como afirmado anteriormente, as obras de Caio Prado Junior tiveram grande repercussão na historiografia, tornaram-se referenciais teórico-metodológicos e abriram espaço para diversos outros historiadores que também se dedicaram a compreender o “sentido da colonização”¹³. Dentre estes autores, podemos citar alguns como Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. Para os dois primeiros, como em Caio Prado Junior, o sentido da evolução do Brasil foi condicionado pela lógica comercial europeia. Em *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado, por exemplo, o

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem., p. XXIV.

¹⁰ Cumpre destacar que a obra de Freyre teve boa acolhida pela historiografia norte-americana, com destaque para Frank Tannenbaum e Stanley M. Elkins, autores de *Slave and Citizen* (1947) e *Slavery: A problem in American Institutional and Intellectual life* (1959) respectivamente. Sobre este tema, ver: QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In: Marcos Cezar Freitas (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 1998. p. 105.

¹¹ Sobre a oposição ideológica entre estes dois autores, ver: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira 1933-1974*. 9 Ed. São Paulo: Editora Ática, 2000. 28-30.

¹² PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 24.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 19.

¹³ Sobre este tema, ver: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988. p. 16-25.

sistema produtivo colonial aparece como “[...] simples prolongamento de outros [...]” sistemas “maiores”¹⁴, de modo que “[...] a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”.¹⁵ Em consonância com este pensamento, Fernando Novais, em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, (1979), destacou a importância do “[...] capitalismo comercial do Antigo Regime como o sentido mais profundo da colonização”¹⁶. Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, por sua vez, também guiaram suas análises por meio da busca do sentido da evolução do Brasil, contudo, ao chegarem às conclusões diversas, ambos diferenciaram-se dos autores precedentes e defenderam a existência de uma lógica interna ao sistema produtivo colonial. Por meio da definição de um modo de produção historicamente novo, intitulado ‘escravismo colonial’, tanto Jacob Gorender quanto Ciro Flamarion Cardoso refutaram a ideia de que o sentido interno da colônia fosse exterior a ela própria.¹⁷

Como desdobramento desta tendência historiográfica marxista e economicista, dois outros debates podem ser identificados: um que buscou discutir a natureza dos *modos de produção* atuantes na evolução econômica do Brasil, e outro que se dedicou a revisar as teses de *Casa Grande & Senzala*, uma vez que estas teriam dado origem ao mito da democracia racial.

A discussão relacionada à natureza dos *modos de produção* pode ser explicada por meio da identificação de três grupos¹⁸. O primeiro deles é marcado pela defesa, parcial ou integral, da predominância do *modo de produção feudal* ou *semi-feudal* no Brasil. Este grupo é composto por obras como *Quatro Séculos de Latifúndio* (1963) de Alberto Passos Guimarães, *A Questão Agrária Brasileira* (1961) de Ignácio Rangel e *A História da Burguesia Brasileira* (1964) de Nelson Werneck Sodré, entre outros. O segundo grupo, por sua vez, pode ser identificado pela defesa do *modo de produção capitalista*, podendo apresentar expressões conceituais como *modo de produção subdesenvolvido*, *misto*, *subordinado*, etc, e presidindo o processo econômico brasileiro. Alguns dos trabalhos que defendem esta tese, que entende o modo de produção brasileiro como capitalista, são: A

¹⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. p. 95.

¹⁵ Ibidem., p. 5.

¹⁶ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1981. p. 92.

¹⁷ Ver: GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1978 e CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas. Estudos Econômicos* (São Paulo) XIII, nº1. 1983. p. 45-46.

¹⁸ Sobre este tema, ver: DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999. p. 45-49. Uma condensação deste debate também pode ser encontrada em: LAPA, José Roberto. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Revolução Brasileira (1966) de Caio Prado Junior, *Autoritarismo e Democratização* (1974) de Fernando Henrique Cardoso, *Escravidão e História* (1975) de Octávio Ianni e *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777/1808)* de Fernando Novais. Por fim, o terceiro e último grupo compreende que a evolução econômica do Brasil se deu por meio de um *modo de produção* específico, conhecido como *modo de produção escravista colonial*. Dentre os trabalhos que fazem essa leitura, destacam-se alguns como *O Escravismo Colonial* (1978) de Jacob Gorender e *Sobre os Modos de Produção Colonial da América* (1975) de Ciro Flamarion Cardoso.

Em consonância com esta discussão acerca da natureza dos *modos de produção* predominantes na evolução econômica do Brasil, a partir dos anos 1950 emergiu um outro debate voltado de maneira incisiva sobre as questões raciais no país. O mito da democracia racial ¹⁹, erigido a partir de *Casa Grande & Senzala*, passava a ser questionado por um determinado conjunto de autores. ²⁰

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a derrota do nazismo, e o consequente desprestígio das teorias raciais, a UNESCO patrocinou uma série de pesquisas dedicadas a compreender as relações raciais no Brasil, o que ocasionou a criação de um ambiente de contestação da ideia corrente acerca da harmonia nas relações raciais no país ²¹. Diversos autores ligados à USP (Universidade de São Paulo) e liderados por Florestan Fernandes e Roger Bastide, produziram, então, uma série de pesquisas, também direcionadas pelo aparato conceitual marxista, que se dedicou a analisar a posição do escravo dentro das estruturas produtivas da sociedade brasileira. Almejava-se, assim, compreender o legado da escravidão na vida dos negros depois de abolida a escravatura.

Data deste período a publicação de trabalhos como *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, *O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962) de Fernando Henrique Cardoso, *As metamorfoses do escravo*, *Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional* (1962) de Octávio Ianni, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964) de Florestan Fernandes e *Da Senzala à Colônia* (1966) de Emília Viotti da Costa.

¹⁹ Uma problematização do mito da democracia racial pode ser encontrada em: COSTA, Emilia Viotti Da. *Da Monarquia à República*. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 365-384.

²⁰ Isto não significa, porém, que esta proposta revisionista tenha se dado à parte do debate acerca da natureza dos modos de produção. Esses dois debates, no fluxo do caminho aberto por Caio Prado Junior, são, antes, desdobramentos de um mesmo processo historiográfico.

²¹ As pesquisas financiadas pela UNESCO colocaram em evidência a existência do preconceito racial no Brasil. O resultado de tais projetos de pesquisa foram publicados em *Race and Class in Rural Brazil* (1952) por Charles Wagley e *Relações Raciais Entre Negros e Brancos em São Paulo* (1955) por Roger Bastide e Florestan Fernandes.

Seguindo esta tendência historiográfica, foram produzidos diversos trabalhos nos anos 1960/1970, entre eles *O Escravismo Colonial* de Jacob Gorender. Ao buscarem desconstruir a leitura Freryana que enfatizava o caráter paternal e benevolente da escravidão no Brasil ²², estes autores acabaram por criar uma imagem da escravidão marcada pela violência e coação social sofrida pelo escravo, o que se dava como produto da lógica do sistema econômico do país. ²³

A partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, esta tendência historiografia – de viés teórico marxista e economicista – foi contraposta por uma nova geração de historiadores dedicados a estudar a escravidão. Com as transformações da sociedade brasileira no período de redemocratização, com o surgimento de novos atores sociais, com os movimentos dos operários, dos negros, dos sem-terra, o feminismo e a criação de novos partidos políticos, com a consolidação dos cursos de pós-graduação, com o estímulo crescente das agências de fomento a pesquisa, e, entre outras, com a descoberta dos trabalhos de autores estrangeiros, principalmente os de E. P. Thompson e de Eugene Genovese, a historiografia da escravidão no Brasil, durante os anos 1980, apresentou uma abertura de temas e propostas teórico-metodológicas.

Apesar da renovação acima exposta ter sido composta por uma grande massa de trabalhos – o que dificulta uma tentativa de balanço geral –, de forma simplificada podemos destacar ao menos duas tendências importantes: os estudos quantitativos, voltados para temas relacionados à demografia escrava, como a família e os preços dos escravos ²⁴, e os estudos da

²² Semelhante revisão historiográfica se deu na historiografia norte-americana. As obras de Frank Tannembaum e Stanley M. Elkins, que concordavam com Freyre acerca da amenidade das relações raciais durante a escravidão no Brasil, passou a ser questionada por autores como David Brion Davis, Charles W. H. Glaser, Boxer e Eugene Genovese. Ver: QUEIROZ, op. cit., p. 105-106.

²³ Vale destacar aqui uma obra que exerceu grande influência nestes trabalhos; trata-se de *Capitalism and Slavery* (1944) de Eric Williams. Tal obra, uma referência na abertura dos estudos marxistas sobre a escravidão nas Américas, inspirou sobretudo os autores da escola paulista ao enfatizar a importância dos fatores econômicos na organização da sociedade escravista. Ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. Estrutura e agência na historiografia da escravidão. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina De (orgs.). *O Historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008. p. 69-70.

²⁴ A gama de estudos que se enquadra neste perfil recebeu contribuição significativa de autores estrangeiros. Tais trabalhos podem ser evidenciados a partir de meados dos anos 1970. Dentre eles destacam-se alguns como: SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Tese (Ph.D) Stanford University, 1975; DEAN, Warren. *Rio Claro, a Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford, 1976. MELLO, Pedro Carvalho de. *The Economics of Slavery on Brazilian Coffee Plantations, 1850-1888*. Department of Economics University of Chicago, 1977; EINSEMBERG, Peter. *The Sugar Industry in Pernambuco*. Modernization without change. 1840-1910. Berkeley 1974; COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE, USP, 17 (2), 1987.

vida dos cativos que, mesclando questões culturais e sociais, trataram de temas como resistência, trabalho, tradição, religião, lazer, entre outros.²⁵

Mesmo com as especificidades de cada obra, durante os anos 1980 podemos perceber a emergência de um referencial que perpassou a maioria dos trabalhos deste período: o entendimento do escravo como agente histórico.²⁶

Ao denominarem que a historiografia precedente relegava ao escravo uma função de peça – cuja operacionalidade se realizava através da violência e da coação – das relações sociais de produção, a nova geração de historiadores buscou contrapor ao termo *estrutura* a noção de *experiência*. Se na leitura da historiografia precedente as principais formas de resistência escrava, diante das estruturas econômicas produtivas, eram as revoltas, fugas e suicídios, na historiografia oitocentista os historiadores, ao introduzirem em suas análises uma perspectiva cultural que valorizava a visão do escravo, terminaram por identificar outras formas mais amenas de resistência, anteriormente entendidas como formas de acomodação.

Neste sentido, Gilberto Freyre também foi questionado, pois à amenidade das relações escravistas e à docilidade dos escravos pintados em *Casa Grande & Senzala* foi contraposta o escravo que negociava, isto é, o escravo que, ao obedecer, visava os benefícios consequentes da conquista da afeição senhorial. Seguem os pressupostos desta tendência historiográfica, salvo as nuances de cada um, os trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, *Ser escravo no Brasil*, *Rebelião escrava no Brasil* e *Campos da violência*, respectivamente.

Jacob Gorender, um dos expoentes da tendência historiográfica dos anos 1960/1970, recebeu de forma crítica as inovações teórico-metodológicas apresentadas pela nova historiografia da escravidão. Em 1990, o autor redigiu um ensaio intitulado *A Escravidão Reabilitada*, onde teceu uma série de críticas a diversos trabalhos publicados durante os anos

²⁵ Alguns exemplos destes trabalhos, são: MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Ser escravo no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1982; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo Machado. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988; LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; e, entre outros, CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁶ Sobre este assunto, ver: CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no Imaginário Acadêmico: Escravos e Trabalhadores na Historiografia Brasileira desde os anos 80. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009; LARA, Silvia Hunold. Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Revista do Departamento de História da PUC-SP*, n.12, 1995; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.8 nº16, pp. 143-160, 1988.

da década de 80. O ponto nodal das críticas foi o resgate da subjetividade do escravo, que teria servido para transformá-lo em agente colaborador da escravidão.²⁷

[...] se a historiografia brasileira pretensamente nova quis recuperar a subjetividade autônoma do escravo, não o fez para destacar as reações anti-sistêmicas, como os levantes, quilombos, atentados e fugas. Ao contrário, subiram ao primeiro plano as estratégias cotidianas e suaves de acomodação do escravo ao sistema escravocrata. Recuperou-se a subjetividade do escravo para fazê-lo agente voluntário da reconciliação com a escravidão.²⁸

Dois aspectos neste comentário podem ser destacados: o alerta à desconsideração que os autores oitentistas tiveram em relação às reações escravas anti-sistêmicas e o entendimento de que o resgate da subjetividade dos escravos os tivessem transformado em agentes voluntários da *reconciliação* com a escravidão.

No primeiro aspecto se sobressai a preocupação de Gorender com a importância das questões sistêmicas. Isso sugere que os pressupostos teórico-metodológicos de Gorender, ou seja, a perspectiva de que as sociedades devem ser entendidas prioritariamente por meio da análise de suas estruturas produtivas, e da sua compreensão como totalidades, sistemas articulados, parece ter sido uma marca da historiografia dos anos 1960/1970, que a impediu de apreciar os estudos oitentistas, uma vez que estes desconsideravam o valor das estruturas na análise da escravidão. Parece haver, neste ponto, então, uma ruptura teórica entre os anos 1960/1970 e 1980.

No segundo aspecto, por sua vez, Gorender sugere a aproximação ideológica entre a nova historiografia da escravidão e Gilberto Freyre. Se *Casa Grande & Senzala* teria habilitado a escravidão ao defender a tese de que as relações raciais durante o regime escravista eram harmônicas, a geração oitentista também teria reabilitado a escravidão, pois, para Gorender, a ideia do escravo como agente histórico na escravidão remetia à ideia de um escravismo consensual, patriarcal.

A nova historiografia da escravidão, portanto, seria devedora da visão Freyriana. Esta crítica de Gorender ganha significado se lembrarmos de que *O Escravismo Colonial* foi publicado em um ambiente de revisão às teses de Freyre e de desmistificação do mito da

²⁷ Vale destacar que a repercussão da crítica feita por Gorender transcendeu os limites da academia. Em novembro de 1990, Sidney Chalhoub publicou um artigo – *Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores* – no jornal *A Folha de São Paulo*, onde se dedicou a rebater as críticas erigidas em *A Escravidão Reabilitada*. Um réplica foi publicada por Gorender – *Como era bom ser escravo no Brasil* –, e uma tréplica, ainda, foi escrita por Silvia Hunold Lara – *Gorender escraviza história*. A questão do escravo, como vítima ou agente, apareceu como central nos três artigos.

²⁸ GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 20.

democracia racial, elementos que levaram os historiadores do período a ressaltar a opressão e a violência empregadas no regime escravista.

De acordo com Gorender, “[...] o prenúncio da virada de retorno à linha de Gilberto Freyre, precisamente nos meios acadêmicos, veio com um livro de Kátia M. de Queiróz Mattoso [...]”, *Ser escravo no Brasil*, publicado originalmente em língua francesa em 1979, e, em português, em 1981²⁹. Para o autor, em toda a obra de Mattoso perpassaria uma exaltação da acomodação e do ajustamento. Seguindo os passos de Freyre, o regime escravista também seria pautado por um sistema patriarcalista: de um lado o senhor generoso, do outro o escravo dócil, abrigado pela família senhorial. Se *Casa Grande & Senzala* ressaltaria a “[...] doçura das relações escravo-senhor [...]”, *Ser escravo no Brasil* destacaria a “ternura”. A sociedade escravista seria propícia à mobilidade; a “instituição familiar” daria “[...] lugar a parentelas, compadrios e solidariedades”.³⁰

Seguindo a mesma linha crítica, Gorender também questiona *Campos da violência* de Silvia Hunold Lara. Segundo o autor, em tal obra apareceria a ideia de que a coisificação do escravo “[...] excluiria sua existência como pessoa”. Gorender discorda de tal proposição e afirma ser preciso diferenciar *coisificação social* de *coisificação subjetiva*. A condição do escravo, segundo o autor, antes de tudo, deveria ser entendida por meio da contradição entre ser coisa e ser pessoa, pois se “[...] suprimida essa contradição, como o faz Silvia Lara, a escravidão deixa de ser escravidão”³¹. O ponto mais importante, contudo, reside no fato de que Silvia Hunold Lara teria negado a “[...] violência no escravismo colonial”. Isto é, em *Campos da violência*, ao definir o “[...] escravo como ator, a escravidão deixava de ser relação imposta e se convertia em relação contratual”. O castigo “justo”, “pedagógico”, então, apareceria como algo aceito pelo escravo. A violência é historicizada. Nestas condições, para o escravo, em sua relação contratual com o senhor, seria mais vantajoso “[...] confirmar a expectativa senhorial de fidelidade, obediência e trabalho assíduo para obter a alforria e outras vantagens”.³²

Em consonância com esta crítica, outras três obras ainda foram questionadas por Gorender: *Rebelião escrava no Brasil* de João José Reis, *Negociações em Conflito* de Eduardo Silva e João José Reis e *Ideologia em Escravidão* de Ronaldo Vainfas. Nas três, o ponto ressaltado é o mesmo: o resgate da subjetividade do escravo, ou seja, sua transformação

²⁹ Ibidem., p. 14.

³⁰ Ibidem., p. 23.

³¹ Ibidem., p. 23.

³² Ibidem.

em agente acabou servindo para designá-lo como agente voluntário da escravidão, esta entendida como um sistema patriarcalista ao estilo de *Casa Grande & Senzala*. Se no trabalho Ronaldo Vainfas este aspecto apareceria da forma menos intensa, na pesquisa de João José Reis o escravo chegaria ao ponto de preferir a escravidão pura à escravidão assalariada. O mesmo aconteceria com a obra de João José Reis em pareceria com Eduardo Silva, isto é, os escravos teriam “[...] a possibilidade de negociar, de explorar em proveito próprio aspectos do sistema escravista ou da situação pessoal do senhor ao qual deviam obediência [...]”, o que resultaria em uma colaboração mútua entre senhores e escravos. Para Gorender, o resultado da substituição do escravo-vítima pelo escravo-sujeito acabaria sendo o mesmo: “[...] a nulificação da resistência”.³³

Outras temáticas ainda são abordadas em *Escravidão Reabilitada*, entre elas, a questão populacional, as famílias, o tráfico, a agricultura, a brecha camponesa, o mercado interno e as variedades do ser escravo. Todas elas sob uma perspectiva crítica específica. Isto é, os estudos criticados teriam pecado pelo fato de terem abordado temas secundários, sem que fossem relacionados com a estrutura elementar do escravismo colonial. Para Gorender, então, a desvalorização das estruturas produtivas como eixo explicativo de todos os elementos da colônia foi o grande erro da tendência historiográfica delineada a partir dos anos 1980. Vale ressaltar, ainda, que mesmo que os temas tratados em *Escravidão Reabilitada* fossem variados, todos eles apontaram para a possibilidade do escravo ser entendido como agente histórico. É neste sentido que escolhemos tal temática como objeto de análise para nossa dissertação. Trata-se de uma questão central que, além de perpassar toda a crítica feita por Gorender, também, como vimos anteriormente, apareceu como eixo fundamental nas propostas analíticas apresentadas pelos estudiosos da escravidão a partir dos anos 1980.

A presente dissertação, portanto, parte desta crítica feita por Gorender: única crítica sistematizada produzida pela tendência historiográfica dos anos 1960/1970 como reação aos estudos emergidos a partir dos anos 1980, apontamentos que colocam em evidência os pressupostos e limites da historiografia dos anos 1960/1970. Crítica esta produzida por um autor que seguiu a trilha aberta por Caio Prado Junior, que participou ativamente dos debates acerca dos *modos de produção* e que procurou desmitificar o mito da democracia racial, buscando colocar em evidência a violência e as mazelas do regime escravista. Seguindo esta crítica que coloca em destaque a questão do escravo agente como tema fundamental, optamos pelas obras que mais ganharam destaque nos questionamentos feitos por Gorender: *Ser*

³³ Ibidem., p. 26.

escravo no Brasil de Kátia Mattoso, *Rebelião escrava no Brasil* de João José Reis e *Campos da violência* de Silvia Hunold Lara.³⁴

Dentro do recorte proposto e com o objetivo de analisar os elementos atuantes no aparecimento do enunciado do escravo agente histórico, esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo buscamos evidenciar os pressupostos teóricos e empíricos que fundamentaram a obra de Gorender, *O Escravismo Colonial*. No segundo capítulo, por sua vez, seguimos o mesmo procedimento, porém analisando as obras *Ser escravo no Brasil* de Kátia Mattoso, *Rebelião escrava no Brasil* de João José Reis e *Campos da violência* de Silvia Hunold Lara. A intenção, com estes dois primeiros capítulos, foi a de penetrar nas obras, buscando trazer à tona todos os esquemas teóricos explicativos, os conceitos, as visões sobre a realidade histórica, os diálogos com campos históricos diversos, como a História Econômica, a História Social, a História das Mentalidades, a História cultural, entre outros., os tipos de fontes, o tratamento empírico, os temas e os objetos. Tal exercício nos deu suporte para a realização do terceiro capítulo. Nele, por meio do surgimento do escravo agente histórico como eixo da nossa análise, buscamos comparar a tendência historiográfica evidenciada em Gorender com a tendência dos outros três estudos dos anos 1980. Em outras palavras, procuramos identificar e expor todos os elementos – como os conceitos, as influências teóricas, as estratégias, as fontes, as reformulações institucionais, etc., –, que apareceram articulados à ideia do escravo como agente histórico.

Nosso maior propósito, com essa dissertação, foi responder a seguinte pergunta: “[...] como ocorre que tal enunciado tenha surgido e nenhum outro em seu lugar?”³⁵. Isto é, qual a articulação apresentada entre os elementos discursivos que impediu o aparecimento do enunciado do *escravo agente* no obra de Gorender, mas que possibilitou a emergência do mesmo enunciado nas obras de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara? Na busca por responder tal questão acreditamos ter conseguido nos aproximar de questões essenciais que singularizaram e diferenciaram duas tendências historiográficas que marcaram a historiografia da escravidão entre os anos 1960/1970 e 1980.

³⁴ A escolha destas obras se deu pelo fato delas ocuparem um papel central na crítica de Gorender acerca da reabilitação da escravidão a partir do resgate da subjetividade do escravo, nosso foco central de análise.

³⁵ FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamentos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 92.

CAPÍTULO – I

A INFRAESTRUTURA DO REGIME ESCRAVISTA: O ESCRAVISMO COLONIAL E SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Teoria e historiografia

1.1 Conceitos e princípios teóricos

Neste tópico buscaremos identificar os principais pressupostos teóricos que nortearam a obra *O Escravismo Colonial*. Primeiramente apresentaremos os principais conceitos empregados por Gorender, depois abordaremos a questão da determinação histórica, e, por fim, as divergências da posição teórica do autor em relação ao historicismo e ao estruturalismo.

Para Gorender, a sociedade humana, entendida como um sujeito singular, único e “contínuo da história”, que envolve todas as formas de organizações sociais, no decorrer da história, entra em contradição consigo mesma por meio do antagonismo de classes e se pluraliza “[...] pela multiplicidade de formações sociais coexistentes e sucessivas”³⁶. Ora, temos de imediato um primeiro e amplo conceito – o de *formação social* – que abrange praticamente todos os outros conceitos com os quais Gorender trabalhará.

As formações sociais são categorias que abrangem dois principais conceitos, o de modo de produção, que está relacionado com o que se denomina como base ou infraestrutura, e o conceito das “[...] formas de consciência social e instituições [...]”, que são construídas sobre as bases do modo de produção e que se identificam com o que podemos chamar de superestrutura. Sendo assim, de acordo com Gorender, “[...] estrutura [modo de produção] e superestrutura [formas de consciência e instituições] se englobam e se articulam em cada formação social”.³⁷

Duas delimitações ainda são feitas acerca do conceito de modo de produção. A primeira refere-se ao fato de que o modo de produção não se resume unicamente à produção de bens materiais, pois a circulação e a distribuição do que é produzido também são elementos que aparecem interligados, junto com o ato da produção, ao modo de produção

³⁶ GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1978. p. 23.

³⁷ Ibidem., p. 23.

como um todo. Como consequência, a segunda delimitação coloca em evidência duas principais categorias que aparecem atreladas ao modo de produção: a de forças produtivas e a de relações sociais de produção.

A primeira categoria supracitada diz respeito aos elementos necessários para que a produção possa ser efetuada. Esta categoria condiz com o agente subjetivo³⁸ e os meios de produção – ferramentas, objetos de trabalho, conhecimentos técnicos, etc. Já as *relações sociais de produção* estão relacionadas com as formas de organização que os grupos humanos assumem entre si para produzirem os bens materiais. Diante disso:

O modo de produção tem a forma de estrutura de relações entre os homens, consolidadas, permanentes, repetidas no cotidiano da vida social, relações apoiadas nas necessidades da produção organizada segundo determinado caráter assumido pelo desenvolvimento das forças produtivas. O modo de produção é, assim, por si mesmo, um modo de reprodução continuado das relações de produção e das forças produtivas.³⁹

Esse esquema de conceitos interligados que dão forma a uma estrutura de relações humanas abriu espaço para Gorender explicitar a forma pela qual se dão as transformações históricas. De acordo com o autor, diferentemente dos animais, os homens são capazes de alterar as forças produtivas que fazem parte do modo de produção no qual estão inseridos. Por meio da “[...] acumulação de meios de produção e de conhecimentos técnicos [...]”, os homens transformam as forças produtivas.⁴⁰

Diante de tal mudança, as relações sociais de produção tornam-se inadequadas e precisam ser transformadas para se harmonizarem ao novo status das forças produtivas. As demandas de tais alterações requerem novos modos de produção que, por sua vez, ao condicionarem mudanças na superestrutura, fomentam novas formações sociais. É esta lógica de movimento social que se denomina como materialismo histórico.

Aqui poderíamos indagar se esta lógica de transformações implicou em um sentido determinado da história. Será que a acumulação das forças produtivas atribui uma direção específica para onde se dirige a história? Por exemplo, a acumulação das forças produtivas de um modo de produção feudal deve implicar necessariamente na formação de um modo de produção capitalista? Como veremos, Gorender refuta esta perspectiva e atribui tal leitura principalmente a Josef Stálin (1879-1953), que, em sua visão, foi o responsável pela

³⁸ Gorender denomina o trabalhador humano como agente subjetivo para não confundi-lo com capital fixo.

³⁹ GORENDER, op. cit., p. 24.

⁴⁰ Ibidem,.

oficialização deste entendimento teleológico da história. Para Gorender, a crítica feita por Karl Marx (1818-1883) à Economia Política Clássica ⁴¹ possibilitou um olhar histórico sobre as categorias universais que este saber concebia. Deste modo, para Marx, deve-se ter por objeto a variedade dos modos de produção, cada um deles regido por leis específicas. Ou seja, os fundamentos econômicos que aparecem nas sociedades em geral não são universais e não são os mesmos com o passar dos tempos, eles variam junto com as transformações dos períodos históricos. Mesmo que o conceito de modo de produção, por apresentar certa generalidade, perpassasse todas as épocas da história – pois, segundo Gorender, todas elas apresentariam alguma forma de organização social produtiva –, ele continua capaz de compreender as especificidades e as lógicas internas dos modos de produção historicamente determinados.

Esta perspectiva que historiciza os modos de produção, segundo Gorender, teria sido distorcida por uma leitura que atribui um sentido evolutivo universal à sequência histórica dos modos de produção. Para o autor, o fato de Marx ter discorrido sobre épocas progressivas como modo de produção asiático, antigo, feudal e capitalista, não significa que ele defendesse uma sequência previsível, universal, dos modos de produção. Para ilustrar este postulado, Gorender cita tanto algumas passagens do pensador alemão, como outras de seu parceiro intelectual Friederich Engels (1820-1895). Deste último autor, por exemplo, Gorender cita o texto *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* ⁴², no qual pode ser encontrada uma defesa da ideia de que a evolução dos povos germânicos passou do estágio de comunidade primitiva diretamente para o estágio do feudalismo – uma evolução que rompe com a noção evolutiva linear na qual o estágio escravista viria necessariamente após o da comunidade primitiva. Tal perspectiva, defendida por Marx e Engels, teria sido esterilizada a partir do “[...] momento em que, no campo do marxismo, se instaurou o esquema da sequência evolutiva universal de cinco modos de produção fundamentais [...]”. ⁴³

Apesar desta distorção do pensamento de Marx, Gorender também identificou – sem citar obras específicas – a existência de trabalhos marxistas que valorizavam a pluralidade histórica dos modos de produção sem cair nos esquemas lineares e previsíveis. A seguinte passagem evidencia a posição de Gorender em relação a tais trabalhos e ao papel das forças produtivas no processo histórico:

⁴¹ Sobre a Economia Política, ver: FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. O Significado Histórico da Economia Política. In: Pedro de Alcântara Figueira (Org.). *Economistas Políticos*. São Paulo: Musa Editora, 2001.

⁴² GORENDER, op. cit., p. 28.

⁴³ Ibidem., p. 29.

[...] as investigações marxistas mais recentes vêm explorando a multilinearidade da evolução histórica, de acordo com a concepção genuína de Marx e Engels. [...] Ao invés da teleologia, do finalismo ideológico, o reconhecimento do progresso histórico decorre de um critério objetivo: o da imanência da dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas – em primeiro lugar, os próprios homens – e a revolução das relações sociais de produção.⁴⁴

É a partir de tal jogo dialético entre estes conceitos – que se dão no cerne do modo de produção –, que se configura o chamado materialismo histórico, e é por meio desta perspectiva que Gorender acredita chegar ao entendimento do movimento histórico. Cabe aqui observar como estes fundamentos delineiam uma proposta teórico-metodológica – chamada por Gorender de categorial-sistemática – que se interpõe entre historicismo e estruturalismo.

O historicismo, no qual Gorender agrega autores como Wilhelm Dilthey (1833-1911), Benedetto Croce (1866-1952) e Heinrich Rickert (1863-1936), foi marcado por uma visão da história em que não havia a repetição de acontecimentos, pois estes eram singulares. Além disso, para tal corrente, não havia leis ou causalidades gerais, de modo que os conceitos operatórios deveriam ser sempre individualizados e adequados às singularidades históricas. O problema deste modo de apreender a história, segundo Gorender, se dá pelo motivo de que os historiadores são incapazes de apreender, de maneira fiel, os acontecimentos fatuais – como pretendiam estes historicistas –, pois a tarefa de criar vínculos entre os acontecimentos, esforço necessário à narrativa histórica, implicava sempre no recurso a elementos extra-históricos – ou seja, elementos exteriores ao nível empírico dos objetos históricos – ou à “[...] ideologia compreensiva do historiador”⁴⁵. Além disso, Gorender também afirmou que o historicismo, ao desconhecer qualquer tipo de determinação histórica ou eixo explicativo para o encadeamento dos acontecimentos, acabou por atribuir ao acaso um fator determinante, e o acaso, ao se tornar absoluto, seria “[...] uma categoria filosófica ao mesmo título que a necessidade e o determinismo”⁴⁶. De uma forma geral, o que Gorender parece querer dizer é que os historiadores devem assumir a necessidade teórica que o estudo das questões históricas requer. Apesar de reconhecer a importância das análises voltadas para o nível do particular –

⁴⁴ Ibidem, p. 30-31.

⁴⁵ Ibidem, p. 32.

⁴⁶ Ibidem,.

pois elas representariam uma especialização do estudo histórico –, o autor deslegitima, pelos motivos acima apresentados, a proposta historicista.⁴⁷

Sendo assim, como forma de superar a análise preocupada com os acontecimentos singulares, Gorender sugeriu a utilização do método categorial-sistemático. Tal proposta – empregada por Marx em sua obra *O Capital* – tinha como intenção compreender as relações entre as categorias internas que constituem e configuram uma totalidade orgânica.

Ora, esse tipo de direcionamento analítico do método categorial-sistemático poderia aproximá-lo do método estruturalista, pois, como afirma Tom Bottomore “[...] a principal característica do método estruturalista é tomar como seu objeto de investigação um sistema, isto é, as relações recíprocas entre um conjunto de fatos, e não fatos particulares examinados isoladamente”⁴⁸. Como observaremos, Gorender aceita a relação da teoria marxista com o estruturalismo, mas de maneira pontuada. A principal divergência entre estes dois modos de analisar a sociedade se dá na questão do movimento histórico. Para Gorender, o estruturalismo não contempla ferramentas teóricas suficientes para explicar as transições que se dão na história. No caso de Althusser (1918-1990)⁴⁹ – filósofo francês que relacionou marxismo com estruturalismo – por exemplo, “[...] a história ficou resumida nas variações e combinações de uma estrutura autoperpetuante [...]”, e “[...] o invariante estrutural seria a condição das variações concretas das contradições [...]”⁵⁰, ou seja, no modelo estruturalista não há uma perspectiva histórica acerca das mudanças históricas, pois, nele, estas estariam subordinadas a elementos a-históricos. Na teoria marxista, por outro lado, o materialismo histórico aparece como chave-explicativa para expor os movimentos e transições históricas. Como vimos anteriormente, o método do materialismo histórico defende que o avanço das forças produtivas as coloca em contradição com as relações de produção fazendo com que estas se transformem e se adaptem ao novo status das forças produtivas. Tal movimento, portanto, configuraria e explicaria as transições entre os modos de produção.

Como podemos perceber, Gorender opera sua pesquisa utilizando diversos conceitos relacionados à teoria marxista que sustentam a aplicabilidade do método do materialismo

⁴⁷ Para maior aprofundamento do tema do historicismo, ver: VARELLA, Flávia. *A Dinâmica do Historicismo*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008; BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

⁴⁸ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 207-208.

⁴⁹ Jacob Gorender, ao longo do ensaio *O Escravismo Colonial*, estabelece vários diálogos com as proposições teóricas de Althusser, que durante a década de 1970 exerceu significativa influência na historiografia brasileira; sobre este assunto, ver: SAES, Décio. O Impacto da Teoria Althusseriana da História na Vida Intelectual Brasileira. In: MORAES, João Quartim de. (Org.). *História do Marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações*. Vol. 3. 2.ed. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2007.

⁵⁰ GORENDER, op. cit., p. 36-37.

histórico. Todos estes conceitos interligados, por sua vez, configuram uma teoria a nível de modelo explicativo e embasam as reflexões de Gorender sobre questões como a do movimento e sentido históricos. Se, portanto, considerarmos o cerne do paradigma do materialismo histórico, fundado por Marx, como o entendimento do movimento histórico, partindo das contradições entre *forças produtivas* e *relações sociais de produção*, poderemos, por ora, compreender que a teoria aplicada no *Escravidismo Colonial* refere-se a uma *teoria da história* inserida dentro do paradigma do materialismo histórico. Reforça esta assertiva o seguinte trecho do prefácio da Crítica À Economia Política em que Marx sintetiza a ideia de materialismo dialético:

Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez.⁵¹

Este trecho, portanto, não deixa dúvidas quanto à semelhança entre os pressupostos teóricos de Jacob Gorender e de Karl Marx. Vale lembrar, contudo, que as teorias da história que estão inseridas em determinado paradigma não apresentam, necessariamente, uma ortodoxia formal em relação às nuances do paradigma como um todo. Muitas destas teorias, pelo contrário, apresentam divergências entre si de acordo com a intensidade que dialogam com outros paradigmas, disciplinas, temáticas, teorias específicas, etc. Gorender, por exemplo, ao valorizar a análise das estruturas produtivas estaria mais próximo de um marxismo de viés economicista do que E. P. Thompson que buscou salientar a importância da cultura na teoria marxista.

1.2 Posicionamento historiográfico e diálogos gerais

Existem teorias que estão diretamente relacionadas com seus objetos de estudo. É o caso da teoria dos regimes totalitários, por exemplo. Apesar da teoria empregada por Gorender não corresponder a este tipo de teoria específica, o historiador estabelece um campo

⁵¹ MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: José Arthur Giannotti (org). *Os Pensadores* XXXV. Rio de Janeiro: Abril, 1974. p. 136.

de diálogos com diferentes autores que de formas variadas se aproximaram do seu objeto de estudo – a realidade brasileira colonial.

Em sua obra, Gorender define três principais linhas de interpretação histórica do Brasil que nos permitem compreender qual a posição que *O Escravismo Colonial* visou ocupar diante delas, assim como também identificar quais foram os principais interlocutores com os quais o autor buscou dialogar. Por meio destas questões, esperamos compreender a posição teórica que Gorender ocupa dentro deste campo de trabalhos por ele definido.

Dentro da primeira linha interpretativa apresentada por Gorender, estão inseridos quatro principais autores: Gilberto Freyre (1900 - 1987), Oliveira Vianna (1883 - 1951), Alberto Passos Guimarães (1908 - 1993) e Nelson Wernerck Sodré (1911 - 1999). Os dois primeiros, apesar de suas divergências, fundamentaram suas explicações do quadro social brasileiro a partir da noção de classe senhorial. Tal perspectiva compreendia a formação da sociedade brasileira como sendo patriarcal e aristocrática de tipo feudal. Embora para Gorender esta tipologia feudal fora construída de forma imprecisa por Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, em relação a Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, o que se deu, apesar de uma posição ideológica diferente da dos dois primeiros autores, foi a elaboração de uma “[...] teoria categórica da sociedade feudal no Brasil”⁵². Deste ponto de vista explicativo, que passou a atribuir maior importância ao latifúndio e não mais à classe senhorial como fez Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré explicou o feudalismo como um fenômeno baseado em relações escravistas – estas sendo consideradas secundárias –, e Alberto Passos Guimarães o explicou como um sistema no qual a escravidão apareceria apenas de forma limitada.

A segunda linha interpretativa apresentada por Gorender confere uma mudança no fator explicativo central. Se nas posições anteriores o que prevalecia era a classe senhorial e o latifúndio como principais fatores da sociedade brasileira, agora a categoria central passava a ser a do comércio exterior.

Esta perspectiva, identificada com a historiografia econômica, por meio do que Gorender chama de *teoria dos ciclos*, confunde a história do Brasil com a história de sua função de fornecedora de matérias primas. Dentro deste segmento interpretativo Gorender destaca dois principais autores, J. F. Normano (1907 - 1945), que em sua obra *Evolução Econômica do Brasil* (1939) buscou desvendar os mecanismos responsáveis pelas mudanças

⁵² GORENDER, op. cit., p. 16

entre ciclos econômicos, e Roberto Simonsen (1889 - 1948) cuja obra *História Econômica do Brasil* (1937) representou o aprimoramento da *teoria dos ciclos*.

Por fim, o terceiro e último tipo de interpretação, reconhecido por Gorender, refere-se ao modelo que buscou compreender os “[...] ciclos econômicos dos produtos de exportação [...]” não mais “[...] como épocas ou sistemas econômicos [...]”, mas sim como manifestações de algo mais amplo, ou seja, de “[...] uma estrutura exportadora da economia colonial”⁵³. Para Gorender, foi a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr (1907 - 1990) que deu início a tal modelo explicativo. Segundo o autor, esta obra permitiu que antigas preocupações, como a dos aspectos comerciais da história do Brasil, abrissem espaço para a análise de elementos mais profundos referentes ao âmbito econômico-social do país, sem, contudo, perder de vista o fator comércio externo, pois é ele que atribuiria o sentido da evolução brasileira. Como veremos mais adiante, este é um ponto chave para Gorender, pois Caio Prado Jr., ao explicar a história do Brasil a partir da estrutura exportadora, atribui a esta o fator que dá sentido a escravidão, e não o contrário. Para concluir, o autor destaca que tal modelo explicativo – que valoriza o ponto de vista da estrutura exportadora como algo que perpassa e explica todas as atividades históricas do período – teria formado uma base da qual teriam partido diversos autores como Celso Furtado (1920 - 2004) e toda uma gama de “[...] historiadores paulistas, de Alice Canabrava a Fernando Novais”.⁵⁴

A partir daqui podemos adiantar que Gorender se contrapõe a todas estas linhas interpretativas ao propor a escravidão como chave explicativa do quadro geral da história do Brasil. Segundo o autor, nenhuma destas linhas interpretativas postas em questão delegaram à escravidão a sua devida importância, pelo contrário, por meio da ênfase dada a outros fatores – como à classe senhorial e sua tipologia feudal, ou às relações comerciais e à estrutura exportadora com suas tipologias capitalistas –, a escravidão fora relegada a segundo plano, sempre sendo explicada por tais fatores, nunca explicando-os. Cabe a nós, portanto, neste momento, tentar compreender como Gorender, por meio de algumas críticas de ordem teórica⁵⁵, buscou deslegitimar tais linhas interpretativas e justificar sua contraposição a elas.

Começamos pelos problemas teóricos apontados por Gorender em relação aos modelos explicativos fundamentados na categoria feudalismo. Dois autores aqui são apontados, Nestor Duarte (1902 - 1970) e Alberto Passos Guimarães. No que diz respeito ao

⁵³ Ibidem., p. 17.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ De acordo com Gorender, os principais entraves teóricos atribuídos à estas linhas interpretativas ganham relevo quando se coloca em evidência o conceito de *relações sociais de produção*. Veremos as tentativas de desdobramento de tal assertiva logo adiante.

primeiro, Gorender afirma que a posição do autor apresenta certa coerência enquanto ele se mantém no nível de explicação de elementos não econômicos, mesmo que para delimitar um tipo de feudalismo atípico. O problema, contudo, aparece quando se trata de explicar a escravidão, pois Nestor Duarte, ao defini-la como um tipo de escravidão doméstica, segundo Gorender, não sustentava um tipo de produção feudal, como o da Idade Média, mas sim um tipo de produção típico do escravismo antigo onde as relações sociais de produção eram baseadas na escravidão e não na servidão, como se deu no feudalismo. O impasse teórico se resolveria, na visão do autor, abandonando a definição de feudalismo e compreendendo o escravismo colonial como fator explicativo, e não o contrário.⁵⁶

Em relação a Alberto Passos Guimarães, Gorender critica a noção defendida pelo autor de que o modo de produção, que teria atuado no Brasil, era original, peculiar, pois combinava elementos diferentes, como “[...] o regime feudal da propriedade e o regime escravista do trabalho”⁵⁷. Para Gorender tal proposta não se sustenta, pois haveria aí uma contradição formal. O autor adverte que a análise feita por Alberto Passos Guimarães aborda o regime territorial em separado, e sugere que para uma compreensão do modo de produção como um todo coerente, o regime territorial deveria ser investigado a partir de sua conexão com as relações de produção, somente deste modo, o regime poderia receber uma classificação – no caso, a de escravismo colonial – livre de justificações, diferentemente da abordagem feudalista que precisava abrir parênteses diante das contradições internas.

Por outro lado temos as críticas de Gorender feitas tanto em relação à linha interpretativa, que se baseia em chaves explicativas como o mercado, quanto a que se fundamenta na estrutura econômico-social, sob a perspectiva de fatores externos.

Em relação à utilização do mercado como atribuidor de sentido à evolução histórica do Brasil, Gorender afirma que tal metodologia, ao reclamar categorias explicativas como *mercadoria* e *capital*, acaba por deduzir um sistema colonial do tipo capitalista. Tal perspectiva, portanto, cria um vazio teórico, pois, de acordo com o autor, a “[...] teoria geral marxista sobre o modo de produção capitalista [...]” é incapaz de explicar um capitalismo com escravos⁵⁸. Fica clara aqui a necessidade rígida que Gorender tem de seguir a leitura que faz de alguns fundamentos de Marx, como, neste caso, a da teoria geral do modo de produção capitalista.

⁵⁶ Gorender não se alonga em tal solução teórica, em seu texto ela permanece superficial e pouco embasada, como acabamos de apontar.

⁵⁷ GORENDER, op. cit., p. 19.

⁵⁸ Ibidem., p. 20.

Por fim, para Gorender, os mesmos problemas teóricos continuam vigentes nas interpretações fundamentadas em categorias estruturais como *modo de produção colonial* ou *sistema de produção colonial*, pois, mesmo nestes casos, as explicações históricas do Brasil continuam sob uma perspectiva “[...] exterior à estrutura econômico-social [...]” e, conseqüentemente, a escravidão se torna elemento secundário e entrave teórico.⁵⁹

Segundo Gorender, tais perspectivas teóricas não são completamente inúteis, pois, ao partirem de fatores externos, tais modelos explicativos contribuem para a compreensão de elementos relacionados tanto ao ato de colonizar quanto às implicações da colonização para a economia europeia. Por outro lado, contudo, tais linhas interpretativas não são suficientes para se estudar o processo histórico do Brasil em sua lógica interna. Para esta tarefa o autor propõe a completa inversão na metodologia até então utilizada, ou seja, Gorender defende que ao invés de se analisar a colônia de fora para dentro, deve-se analisá-la de dentro para fora. Essa mudança permitiria, em sua visão, a possibilidade de relacionar as relações sociais de produção com as forças produtivas, e isto serviria de fundamentação para a elaboração do modo de produção que ele chama de escravista colonial: um modo de produção específico, que seria capaz de explicar a lógica interna da colônia sem os entraves teóricos que apareceram nas tentativas que buscaram relacionar as relações sociais de produção escravista por meio de elementos emprestados do modelo feudalista ou do capitalista.⁶⁰

Por fim, podemos destacar que, apesar de todas estas nuances teóricas que separam Jacob Gorender dos estudos que ele buscou dialogar e fundamentar sua pesquisa existem, como podemos perceber, na maioria destas obras, alguns elementos fundamentais que configuram estes diversos modos de ver a realidade colonial brasileira. Por exemplo, se somarmos estes estudos a outros que são bastante discutidos ao longo do *Escravidão Colonial* (1978), como o *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962) de Fernando Henrique Cardoso (1930), *As Metamorfoses do Escravo* (1962) de Octavio Ianni (1926-2004), *El modo de Producción Esclavista Colonial en América* de Ciro Flamarion Cardoso e *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado, perceberemos que, no geral – salvo algumas exceções –, eles formam um conjunto com alguns aspectos similares, como a compreensão da realidade sob a ótica da totalidade, as preocupações macro-históricas, as abordagens sob perspectivas economicistas e suas buscas pelo encontro de padrões econômicos, os diálogos

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Gorender, apesar de reconhecer a tentativa de dois autores de buscar operar essa inversão metodológica - Eugene Genovese (1930-2012) e Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013) - afirma que eles não teriam conseguido um aprofundamento substancial ao nível de análise dos mecanismos do modo de produção escravista colonial.

com a teoria marxista, os enfoques estruturais e as análises conjunturais, entre outros. De acordo com Fragoso:

Desde a década de 1930 até a de 1970, Caio Prado, Simonsen, Furtado, Novais, Ciro Flamarion Cardoso e Gorender buscaram montar quadro explicativos que dessem conta da sociedade e economia coloniais, apontando inclusive para os condicionantes estruturais futuros. Em que pese, por vezes, as profundas divergências teóricas e diferenciados graus de embasamento empírico de suas obras, esses autores nos legaram abordagens que primavam pela tentativa de entender, sobretudo, a história brasileira como totalidade.⁶¹

É neste território teórico geral, típico dos modos de ver a realidade dos anos 1960/70, portanto, que o *Escravidismo Colonial* interpõe suas nuances teóricas – como vimos ao longo do tópico.

2. Produto do encontro entre conceito e conteúdo histórico

2.1 A terra plantagem

Gorender utiliza o termo *plantagem* para designar a principal forma de organização produtiva que teria predominado no modo de produção escravista colonial brasileiro. Todas as outras formas econômicas vigentes na colônia eram secundárias e irradiaram da forma plantagem. A seguir, veremos as principais características que constituem esta forma de organização produtiva, alguns aspectos de suas forças produtivas, e, por fim, algumas de suas peculiaridades.

No total serão apresentadas quatro principais características da plantagem. A primeira delas é a de que sua produção é especializada e seus produtos são destinados ao mercado mundial. Em outras palavras, a sua função principal é a de atender a demanda do mercado externo e não as necessidades dos produtores, pois o escravismo colonial não ofereceu um mercado interno amplo ao nível da produção da plantagem em grande escala. Essa produção intensa e especializada configura uma *monocultura*, mas não se resume a esta, pois, de acordo com Gorender, há também a produção natural – destinada ao consumo interno da colônia, sem ligação com o comércio mundial –. que, mesmo sendo secundária em relação à produção

⁶¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.71.

especializada, tem aspecto estrutural e função importante nos períodos de baixa da produção especializada.⁶²

A segunda característica da plantagem refere-se à forma como o trabalho é organizado. Segundo Gorender, o trabalho é feito por “[...] equipes sob comando unificado”⁶³. Não há praticamente espaço para trabalhadores autônomos ou pequenos produtores, pois toda a equipe, ou o corpo de trabalhadores, é dirigido pelas normas e ritmos ditados pelo plantador. Há, nesta organização, portanto, uma direção unificada e de integração de todas as tarefas, ou seja, uma organização de trabalho conjunto em torno de um objetivo definido pelo plantador, assim como há uma disciplina rigorosa imposta pelo mesmo plantador a fim de otimizar sua produção destinada ao comércio. Estas características ajustam-se perfeitamente ao tipo de trabalho escravo⁶⁴. Sendo assim, a utilização deste tipo de trabalho é justificada a partir destas características da plantagem, e não o contrário.⁶⁵

Outro aspecto fundamental das plantagens também demonstrado por Gorender é o de que elas são marcadas pelo estreitamento, no mesmo “[...] estabelecimento, entre cultivo agrícola e beneficiamento complexo do produto”⁶⁶. Ou seja, o processo referente à plantação agrícola propriamente dita, que resulta num produto ainda inacabado, no escravismo colonial está intimamente relacionado ao processo que se apropria deste mesmo produto e trabalha nele para que fique apto ao transporte e comércio. Este último processo, denominado de beneficiamento, requer diversas operações que, mesmo sofrendo variações de acordo com o produto a ser trabalhado – por exemplo, algodão, tabaco, café, etc. –, forma um complexo de práticas necessárias que envolvem elementos como “[...] instalações e instrumentos especiais [...]” para que o produto possa ser “[...] elaborado, conservado, acondicionado e vantajosamente transportado a longa distância”⁶⁷. Gorender afirma que, apesar da complexidade deste processo de beneficiamento do produto, ele jamais chegou a exercer uma função capaz de se sobrepor ao processo estritamente agrícola, mesmo no caso do beneficiamento do açúcar, produto que demandava uma elaboração industrial muito mais complexa que a elaboração demandada pelos outros produtos, como o tabaco e o algodão, por exemplo.

⁶² GORENDER, op. cit., p. 89-90.

⁶³ Ibidem., p. 90.

⁶⁴ Para Gorender estes aspectos da organização da plantagem colocam-na em oposição a organização comum do feudalismo.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem., p. 91.

⁶⁷ Ibidem.

Por fim, a quarta e última característica que Gorender destaca, em relação à plantagem, é a de sua divisão do trabalho quantitativo e qualitativo. A divisão do trabalho se apresentava, no seu interior, sob o aspecto quantitativo, ou seja, ela se dava de uma forma na qual grupos de trabalhadores se revezavam na execução de uma mesma tarefa. Todavia, a produção especializada, e em larga escala, também propiciava a divisão do trabalho aspectos de ordem qualitativa. Os dois tipos de processo destacados mais acima, o do cultivo e o do beneficiamento, eram efetuados por práticas diferenciadas: enquanto no primeiro o trabalho se situava no nível técnico rudimentar, no segundo o trabalho requiritava outros tipos de operações, como “[...] a moagem aos sucessivos cozimentos, purificações, purgas, cristalização [...], secagem, [...]” etc ⁶⁸. Além disso, somando-se a estas operações, os estabelecimentos produtivos também necessitavam executar tarefas ligadas ao armazenamento e ao transporte. Por fim, Gorender ressalta que o fato deste estabelecimento integrar em seu interior diversas atividades serve como ilustração que opõe a economia escravista à economia capitalista, cuja integração ocorre fora das empresas que podem ser ligadas entre si por meio de conglomerados.

Visto os principais aspectos que Gorender define sobre a organização produtiva, que ele denomina plantagem, cabe agora observarmos como o autor compreende os aspectos das forças produtivas da plantagem.

Como foi visto anteriormente, as forças produtivas são identificadas por Gorender como um conjunto que constitui homens – agentes subjetivos – e meios de produção, ferramentas e conhecimentos técnicos. Veremos como tal conjunto, estritamente relacionado com a natureza – relação concreta da qual emerge a produção-, aparece no conteúdo histórico brasileiro.

Neste sentido, de início, para reforçar seu argumento que busca afastar a aproximação do modo de produção escravista colonial do feudalismo, Gorender aponta as diferenças entre a agricultura medieval e a plantagem escravista. Os aspectos de produção medieval teriam sido:

[...] subvertidos pela plantagem escravista. Ao invés do camponês ativamente interessado, o escravo mau trabalhador. O emprego regular de adubos orgânicos não se adaptava ao cultivo extensivo de grandes tratos de terra, dissociado, ademais, da criação pecuária, uma vez que o gado bovino e cavalar servia apenas de força de tração. O sistema dos três afolhamentos anuais era incompatível com a especialização, sobretudo quando se tratava de plantas perenes, capazes de safras sucessivas. Por último, a destinação

⁶⁸ Ibidem., p. 94.

comercial predominante, com tendência à monocultura, e as características do trabalho escravo impunham limites estreitos à economia natural coexistente e dificultavam seu florescimento no sentido da policultura do camponês medieval.⁶⁹

A plantagem escravista, por meio de seu aspecto de produção em larga escala, ultrapassaria a produção familiar medieval, e, ao mesmo tempo, ainda que visasse atender a alta demanda do mercado, não permitiria o avanço técnico produtivo como se daria na economia capitalista. A plantagem escravista, portanto, não era essencialmente feudal nem capitalista.

Gorender ainda fala, de forma um pouco mais atenta, sobre as quatro questões ligadas às condições naturais da colônia: o caráter itinerante da agricultura, a boa qualidade da terra, que dispensava a utilização de adubos e fertilizantes, o problema da utilização desenfreada de lenha como combustível dos engenhos, e a também ampla utilização de animais como força motriz dos engenhos. Em relação à primeira questão, referente ao aspecto itinerante da agricultura, Gorender afirma que ela se deu devido à alta disponibilidade de terras e ao fácil acesso à elas por meio dos baixos preços. Desse modo, era mais viável aos produtores desbravar terras virgens ao invés de retratar, com adubação intensa, as terras anteriormente utilizadas.

Para falar da questão da boa qualidade das terras coloniais, que dispensavam a utilização de seu tratamento, Gorender recorreu a um tratado de um agricultor e historiador chamado Gabriel Soares de Souza (1540 - 1591), que destaca a falta de necessidade de irrigar e adubar as terras na Bahia, pois eram extremamente produtivas em comparação com as terras das ilhas atlânticas portuguesas e as demais regiões concorrentes.⁷⁰

Além das terras serem férteis, havia também a abundância das matas, o que fazia com que os produtores devastassem-nas com a intenção de utilizar a lenha como combustível dos engenhos. Gorender contrapõe esta prática à das ilhas do atlântico onde, além de empregarem o adubo e praticarem a irrigação, utilizavam o bagaço da cana ao invés da lenha. Este tipo de prática feita no Brasil, que é identificada por Gorender por meio de relatos dos viajantes Henry Koster (1793 - 1820) e Louis François de Tollenare (1780 - 1853), teria gerado um estado de alerta diante da possibilidade de escassez da lenha, tanto é que Gorender – por meio da leitura de um regimento colonial e de escritos do historiador Francisco Adolfo de

⁶⁹ Ibidem., p. 99.

⁷⁰ Ibidem., p. 100.

Varnhagen (1816 - 1878) – citou algumas medidas do governo que advertiam os plantadores sobre o desmatamento intensivo que eles praticavam na busca de lenha.

Por fim, Gorender também destaca a utilização de animais utilizados como força motriz no processo de beneficiamento dos produtos ⁷¹. Ele explica a opção dos senhores de engenho em utilizarem este tipo de recurso, ao invés de empregarem as rodas de água, com três fatores: 1) o caráter instável do funcionamento das rodas de água e os consequentes prejuízos na produção, já que o funcionamento de tais rodas ficava a mercê dos regimes fluviais; 2) a falta de recursos financeiros de muitos senhores de engenho que se viam impossibilitados de investir na construção de rodas de água; e 3) a grande disponibilidade de terras que facilitavam o pastoreio e a utilização de animais como força motriz das moendas, daí a maior parte dos senhores optarem por este tipo de recurso.

São esses, basicamente, os principais aspectos que conformam as forças produtivas da principal organização produtiva que Gorender identificou no modo de produção escravista colonial, ou seja, da plantagem. Apesar disso, como veremos a seguir, o autor não desconhece ou deslegitima a simultaneidade desta forma de organização produtiva dominante com outros tipos de cultivo agrícola menores. Estes representariam peculiaridades dentro do escravismo colonial, pois a dominância e tendência sempre teria se dado no sentido da concretização da plantagem, mesmo que esta não fosse exclusiva. Gorender discorre sobre alguns produtos – e suas respectivas formas de cultivo – como a cana-de-açúcar, o fumo, o algodão, entre outros.

Em relação a cana-de-açúcar, o autor diferencia três tipos de produtos que partem desta matéria-prima, de um lado a rapadura e a água ardente, e de outro o açúcar. Em relação aos dois primeiros, o cultivo teria se dado a partir da pequena exploração, bastando pequenas engenhocas, ou pequenos engenhos – dependentes de cerca de 12 ou 14 escravos – para seu funcionamento. ⁷². Já em relação ao açúcar, sua produção demandava maiores investimentos, o que fazia da plantagem, diferentemente da produção da rapadura e da aguardente, uma necessidade indispensável. Para fundamentar esta assertiva, Gorender apresenta dados de produtores de açúcar na região do nordeste cujos engenhos continham uma média entre 100 e 200 escravos, o que demonstrava o caráter de produção em larga escala típico das plantagens.

⁷¹ De acordo com Gorender os engenhos que utilizavam a roda de água como força motriz eram minoria dentro da colônia.

⁷² Ao abordar tal assunto Gorender cita fontes como *A Bahia no século XVIII* do cronista Luis Santos Vilhena, *A Terra e o homem no nordeste* de Manuel Correia de Andrade, e *Viagens ao nordeste do Brasil* de Henry Koster, *Tratados da terra e da gente do Brasil* do jesuíta Fernão Cardim e *Diálogos das grandezas do Brasil* do senhor de engenho Ambrósio Fernandes Brandão.

Ao voltar-se para a questão do tabaco, Gorender destaca que apesar do aspecto trabalhoso e da necessidade de equipamentos que este tipo de cultivo demandava, era comum que muitos lavradores modestos se dedicassem ao plantio da produção do fumo.

Junto com as plantagens, havia também “[...] as lavouras de tabaco [...]” que “[...] incluíam numerosas explorações de pequenos escravistas, cujos familiares também desempenhavam função”. Enquanto em muitos estabelecimentos estes familiares ajudavam no trabalho agrícola, efetuando as atividades mais amenas – como a colheita e a secagem das folhas –, cabia aos escravos o trabalho mais pesado. Diante disso, Gorender classifica estes tipos produtivos de tabaco em pequena escala como uma espécie de “[...] forma híbrida de plantagem e economia familiar”.⁷³

Assim como a produção do tabaco, a do algodão também se organizava por meio das plantagens e dos pequenos estabelecimentos produtores, aqueles predominantes em relação a estes. Baseando-se nos relatos do viajante Tollenare, Gorender buscou demonstrar algumas características típicas dessas formas produtivas, entre elas, destacou o pouco investimento inicial – cerca de 10 escravos – que tais tipos de exploração demandavam dos senhores empenhados em começar tal negócio. Diferentemente das explorações do fumo, nas do algodão havia, em sua maioria, uma separação entre o processo do cultivo agrícola e do beneficiamento, estes cabendo aos negociantes que se deslocavam até os produtores com aparelhos necessários para o beneficiamento do algodão. A conclusão que Gorender chega é a de que apesar de existirem essas diversas formas de pequenas explorações, elas representaram uma peculiaridade diante da predominância das formas produtivas que se organizaram nos moldes da plantagem. Afim de destacar esta superioridade da plantagem, Gorender faz alguns apontamentos:

Graças ao elevado número de trabalhadores que [a plantagem] concentrava, podia contar com a superioridade com relativa rapidez grandes colheitas. Simultaneamente com estas, era capaz de beneficiar o produto agrícola em tempo hábil e com menores perdas de matéria prima. Podia, enfim, viabilizar no mesmo estabelecimento a divisão qualitativa do trabalho, integrando as várias fases da atividade principal e os ofícios correlatos.⁷⁴

Sendo assim, ao apresentar estas características comuns da plantagem, o autor acredita ter confirmado sua assertiva de que este tipo de organização produtiva cumpria a função de eixo da economia colonial.

⁷³ Ibidem., p. 96-97.

⁷⁴ Ibidem., p. 98.

2.2 O ser escravo

De acordo com Gorender, no tópico *propriedade e sujeição pessoal*, de *O Escravismo Colonial*, a categoria *escravidão* contém alguns aspectos gerais. A princípio ela não mantém uma relação intrínseca a um modo de produção, como na escravidão doméstica, por exemplo, em que a escravidão não tem finalidade produtiva. No entanto, quando assume esta função de produção, ela pode se dar de duas formas diferentes: uma que se apresenta como escravismo patriarcal, cuja economia é natural – e se dá quando a produção é voltada para a subsistência –, e outra que se apresenta como escravismo colonial, isto é, quando a produção tem como desígnio a comercialização.

Feito isto, Gorender volta-se para a definição da escravidão como categoria sociológica. Fundamentando-se no argumento da *Política* de Aristóteles, o autor destaca como principal aspecto do ser escravo a “[...] sua condição de *propriedade* de outro ser humano [...]”, e, como correlação desta característica, a sua condição de *sujeição pessoal*, pois toda propriedade estaria sujeita a algo exterior a ela própria⁷⁵. No entanto, apesar destes serem os principais atributos do ser escravo, eles jamais alcançariam suas formas plenas – mesmo que sempre atuassem neste sentido. Deste modo, então, o autor aceita a síntese de Brion Davis em *The Problem of Slavery in Western Culture* (1966) que define os três fundamentais aspectos do escravo como sendo: a sua condição de *propriedade* de outro homem; a sua vontade sujeita à autoridade de seu dono; e a utilização da coerção como forma de obter seu trabalho.

Haveria, ainda, um tipo de escravidão *completa* e um tipo *incompleto*. Segundo Gorender, há o atributo primário do ser escravo, que corresponde as duas principais características apontadas – condição de *propriedade* e *sujeição pessoal* –, e existem os atributos derivados, como o da *perpetuidade*, que designa a condição de propriedade ao escravo até o fim de sua vida, e como o da *hereditariedade*, que estende a condição de escravidão aos filhos de escravos por meio da linha materna. Sendo assim, haveria escravidão *completa* quando o atributo primário viesse acompanhado dos atributos secundários, e escravidão *incompleta* quando apenas o atributo primário fosse consolidado.⁷⁶

⁷⁵ Ibidem, p. 61.

⁷⁶ Jacob Gorender, neste tópico, também busca relacionar esta concepção da escravidão com a concepção de Marx. Porém, o autor não completa o raciocínio e apenas faz alguns apontamentos sobre os dois tipos de escravidão concebidos por Marx: a europeia, ou ocidental, que parece se aproximar da escravidão concebida por Gorender; e a oriental, que recebe a nomeação de escravidão geral.

Outra questão importante também discutida, agora no tópico *coisa e pessoa* da obra de Gorender, é a da contradição vivenciada pelos escravos. Segundo o autor, ao mesmo tempo em que eles eram humanos, dotados de “[...] aptidões intelectuais [...]” e subjetividade, eram também tratados pelos seus senhores como coisas, como propriedades, de modo que isso gerava uma contradição no próprio ser do escravo⁷⁷. Diante disso, a forma com que os cativos absorviam esta contradição, em alguns casos extremos, poderia culminar em auto representações feitas sobre si próprios como sendo coisas, propriedades. Haveria, nestes casos, uma introjeção, por parte do escravo, da visão de seu senhor. Para exemplificar uma situação destas, que não representaria o comportamento comum dos escravos, Gorender se apoia em um relato de Tollenare:

Em Pernambuco, matavam-se escravos de um inimigo por vingança, como se mataria seu gado. Um senhor de engenho, que ganhara a inimizade de moradores despejados das terras que ocupavam, confiara um negro ao visitante francês a fim de acompanhá-lo nos seus passeios. O negro não ousava aproximar-se do povoado dos moradores hostis e se justificava: ‘O que diria o meu senhor se esta gente me matasse?’⁷⁸

O que fica sugerido, portanto, é que Gorender considera este escravo, por meio da interpretação do seu comportamento, como representante de um caso em que o cativo, além de ver-se tal como vê seu senhor, age também neste sentido. Fica evidente, então, que o autor assume a possibilidade da ocorrência destes episódios, contudo, com a ressalva de que eles são raros em todos os períodos históricos.

Feito isso, Gorender atentará para a principal forma de que o escravo dispunha para transcender a condição de *coisa* que lhe era imposta pelos senhores. Tal transcendência se daria principalmente pelo crime, daí a afirmação de que “[...] o primeiro ato humano do escravo é o crime”^{79 80}. É importante destacar que quando o autor fala na transcendência da condição de coisa para a condição de ser humano, por meio do crime, ele não está se referindo ao escravo em si – este, como já se viu, vivenciava a contradição entre ser coisa e ser pessoa, só se vendo como coisa em casos limites – e sim à perspectiva da esfera criminal da legislação escravista.

⁷⁷ GORENDER, op. cit., p. 63.

⁷⁸ Ibidem., p. 65.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Vale destacar que esta afirmação de Gorender, posteriormente, foi motivo de uma crítica severa efetuada por Sidney Chalhoub no jornal *A Folha de São Paulo*, em 1990. De acordo com o historiador, a afirmação de Gorender denunciava uma abordagem coisificadora do escravo.

Ao concluir seu raciocínio, Gorender destaca que mesmo que o direito escravista brasileiro reconhecesse estes limites estreitos que tratavam os escravos como humanos, isto não era o suficiente para que estes mesmos escravos se vissem livres do arbítrio – quase sempre cruel – de seus senhores, assim como também isto não influenciava nas leis econômicas regentes do modo de produção escravista colonial. Perante as circunstâncias dos escravos não poderem, “[...] por lei, denunciar o senhor ou testemunhar contra ele sem contar com o apoio da opinião pública [...]”, e de estarem sujeitos ao aumento da opressão diante das acentuações da economia mercantil, as leis que os humanizavam tendiam sempre para o seu não cumprimento⁸¹. Diante de tais conjunturas, o que havia era a propensão do sistema em tratar e explorar o escravo como se fosse uma coisa, desrespeitando, assim, as leis que os “protegiam” dos abusos e crimes senhoriais.⁸²

Outra possibilidade também do escravo afirmar-se como humano, segundo Gorender, se deu por meio de sua resistência ao trabalho. Pois, uma vez que o trabalho agia no sentido de transformar o escravo em um instrumento animado, em uma coisa apropriada, os cativos procuravam de todas as formas resistir a esta função.

Para fundamentar esta proposição o autor busca apoio nas reflexões que Hegel fez sobre a relação escravo-trabalho-humanização, mas acaba discordando em parte da síntese hegeliana e chega a uma concepção do tema baseando-se na dialética materialista. Segundo Gorender, a assertiva de Hegel estaria no entendimento de que a humanidade teria se criado pelo trabalho e, por meio dele, se concebido humanamente. Porém, a proposição de que o escravo, por meio do medo e do trabalho, reverteria a sua consciência de si, de servil para independente – seguindo a ideia do trabalho como síntese da humanização do homem –, seria uma desconsideração, por parte de Hegel, da “história real”, dos “[...] regimes sociais concretos”⁸³. Para o autor, a dialética do escravo real, no período do desenvolvimento social posto em questão, se apresenta como oposta à dialética hegeliana, pois, se neste momento histórico o trabalho agiu no sentido de coisificar o escravo, deduz-se que a resistência do cativo a este tipo de trabalho representaria, antes, uma resistência a sua própria coisificação e, por conseguinte, colocaria em evidência sua *humanidade*. O trabalho teria aqui, portanto, uma função oposta à defendida por Hegel.⁸⁴

⁸¹ Ibidem., p. 69.

⁸² Ibidem., p. 68-69.

⁸³ Ibidem., p. 73.

⁸⁴ Ibidem., p. 73-74.

É preciso destacar que o fato do escravo afirmar sua humanidade ao resistir ao trabalho, não significa que ao trabalhar ele se coisificaria subjetivamente, pois a consideração do escravo como propriedade não parte dele, e sim do próprio regime escravista, ou seja, da concepção de seus senhores e do complexo legislativo do sistema escravista – com exceção da esfera criminal, como visto anteriormente. Portanto, a função que o escravo exerce, apesar de exteriormente, ou economicamente, atribuir a ele um status de coisa, pelo viés contrário, interno, do escravo como agente subjetivo no processo de trabalho, o que aparece é a sua humanidade.

Jacob Gorender deixa claro esta posição no capítulo IX em que critica autores como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso por agregaram ao preço do escravo dois fatores distintos: o fator trabalho e o fator capital fixo. Segundo o autor, o princípio da *lei da inversão inicial de aquisição do escravo* – uma dentre as leis que regeriam o modo de produção escravista colonial – era inverso ao do processo do emprego do trabalho realizado por assalariados ou servos. Aqui, como apareceu no feudalismo e aparece no capitalismo, os senhores ou patrões não possuem seus trabalhadores como propriedades. Em contrapartida, no escravismo os senhores obtinham seus escravos e arcavam com as despesas de suas necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação e moradia. Esta inversão na forma de aquisição do trabalhador/escravo, portanto, não compactuaria com o entendimento do escravo como capital fixo, pois todo processo de trabalho seria efetuado por um agente subjetivo, humano, que, apesar de representar uma função econômica, não seria uma coisa, um instrumento puramente objetivo.

Vale ressaltar que ao discutir esta temática e defender tais argumentos Gorender inseriu-se numa discussão de nível teórico. Neste sentido se opõe a Louis Althusser por entender que ele teria eliminado o sujeito humano da história. O apego do filósofo francês aos escritos de Karl Marx sobre o comportamento das pessoas ao agirem como funções – estas atribuídas pelos ditames das relações econômicas –, teria culminado em uma concepção da história sem sujeito, e, uma vez que o papel deste sujeito seria desempenhado pelas relações sociais de produção, a história apareceria como “[...] um imenso sistema ‘natural-humano’ em movimento, cujo motor é a luta de classes”⁸⁵. A fundamentação crítica de Gorender a esta concepção de Althusser recorre a Marx. Para este autor, a tendência de transformar, seja ao escravo ou ao assalariado, em meio de produção, “[...] constitui a perspectiva do regime de

⁸⁵ Ibidem., p. 185.

exploração [...]”, e não a perspectiva do processo de trabalho ⁸⁶. Deste ponto de vista, a conclusão é oposta, pois é o processo de trabalho que “[...] distingue o homem dos animais pela finalidade racional que unicamente o homem é capaz de imprimir ao seu intercâmbio com a natureza, determinando subjetivamente, com anterioridade o decurso da ação produtiva” ⁸⁷. Transparece, por meio do processo de trabalho, portanto, o que diz respeito à humanidade daquele que trabalha.

A preocupação de Gorender com este tema do escravo sob a perspectiva do regime e como função econômica, é clara. Neste sentido, acerca dos diversos tipos de transações às quais os cativos eram submetidos como mercadorias, o autor, no tópico *escravo como propriedade*, cita vários exemplos e busca demonstrar como estes tipos de práticas exercidas pelos senhores recebiam respaldo do aparato legal. No escravismo “[...] o escravo não constitui um bem pessoal vinculado, mas alienável, ao arbítrio do proprietário [...]”, sendo assim, seguindo o raciocínio de Perdigão Malheiro, Gorender afirma que:

[...] o senhor pode alugar os escravos, emprestá-los, vendê-los, doá-los, transmiti-los por herança ou legado, constituí-los em penhor ou hipoteca, desmembrar da sua propriedade o usufruto, exercer, enfim, todos os direitos legítimos de verdadeiro dono ou proprietário. Como propriedade, está ainda o escravo sujeito a ser sequestrado, embargado ou arrestado, penhorado, depositado, arrematado, adjudicado, correndo sobre ele todos os termos sem atenção mais do que à propriedade no mesmo constituída. ⁸⁸

Como se pode perceber, portanto, por meio das inúmeras possibilidades de transações as quais os escravos eram submetidos, as suas condições dentro da lógica econômica do sistema escravocrata igualavam-se legalmente à condição de mercadoria cujo destino estava submetido ao arbítrio dos seus senhores.

Por fim, outra temática tratada no ensaio *O Escravismo Colonial* é a dos tipos de trabalhadores escravos. Apesar de compreender que o escravo rural, isto é, aquele que exercia sua função em atividades agrícolas e residia nas senzalas, é o modelo de escravo que representa a maioria dos cativos do regime escravista, e de também fazer apontamentos sobre o escravo que trabalhava na mineração – este apresentando grande semelhança com o escravo rural –, é sobre o *escravo de ganho* e o *escravo doméstico* que o autor discorre de forma mais atenta.

⁸⁶ Ibidem., p. 183.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem., p. 78.

No caso do *escravo de ganho*, Gorender afirma tratar-se de um tipo que era comum das cidades, local que lhes proporcionava uma vida mais diversificada e menos sofrida em relação aos escravos rurais. Estes *escravos de ganho*, que segundo o autor existiram tanto na escravidão antiga quanto na moderna, de uma forma geral, eram “[...] entregues a iniciativa individual e isentos de estrita vigilância [...]”, sendo muitas vezes contratados por terceiros para exercer diversas funções, como a prestação de serviços para os mestres artesões, por exemplo. Estes escravos, conhecidos também como *negros de ganho*, ao prestarem serviços para outras pessoas, tinham como determinação entregar uma parte fixa de sua renda aos seus senhores. Isto possibilitava, muitas vezes, que desfrutassem da renda que lhes sobrava, mesmo que a lei fosse contrária a tal pecúlio, pois, de acordo com a legislação, tudo o que era do escravo deveria pertencer automaticamente ao seu senhor. Além deste aspecto, o *negro de ganho*, devido à flexibilidade que seu trabalho exigia, acabava também por desfrutar uma maior autonomia e liberdade de locomoção em relação aos escravos rurais que, em sua maioria, viviam presos na propriedade em que trabalhavam. Em relação a este último ponto, é curioso notar a preocupação de Gorender em demonstrar as relações entre a legislação escravista no Brasil e o direito romano, e de buscar explicar o escravo do Brasil colônia por meio de uma relação com o escravo greco-romano.

Em relação aos *escravos domésticos*, o autor afirma que, fosse no oriente, na antiguidade ou nas colônias da Era Moderna, este tipo de cativo sempre se fizera presente nos regimes escravistas. O trabalho designado a estes tipos de escravos era voltado para os labores mais pesados, manuais, até os mais luxuosos, nos quais os escravos algumas vezes trajavam ricas vestimentas⁸⁹, além de serem eles próprios tratados como peças de adorno por seus senhores.

Diferindo os escravos domésticos da antiguidade romana dos do escravismo colonial moderno, Gorender afirma que aqueles, por vezes, apresentavam um abastado conhecimento cultural, muitas vezes chegando a ultrapassar a erudição de seus próprios senhores. Já os escravos domésticos do sistema luso-brasileiro, em contrapartida, padeciam de uma inflexibilidade em relação às possibilidades de saltarem dos trabalhos manuais para os trabalhos exigentes de conhecimento mais aprimorado.

2.3 As leis econômicas

⁸⁹ Quando Gorender faz este apontamento sobre as vestimentas dos escravos domésticos, ele se refere aos escravos da Antiguidade. É curioso notar como o autor aproxima os dois tipos de escravidão: antiga e moderna.

Nos dois tópicos anteriores descrevemos as duas principais categorias que fundamentaram o modo de produção do escravismo colonial: a categoria *plantagem* e a categoria *escravidão*. Por meio da primeira Gorender buscou demonstrar os aspectos fundamentais das forças produtivas vigentes neste modo de produção, e, ao abordar a segunda, intentou compreender as principais relações que envolveram o elemento primordial desta categoria, o escravo. Sendo assim, após ter compreendido que no escravismo colonial “[...] o escravo definia a essência das relações de produção [...]”, e após ter chegado ao entendimento da forma *plantagem* – com suas forças produtivas correspondentes – como o eixo da economia colonial, Gorender tem em mãos o conteúdo das forças produtivas e das relações sociais de produção que, relacionados, permitirão a identificação das principais leis que regeram o modo de produção escravista colonial.⁹⁰

De acordo com Gorender, as vinculações entre as categorias universais que o materialismo histórico pressupõe – como as de forças produtivas, relações de produção, trabalho, reprodução simples, etc., – configuram, no seio dos modos de produção, leis gerais. Estas, por sua vez, são divididas em graus diferentes. O autor define três tipos de leis: as *onimodais*, que são leis comuns a todos os modos de produção, “[...] tal é [...] a lei da correspondência determinante entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas [...]”; as *plurimodais*, leis que não atuam em todos os modos de produção como as *onimodais*, mas que atuam em mais de um modo de produção; e, por fim, as *monodais* ou *específicas*, leis que são específicas a cada modo de produção⁹¹. O objetivo deste tópico, portanto, é compreender o exercício feito por Gorender para identificar as principais leis que atuaram no escravismo colonial.

A lei da renda monetária é a primeira destas leis a serem apresentadas. Ela refere-se ao modo como o produtor extrai o excedente do trabalho dos produtores direto. No caso específico do escravismo colonial, este excedente – ou sobreproduto – é convertido em renda monetária, ou seja, é comercializado e transformado em dinheiro. De acordo o autor:

Todo regime de exploração do produtor direto se rege por uma lei específica de apropriação do sobretabalho pelo explorador, isto é, de apropriação daquela parte do trabalho da qual resulta o sobreproduto ou excedente criado pelo trabalhador acima do produto necessário ao seu sustento e reprodução. No escravismo colonial, a lei de apropriação do sobretabalho formula-se da

⁹⁰ Ibidem., p. 157.

⁹¹ Ibidem., p. 160.

seguinte maneira: *a exploração produtiva do escravo resulta no trabalho excedente convertido em renda monetária.*⁹²

Junto com essa renda, no escravismo colonial, Gorender também identifica um outro tipo de renda cujo excedente é destinado a suprir algumas necessidades internas dos estabelecimentos produtores. Esta renda, que é denominada pelo autor como *renda natural*, contudo, tem importância secundária na estrutura econômica colonial, cabendo à *renda monetária* a função determinante na “[...] produtividade da unidade escravista”⁹³. Além disso, diante da prática da troca direta entre produtos, típica do colonialismo mercantilista, Gorender é levado a descartar a possibilidade de ela agir no sentido de desvirtuar o aspecto monetário da renda no escravismo colonial. Sendo assim, ele cita uma passagem de *História da província de Santa Cruz – Tratado da Terra do Brasil* em que o cronista Pero de Magalhães Gandavo destaca o conteúdo monetário – por meio do que ele chama de preço justo – constituído nas mercadorias trocadas – no caso, do açúcar⁹⁴. O que diferenciou este tipo de troca em relação ao escambo, para Gorender, portanto, foi o papel da “[...] intermediação do capital mercantil [...]” que envolvia a troca de mercadorias efetuadas no escravismo colonial.⁹⁵

A segunda lei apresentada é nomeada como *lei da inversão inicial de aquisição do escravo*. Diferentemente do regime capitalista onde o empregador paga apenas pela força de trabalho do assalariado, e do regime feudal cujos tributos cobrados pelo senhor em relação à produção servil estão relacionados com “[...] a propriedade dominial [...]”, no sistema escravista há uma inversão no emprego do trabalho, pois, neste regime, para dispor do trabalho dos escravos os produtores são levados a adquirir seus trabalhadores, ou seja, no escravismo há a necessidade, por parte dos senhores, de um investimento inicial para conseguir a força de trabalho, investimento esse ausente nos regimes feudais e capitalistas. Para o autor, a aquisição do escravo é uma prática vital da economia escravista.

Ao comprar o escravo, o plantador adquiriu o direito de dispor de sua força de trabalho a vida inteira. A compra do escravo encerra função econômica precisa: a de assegurar ao plantador uma força de trabalho *permanentemente*

⁹² Ibidem., p. 164.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Em uma nota de rodapé, para reforçar este aspecto do caráter monetário das trocas efetuadas pela economia colonial, Gorender cita um trecho de *Memórias para a História da Capitania de São Vicente Hoje Chamada de São Paulo, do Estado do Brasil* do Frei Gaspar da Madre de Deus e um trecho destacado da obra de Alice Canabrava *A indústria do açúcar nas Antilhas Inglesas e Francesas*.

⁹⁵ Ibidem.

disponível. Dadas as condições do escravismo, só a propriedade de escravos – de homens tratados como coisas – garante a *continuidade* do processo de produção. Nesse sentido, conta-se que a compra do escravo é inteiramente funcional no escravismo e resume sua racionalidade específica. Irracional seria pretender que a produção escravista pudesse prescindir de escravos.⁹⁶

Diante da importância de tal lei, Gorender é levado a discorrer sobre as implicações econômicas que partem deste processo de aquisição do escravo⁹⁷. Ao percorrer os escritos do autor, podemos encontrar três fatores importantes ligados à esta lei da inversão inicial de aquisição do escravo. A primeira, como já estabelecido, refere-se à necessidade de um investimento inicial, por parte dos produtores, na produção escravista.

Ao discorrer sobre esta implicação da *lei da inversão inicial* na economia, Gorender se apoia em autores da época do escravismo como os viajantes Henry Koster e João Maurício Rugendas (1802 - 1858) – autores das obras *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1816) e *Viagem pitoresca através do Brasil* (1835), respectivamente – que afirmaram o caráter dispensável desse gasto de aquisição do escravo, caso o trabalho empregado na colônia fosse assalariado, assim como também cita o político, jurídico e historiador brasileiro Joaquim Nabuco (1849 - 1910) e o francês Louis Couty (1854 - 1884) que reforçam o ônus econômico causado pelo valor gasto na compra de escravos.

Em decorrência deste investimento inicial e do valor gasto pelos senhores na “manutenção” da vida dos escravos Gorender também é levado a discorrer sobre o segundo fator ligado à *lei da inversão inicial de aquisição do escravo*, que é a forma pela qual os produtores revertiam estes gastos em riqueza. Neste sentido, o autor destaca a conversão que o capital-dinheiro – valor aplicado na compra do escravo –, no ato da aquisição, sofre ao se transformar em capital esterilizado, ou seja, em um tipo de capital que não será empregado na produção, o que lhe tira o próprio status de capital⁹⁸. Em consequência disso, chega-se a conclusão de que “[...] a inversão inicial de compra do escravo somente pode ser recuperada pelo escravista à custa do sobretrabalho do escravo, do seu produto excedente”.⁹⁹

⁹⁶ Ibidem., p. 174.

⁹⁷ Os desdobramentos econômicos, em relação a esta lei, que Gorender irá analisar referem-se ao tipo mais comum de aquisição de escravos, que era o da compra. Além desta forma de aquisição do escravo existia também, mas menos comum a da captura e a da criação na unidade escravista.

⁹⁸ Por compreender o escravo como capital-dinheiro Gorender entra em uma contenda com Nelson Werneck Sodré e Fernando Henrique Cardoso, dois autores que conceberam o escravo como capital-fixo. Os pormenores de tal conflito teórico são demasiados específicos e não serão abordados pois não coadunam com o objetivo geral do tópico.

⁹⁹ Ibidem., p. 188-189.

Esta lei, portanto, também configura um valor que é descontado da renda do escravista. Por fim, agindo no mesmo sentido desta implicação da lei da inversão, Gorender nos apresenta outro importante efeito dela decorrente. Trata-se da resistência ao processo de acumulação na colônia.

Apesar da lei da inversão não impedir totalmente o processo de acumulação no escravismo, a modalidade pela qual o escravo era adquirido – modalidade que se diferencia em relação do investimento em fundo fixo, por exemplo – representava um gasto que diminuía substancialmente o valor acumulado pela colônia, o que a coloca, portanto, numa economia que não pode ser entendida como capitalista.

Outra lei apresentada por Gorender diz respeito à questão da rigidez da mão de obra escrava. Esta é entendida como a fixidez da quantidade de trabalhadores escravos independente das conjunturas da produção. Em outras palavras, o número de braços de um plantel tende a não se alterar diante dos períodos de alta ou baixa produção. As duas leis que decorrem da rigidez da mão de obra são sintetizadas da seguinte forma:

Primeira lei – As necessidades da fase de pico do trabalho determinam a quantidade de escravos da unidade produtora, que arca com as variações do aproveitamento da força de trabalho do plantel nas diversas fases estacionais do processo de produção.

Segunda lei – Em consequência da rigidez da mão de obra escrava, a unidade produtora arca com mão de obra excessiva nas conjunturas de baixa e investe improdutivamente nas conjunturas de baixa e investe improdutivamente nas conjunturas de alta ao comprar escravos para aumentar a quantidade de mão de obra disponível.¹⁰⁰

Em relação a estas leis, Gorender destaca como elas agiam num sentido contrário ao da lógica do sistema capitalista cujo trabalho é assalariado. De acordo com o autor, as variações na intensidade da produção geravam complicações para os plantadores. Uma vez que a quantidade de braços não sofria alterações significativas, nos períodos de baixa produtividade, entre safras, havia uma propensão ao ócio pela falta de trabalho, daí a opção dos plantadores em direcionarem os escravos para a economia natural, ou seja, para um tipo de economia cuja produção se destinava ao consumo interno, o que não era economicamente interessante para o plantador. Além disso, isto desestimulava a introdução de novas tecnologias de produção, pois, se introduzidas estas técnicas, a ociosidade escrava se tornaria ainda mais aguda.

¹⁰⁰ Ibidem., 240.

Em relação aos períodos de pico da produção, a rigidez da mão de obra também tendia a constituir uma desvantagem para os plantadores, pois caso a intensa produtividade demandasse mais braços para que a economia colonial conseguisse saciar a fome do mercado externo, e o senhor precisasse comprar novos escravos – como vimos por meio da lei da inversão inicial de aquisição de escravos –, o valor do investimento da compra do escravo representaria, a princípio, um ônus econômico ao senhor. Estas questões ligadas à rigidez da mão de obra escrava, portanto, individualizam o escravismo colonial e o diferenciam do capitalismo. Diferente daquele, este sistema emprega sua força de trabalho por meio de contratos, de modo que nos períodos de baixa produtividade seria possível dispensar os assalariados e livrar-se, assim, de uma despesa contornável; e nos períodos de aumento da produtividade seria possível empregar nova mão de obra sem ter que arcar com investimentos iniciais desvantajosos aos empregadores. Poderíamos argumentar a possibilidade dos senhores escravistas dispensarem, assim como os capitalistas, seus plantéis de escravos, mas, segundo Gorender, tal prática agregaria um novo valor de compra e, além disso, os riscos de novas compras eram desvantajosos quando uma plantagem já estava constituída por escravos adaptados e disciplinados ao trabalho nas lavouras.¹⁰¹

Por fim, em sintonia com os pontos acima levantados de forma geral, Gorender, baseando-se tanto em vários documentos e em obras da época do Brasil colônia, assim como também em algumas obras consideradas por ele como fontes secundárias, faz dois apontamentos importantes. O primeiro deles destaca a relação entre a quantidade de mão de obra e a fase de pico da produção. Neste sentido, “[...] as dimensões da produção ficariam em função do número de braços servis disponíveis nas épocas das colheitas e do beneficiamento do produto [...]”, ou seja, o fator escravo – e não o fator terra – aparece aí como elemento essencial para se compreender o processo produtivo da colônia¹⁰². Disso decorre o outro ponto salientado: o efeito, em decorrência da relação entre quantidade de braços e período de alta produtividade, sobre as condições do trabalho escravo. Uma vez que a tarefa relativa aos períodos de pico produtivo era executada pela menor quantidade possível de escravos, pode-se concluir, pela lógica, que os escravos eram explorados até o limite de suas capacidades.¹⁰³

¹⁰¹ Ibidem., 216-217.

¹⁰² Ibidem., 220.

¹⁰³ Ao discorrer sobre o tema do tratamento dado aos escravos, Gorender se opõe à Gilberto Freyre – especificamente à obra *Nordeste* – e cita alguns personagens como o Jorge Benci, Charles Ribeyrolles e João Maurício Rugendas que, em seus relatos, destacaram os maus tratos decorrentes das condições do trabalho escravo.

Ao longo dos apontamentos feitos até agora, em alguns momentos citamos o que, dividindo espaço com a economia mercantil, se denominou economia natural. Enquanto a primeira – economia mercantil - configurou sua produção a partir da demanda do mercado externo, a segunda – economia natural - organizou sua produção não com a intenção de comercializar seus produtos, mas sim de suprir as necessidades básicas dos colonos, senhores e escravos. Estes dois tipos de economia também estão relacionados com uma lei específica do escravismo colonial, trata-se da lei que Gorender nomeia como *lei da correlação entre a economia mercantil e a economia natural na plantagem escravista*.

Para explicar a relação entre economia mercantil e economia natural Gorender parte das duas principais circunstâncias que estavam submetidas às atividades da plantagem: as conjunturas de alta produtividade e as de baixa produtividade. Em relação as de alta produtividade, o autor destaca que “[...] sob o estímulo de preços no mercado mundial [...]”, desenvolvia-se rapidamente a esfera da economia mercantil, o que induzia a agilidade na produção de gêneros como o açúcar, o tabaco e o algodão ¹⁰⁴. Em detrimento dessa impulsão dada à economia mercantil, a economia natural, “[...] fonte do auto-abastecimento das plantagens [...]”, sofria um processo de inflexão, de retração, ou seja, o funcionamento da economia natural constituía-se como reação e reflexo diante da dinâmica de funcionamento das organizações produtivas cujos produtos eram destinados ao comércio.

Gorender ainda volta a relacionar, como visto anteriormente, as conjunturas de alta produtividade com os maus tratos dos escravos, e cita um relato no qual o cronista Luis dos Santos Vilhena (1744 - 1814) denuncia a crueldade dos senhores que, em prol da produção, exploravam seus escravos. Por outro lado, há o oposto da conjuntura aqui observada, ou seja, há os períodos em que o mercado externo em baixa desestimulou a economia exportadora da colônia. Como foi visto na lei da rigidez da mão de obra, o oposto do que acontece nas circunstâncias de alta produtividade se deu nas conjunturas de baixa, ou seja, o “[...] plantador acompanhava a queda dos preços com uma redução lenta de sua produção mercantil [...]”, de modo que, nestes períodos, a tendência monocultora se retraía e cedia espaço para a expansão da economia natural produtora, basicamente, de gêneros alimentícios destinados a suprir as necessidades vitais internas da colônia ¹⁰⁵. Desta dinâmica entre economia mercantil e economia natural, Gorender extrai a seguinte síntese: no âmbito da plantagem escravista

¹⁰⁴ Ibidem., p. 240.

¹⁰⁵ Ibidem., p. 255.

colonial, a margem da economia natural varia na razão inversa das variações da economia mercantil, da qual constitui setor dependente.¹⁰⁶

Como elemento acoplado à economia natural, Gorender discorre sobre a economia escrava. Esta, segundo o autor, diz respeito a pequenos lotes de terras que eram cultivados pelos escravos de acordo com o consentimento de seus senhores.

Para tratar deste assunto Gorender recorre a várias fontes que são por ele problematizadas. Em um primeiro momento tenta-se, por meio de relatos como o do viajante Jean Léon L'Africain, demonstrar que tal prática econômica já havia sido aplicada pelos portugueses em outros lugares, como na Ilha de São Tomé, por exemplo. Feito isso, o autor expõe diversas citações de fontes, como os escritos do historiador João Ribeiro (1860 - 1934), do político brasileiro João Pandiá Calógeras (1870 - 1934) e, entre tantos outros, do sociólogo e advogado Manuel Diegues Junior (1912 - 1991), que demonstram o ato dos senhores concederem aos seus escravos, em maior ou menor grau, a permissão para trabalharem em proveito próprio.

Ao problematizar as fontes, as conclusões que Gorender chega são as de que a prática de economia escrava era, de fato, comum nas plantações de algodão e café, entretanto, nas plantações de cana era praticamente nulas. Isto acontecia pelo fato de que a produção algodoeira não demandava braços trabalhadores por tanto tempo quanto as plantações de cana. Deste modo, o tempo livre que sobrava nas plantações algodoeiras permitia que os senhores concedessem o cultivo de lotes de terra. Sendo assim, a prática da economia escrava só era possível quando vantajosa para os senhores, pois, do contrário, ela também seria empregada nas plantações de cana. Além disso, Gorender também destaca que as concessões de alguns senhores, que permitiam o cultivo de terras pelos escravos, eram movidas pela intenção de se verem livres, ou parcialmente livres, da necessidade de fornecerem alimentos aos escravos, pois estes por meio da economia escrava, produziram seus próprios alimentos.

107

Por fim, para encerrar a seção de análise das leis do *Escravidismo Colonial*, Gorender discorre sobre o que ele entende como *lei da população escrava*. De acordo com o autor, a Demografia, até aquele momento, teria trazido “[...] à luz significativas regularidades nos movimentos das populações humanas [...]” que, ao invés de serem compreendidas de forma desconexa ou imperativa, passaram a ser explicadas a partir de “[...], correlações causais e

¹⁰⁶ Ibidem., p. 257.

¹⁰⁷ Ibidem., p. 258-265.

estatísticas [...]”, ou seja, por meio de leis tendenciais”¹⁰⁸. Deste modo, caberia ao historiador marxista identificar os nexos entre os conjuntos populacionais e a dinâmica do modo de produção. Neste sentido, Gorender cita Karl Marx e afirma que cada modo de produção tem, como correspondente, sua própria lei da população.

Para o autor, o primeiro passo na tentativa de compreender a ligação entre o movimento populacional e o modo de produção é identificar a composição entre escravos e homens livres na colônia. Deste modo, o autor expõe um quadro demográfico de Perdigão Malheiro (1788 - 1860), e deste, somado a outros dados de autores como José de Souza Gayoso (1825 - 1900) e do viajante Aguste de Saint-Hilaire (1779 - 1853), Gorender extrai a conclusão de que existia uma tendência decrescente da população escrava com o passar dos anos na colônia. Diante desta evidência, Gorender passa a efetuar vários cálculos especulativos – levando em consideração as leis da rigidez da mão de obra e a da inversão inicial de aquisição do escravo, que agiam no sentido de explorar o escravo até os seus limites – buscando demonstrar como a lógica da produção compulsiva no sistema econômico escravista convergia para uma tendência decrescente da população escrava; daí a necessidade do sistema buscar sempre repor a mão de obra por meio do tráfico de escravos para que tal sistema pudesse se manter ou até mesmo se expandir. Sendo assim, até o período em que era legalizado o tráfico, a lei populacional específica do modo de produção escravista colonial, para Gorender, correspondia a seguinte lógica: “[...] o volume de abastecimento externo da mão de obra varia na razão inversa das variações do preço de aquisição do escravo e na razão direta das variações de sua rentabilidade”.¹⁰⁹

Por outro lado, quando o tráfico negreiro foi proibido, o mercado externo fornecedor de escravos, que residia na África, foi substituído pela região norte do Brasil, lugar onde se encontravam as organizações produtivas em decadência, nas quais o sustento de escravos tornava-se um ônus econômico para os senhores.

A importação de escravos já existia mesmo antes do fim do tráfico, mas, com a extinção deste, a região norte do Brasil passou a substituí-la integralmente. Vale ressaltar que, somando-se aos dados apresentados para tratar deste comércio interno – interprovincial-, no qual Gorender se baseou nos números levantados por Peter Eisenberg, o autor também destacou a existência do tráfico intraprovincial, de acordo com números coligidos por Tavares Bastos.

¹⁰⁸ Ibidem., p. 318.

¹⁰⁹ Ibidem., p. 324.

Feito isso, para finalizar, o autor se atém a alguns fatores que agiram dentro do âmbito da lei da população escrava. São abordadas questões como o predomínio do sexo masculino na composição do plantel escravista, o maior ou menor grau de interesse dos senhores em relação à prática de procriar escravos, as consequências das alforrias para o quantitativo escravo, e, por fim, a questão do tratamento dado aos cativos como fator contrário ao crescimento da população escrava.

Em relação ao predomínio do sexo masculino na população escrava, Gorender busca evidenciá-lo a partir do viés econômico. Sendo assim, baseando-se em citações de autores como André João Antonil (1649 - 1716), José da Silva Lisboa (1756 - 1835) e Henry Koster (1793 - 1820), o autor chegou à conclusão que a maioria dos escravos homens se explicava pelas necessidades econômicas da produção colonial, ou seja, eram comprados mais escravos do sexo masculino pelo fato de serem uma força de trabalho apta para atender as demandas da produção nas plantagens.

Diferentemente das plantagens, nas pequenas propriedades a tendência ao desequilíbrio entre sexo era menor, pois como nelas não se fazia necessário um alto número de escravos homens a escravidão doméstica, na qual havia mais mulheres servindo, desestimulava o desequilíbrio na composição sexual da população escrava.

Ao se voltar para a próxima questão, Gorender afirma que seria impossível negar que os senhores não tivessem interesse algum em investir na procriação de seus escravos. Entretanto, não se deveria atribuir importância primária a este desejo senhorial, pois tal prática sempre teria representado aspecto secundário no sistema geral do escravismo colonial. De acordo com o autor, o próprio esquema da produção nas plantagens gerava um barramento à tendência dos escravos constituírem famílias e desejarem ter filhos, sendo alto o índice de mortalidade infantil e de abortos feitos pelas escravas. Mesmo que houvesse uniões estáveis entre escravos, elas representavam casos isolados, de pequenas propriedades produtoras, não podendo ser generalizadas. Apesar destas circunstâncias hostis, Gorender destaca o empenho dos senhores, após o fim do tráfico e com o aumento do preço dos escravos, em procriar seus braços servis, e também destaca que, especificamente nas propriedades religiosas, havia uma maior tendência da procriação escrava - esta não devendo ser confundida com as plantagens.

110

Quanto à questão das consequências das alforrias sobre a dinâmica quantitativa populacional de escravos, Gorender afirma que no escravismo vigente no Brasil não havia leis

¹¹⁰ Ibidem., p. 340-346.

que impedissem a prática de manumissões, de modo que, por diversas razões, “[...] o número de negros e mulatos libertos avolumou-se com o correr do tempo” ¹¹¹. Três destas razões são apontadas por Gorender: a primeira refere-se aos interesses dos senhores em se desvencilharem dos escravos já inaptos ao trabalho, ou seja, dos escravos que não podiam mais produzir por motivos como velhice e doenças, pois representavam uma despesa que os senhores não estavam dispostos a pagar. A segunda razão diz respeito às conjunturas de “[...] depressão econômica profunda [...]” que ao afetarem as economias dos proprietários, os impediam de arcar com as despesas necessárias ao sustento dos cativos. A terceira, por fim, são as “[...] razões afetivas ou de prestígio social [...]” que levavam “[...] os senhores a alforriar alguns dos seus escravos [...]”. A prática se dava, principalmente, por meio da “disposição testamentária”. ¹¹²

Por fim, Gorender aborda a questão do tratamento dado aos escravos. Para ele, “[...] as más condições de vida [...]” dos escravos “[...] obstruem o crescimento vegetativo de uma população, na medida em que engendram elevada taxa de mortalidade” ¹¹³. Contudo, apesar desta afirmação, o autor se atém mais na problemática historiográfica, no que se refere a esta temática, do que propriamente se dedica a analisar empiricamente a questão em pauta. Aparece, então, uma tentativa de remontar a genealogia da perspectiva que compreende a relação entre senhor e escravo na colônia como uma relação benigna, não cruel.

Para Gorender, a crítica efetuada pelos abolicionistas britânicos, que colocou em evidência a rigidez do regime escravocrata nas colônias inglesas, teria feito com que os escravocratas de outras colônias, como na do Brasil, por exemplo, tivessem buscado se defender das acusações, de modo que tentaram demonstrar que o mesmo não acontecia em suas colônias. Esta perspectiva, no caso brasileiro, foi somente – e apenas momentaneamente – questionada em meados do século XIX, com o advento do movimento abolicionista. Passadas estas críticas, a perspectiva da escravidão benigna voltou com força, principalmente, com a tese de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933).

A superação deste enfoque viria mais tarde, por meio de autores como “[...] Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Stanley J. Stein e Emilia Viotti da Costa”. ¹¹⁴

¹¹¹ Ibidem., p. 346.

¹¹² Ibidem., p. 347.

¹¹³ Ibidem., p. 348.

¹¹⁴ Ibidem., p. 351.

De uma forma geral, Gorender conclui que este tema do tratamento do escravo deve ser abordado da perspectiva do “[...] sistema escravista, situada, por conseguinte, dentro das linhas básicas do modo de produção” ¹¹⁵. Deste ponto de vista, se delineariam facilmente, a partir do mecanismo de funcionamento do modo produção escravista colonial, tendências específicas de relações entre senhores e escravos que, neste caso, agiram no sentido do decréscimo da população escrava.

2.4 O teórico e o empírico

Como vimos até agora, Gorender atribui extrema importância ao papel da teoria na pesquisa histórica. Ela serve como uma espécie de guia por meio do qual o historiador, ao confrontá-la com as evidências empíricas, chegaria ao entendimento acerca do funcionamento do modo de produção em questão. O autor se dedica a analisar várias categorias, como *forças produtivas, relações sociais de produção, leis do modo de produção, trabalho, escravidão*, etc., e, ao situá-las historicamente, busca compreender seus nexos e age no sentido de observar como estas diversas categorias constituem uma totalidade orgânica dotada de lógica própria.

Como podemos observar ao longo da segunda parte deste capítulo – que foi dedicada a observar a forma pela qual a teoria se atrelou aos dados empíricos – Gorender buscou se apoiar em diversas fontes e documentos para dar vivacidade aos seus pressupostos teóricos. Este posicionamento empírico se deu, basicamente, de duas formas diferentes: por meio de citações de fontes por ele consideradas primárias, ou seja, documentos produzidos na época do objeto analisado, e por meio de fontes secundárias, entendidas como a bibliografia historiográfica que já teria abordado a mesma temática, porém num período póstumo. Vale ressaltar, também, que Gorender utiliza o recurso de citar fontes da época colonial contidas nas pesquisas que também se debruçaram sobre o mesmo objeto.

Diante disso, cabe a nós fazermos alguns apontamentos que demonstrem este trato empírico no *Escravidão Colonial*.

Em relação à primeira etapa de sua pesquisa, na qual o autor se ateve a questões ligadas às forças produtivas da colônia é importante destacar as diretrizes teóricas que o levaram a se debruçar sobre determinadas fontes. Ou seja, é importante destacar que antes de se dedicar a analisar empiricamente a principal organização produtiva da colônia – a forma

¹¹⁵ Ibidem.

plantagem – Gorender discorreu sobre uma citação da introdução da *Contribuição a crítica da economia política*, de Karl Marx, para demonstrar que de acordo com a teoria marxista, base teórica de sua pesquisa, existiria uma determinada forma de produção que subjugaria todas as outras. Com isso, o autor parte do princípio de que deve existir na colônia uma organização produtiva que dite a lógica do modo de produção escravista colonial.

Ao seguir este raciocínio Gorender apresenta a forma plantagem. Apesar de existirem outras formas produtivas na colônia, elas seriam secundárias em relação à plantagem, de modo que é esta que deve ser colocada em destaque e não as outras, pois o objetivo da pesquisa é compreender a dinâmica própria do escravismo colonial. Além disso, vale também ressaltar que a conceituação de terra plantagem – grandes explorações agrícolas com trabalho escravo – utilizada por Gorender é derivada da noção de *plantation* empregada por Leo Waibel em *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* (1958), o que reforça a perspectiva teórica da história como aparece no *Escravidismo Colonial*. Partindo destes pressupostos teóricos, então, Gorender buscará apoio nas fontes com a intenção de compreender o caráter histórico das plantagens na colônia.

No capítulo III, ao tratar dos principais traços característicos da plantagem, Gorender apresenta algumas variações, em relação ao recurso da utilização das fontes, no itinerário desta tarefa. Para discorrer sobre o caráter da plantagem de produção em larga escala de produtos destinados ao comércio, não há sequer alguma fundamentação empírica. Por outro lado, ao abordar a questão da forma do trabalho nestas grandes organizações produtivas, há uma citação da *Formação do Brasil Contemporâneo* (1953) de Caio Prado Junior, que age no sentido de reforçar a diferenciação entre o tipo de trabalho efetuado no escravismo do tipo de trabalho existente no feudalismo. O autor utiliza Caio Prado Junior como autoridade sobre o tema para legitimar sua posição sobre a questão. Por fim, ao voltar-se para a temática da compatibilidade entre a produção agrícola e o beneficiamento do produto dentro da mesma plantagem, o autor cita diversas fontes primárias que contém informações acerca da “[...] técnica de beneficiamento nas plantagens típicas [...]”, como *Cultura e opulência do Brasil* (1711) de João André Antonil (1649 - 1716), *A Bahia do século XVIII*¹¹⁶ de Luís dos Santos Vilhena (1744 - 1814), e, entre outros, o *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão* (1785) de José de Souza Gayoso¹¹⁷. Estas fontes, contudo, não são problematizadas, elas aparecem apenas em notas de rodapé com a intenção de legitimar os dados apresentados pelo autor. Aliás, ao longo do capítulo que aborda a questão da

¹¹⁶ Não foi possível encontrar o ano da publicação original.

¹¹⁷ Ibidem., p. 92.

plantagem, a utilização de fontes que aparecem apenas nas notas de rodapé vão se avolumando ao longo do texto – aí são citados diversos autores de temporalidades diferenciadas, como Henry Koster (1793 - 1820), Alice Canabrava (1911 - 2003) e Manuel Correa de Andrada (1922 - 2007) –, com algumas pequenas exceções de trechos de obras que são citadas diretamente das fontes. Um exemplo deste caso pode ser encontrado na citação que Gorender faz de uma carta de José da Silva Lisboa (1756 – 1835), que reafirma a peculiaridade das lavouras de fumo, em relação às plantagens em geral, pelo fato de recorrerem à utilização da fertilização da terra.¹¹⁸

Outro tópico importante para tratarmos aqui se refere à questão da escravidão e do escravo, o cerne das relações sociais de produção do escravismo colonial. Poderemos perceber que ao tratar desta temática Gorender manteve a mesma postura teórico-metodológica que guiou o método explicativo de sua investigação da plantagem. O primeiro passo dado pelo autor, portanto, age no sentido de conceituar a categoria escravidão e, depois, a categoria escravo, e isso serve de evidência para reafirmarmos a importância da teoria para o autor.

Como vimos no tópico *O ser escravo* deste capítulo, Gorender define dois tipos de escravidão: a doméstica, que tem função improdutiva, e a escravidão produtiva que pode ser dividida em escravidão patriarcal e escravidão colonial, de modo que a primeira seria constituída por uma economia iminentemente natural enquanto a segunda seria exportadora.

Essas delimitações, contudo, não apresentam qualquer bibliografia de apoio, elas são simplesmente anunciadas como uma definição já consolidada que dispensa maiores reflexões¹¹⁹. Por outro lado, há o processo de conceituação do escravo. Para defini-lo, Gorender se apoia em três obras de autores diferentes: *Política* de Aristóteles, no *Espírito das leis* (1748) de Montesquieu e *O Problema da escravidão na cultura ocidental* (1966) de Brion Davis. É por meio destas três balizas, principalmente, que o autor chegará à conclusão de que o que caracteriza essencialmente o conceito de escravo é a sua condição de propriedade e sujeição pessoal das quais derivam outros dois atributos: o da perpetuidade e o da hereditariedade¹²⁰. Gorender ainda destaca a semelhança desta concepção de escravidão com a noção de escravidão geral desenvolvida por Marx, mas, segundo ele, este conceito não teria sido desenvolvido e aprimorado pelo pensador alemão. Daí, talvez, a necessidade de ter recorrido a outros autores para problematizar a questão do escravo.

¹¹⁸ Ibidem., p. 102.

¹¹⁹ Ver página 60 da edição do *Escravidão Colonial* que aparece na bibliografia desta dissertação.

¹²⁰ Ibidem., p. 61.

Feito isso, Gorender passa a discutir a contradição intrínseca do escravo. Esta contradição era constituída pelo atrito entre a condição do cativo de ser pessoa dotada de subjetividade e ao mesmo tempo de ser considerado como propriedade perante os senhores. Dentro desta questão ligada ao tema da coisificação do escravo, Gorender afirma que se a legislação escravocrata, por um lado, reconhecia os escravos como coisas, propriedades, que agia no sentido de garantir o direito legal dos senhores, por outro lado, ela definia os escravos como humanos, podendo ser julgá-los, caso eles infringissem as leis coloniais. Daí a afirmação feita por Gorender de que “o primeiro ato humano do escravo é o crime”.¹²¹

O autor em questão se vê, portanto, na necessidade de discorrer sobre a legislação escrava. Deste modo, é apresentado um panorama da legislação escravista que engloba o escravismo na Roma antiga, nas colônias inglesas, e por fim, nas colônias brasileiras, com o intuito de demonstrar como, ao longo dos tempos, a legislação escravista tendeu a limitar os direitos dos proprietários de escravos e como também, ao mesmo tempo, buscou, diante das circunstâncias históricas, considerar a condição humana do escravo.

De uma forma geral, o que podemos constatar é que, ao discorrer sobre a evolução do direito romano, Gorender coloca apenas uma nota de rodapé indicando de onde partiu o conteúdo de sua explicação. A fonte destas informações são dois autores diferentes: Montesquieu e Perdigão Malheiro, jurista brasileiro e autor de *Escravidão no Brasil* (1866), que viveu entre o século XVIII e XIX.

Por outro lado, com o intuito de demonstrar as transformações que ocorreram na legislação escravista, Gorender se volta para a questão da escravidão moderna e cita dois autores: Brion Davis e, novamente, Perdigão Malheiro. O primeiro excerto citado, de Brion Davis, aponta para o avanço da legislação nas colônias inglesas norte-americanas que, a partir da segunda metade do século XVIII, elevou o assassinato de um escravo ao mesmo patamar de criminalidade que o homicídio de um branco. Já o segundo excerto, de Perdigão Malheiro, demonstra como na legislação brasileira o escravo, agente ou sujeito de um delito, nestas circunstâncias, era considerado um ente humano. Como podemos ver, portanto, Gorender, ao tentar demonstrar como o ser escravo, perante a lei, era objeto de uma contradição entre ser coisa e ser pessoa, buscou demonstrá-la por meio de citações e não por meio das próprias legislações dos períodos observados.

Outras questões ligadas ao tema do escravo ainda são tratadas por Gorender. Estes outros aspectos do ser escravo, como o de sua relação com o trabalho, com os tipos de

¹²¹ Ibidem., p. 65.

trabalhos, e com a perspectiva jurídica do escravo como propriedade, são todos tratados seguindo o mesmo padrão de interligamento entre teoria e fonte. Aparecem bastantes citações de Perdigão Malheiro quando o assunto está relacionado à legislação escrava. Mas, Gorender não se restringe à elas, existem também citações como as de um Autor Anônimo em seu *Discurso preliminar, histórico, Introdutivo com natureza de descrição econômica de comarca e Cidade do Salvador e Da senzala à colônia* (1966) de Emília Viotti da Costa, ou seja, as fontes continuam a apresentar uma grande variação historiograficamente temporal e qualitativa. Talvez o maior desequilíbrio aqui ocorra em sua abordagem do tema do escravo que se humaniza ao resistir ao exercício do trabalho. Nesta questão há uma problematização bastante teórica, na qual Gorender recorre a Karl Marx para opô-lo à Hegel. Para este, o trabalho humaniza, porém Gorender afirma que deixando a esfera idealística e passando ao nível do material o escravo se historiciza, e, nessa historização – na qual ele aparece nas condições históricas do escravismo colonial – o escravo, ao se opor ao trabalho, reafirma sua humanidade. O destaque aqui vai para o fato de que Gorender recorre a uma breve citação de *As metamorfoses do escravo* (1962), de Octávio Ianni, como meio para trazer a tona este escravo real, histórico.¹²²

Por fim, o último e mais extenso tópico que abordaremos aqui, o das leis econômicas do modo de produção escravista colonial, não difere dos dois temas tratados anteriormente. A lógica permanece a mesma: primeiro uma conceituação do objeto em questão, e, posteriormente, a fundamentação empírica das proposições teóricas. Esta segunda parte – empírica – seguindo um padrão de relacionamento com as fontes e um padrão dos seus tipos. O diferencial desta parte analítica da tese do *Escravidismo Colonial* é a amplitude do objeto em questão – as leis econômicas do modo de produção escravista colonial –, a existência de um aprofundamento e uma intensidade maiores na apreensão do objeto. Um exemplo disso é a elaboração de um capítulo específico dedicado a conceituar a noção de *leis* dentro da teoria marxista.

Nesta etapa em que as leis são teorizadas por Gorender, dois passos são dados. O primeiro tem como objetivo, seguindo a lógica de *O Capital*, de Marx, demonstrar como as leis econômicas dos modos de produção em geral são constituídas a partir das relações que surgem entre os tipos de trabalhos específicos de cada modo de produção. Feito isso, Gorender faz um alerta para o perigo de não se observar os nexos entre as relações que envolvem os tipos de trabalho e os aspectos das forças produtivas dos modos de produção que

¹²² Ibidem., p. 74.

empregam estes mesmos tipos de trabalhos. Seria preciso, portanto, relacionar o trabalho escravo com as forças produtivas do escravismo colonial, ou seja, com a *plantagem*. Caso contrário, o escravo cairia num tipo de esquematização mecanicista que desprezaria a relevância das condições históricas específicas da colônia. Caio Prado Jr, Fernando Henrique Cardoso, Alberto Passos Guimarães e Eugene Genovese, para Gorender, teriam cometido este erro de não levar em consideração a importância, em suas análises, das forças produtivas nas relações entre os tipos de trabalho.¹²³

O outro passo dado pelo autor no sentido de precisar a ideia de leis econômicas é marcado por dois apontamentos que Gorender afirma estarem condizentes com as proposições teóricas de Karl Marx e do desenvolvimento destas proposições nas obras de Oskar Lange (1904 - 1965) e Armando Castro (1918 – 1999), *Economia Política* (1963) e *Evolução Econômica de Portugal* (1970), respectivamente. O primeiro apontamento age no sentido de apresentar o processo relacional no qual está inserida a afirmação das leis econômicas e os tipos de leis que existem nos modos de produção. Em outras palavras, Gorender demonstra como as relações entre as principais categorias da teoria marxista – como *forças produtivas*, *relações de produção e trabalho* - agem no sentido de criar leis dentro dos modos de produção, e também – como vimos no tópico *As leis econômicas* – como estas leis se dividem em *onimodais*, *plurimodais* e *monodais* ou *específicas*. Por outro lado, o segundo apontamento feito pelo autor, para encerrar o exercício de conceituação das leis econômicas, se dá por meio da preocupação em elucidar o caráter tendencial das leis como categoria. Baseando-se em alguns apontamentos de Marx que aparecem no primeiro e terceiro livros de *O Capital*, Gorender busca demonstrar como estas leis tendenciais configuram-se como “[...] manifestação constante e regular [...] da oposição e da ação recíproca entre fatores imanentes na sociedade”.¹²⁴

A partir daí, Gorender passa a identificar as principais leis que atuaram no modo de produção escravista colonial, ou seja, ela passa do exercício teórico de conceituar as *leis econômicas* para exercício de fundamentá-las empiricamente. Como pudemos ver ao longo do tópico *As leis econômicas*, as principais leis evidenciadas pelo autor foram: a *lei da renda monetária*, a *lei da inversão inicial de aquisição de escravo*, a *lei rigidez da mão de obra*, a *lei da correlação lei da correlação entre a economia mercantil e a economia natural na plantagem escravista* e, por fim, a *lei da população escrava*. Cabe a nós, portanto, fazermos

¹²³ Ibidem., p. 155-157.

¹²⁴ Ibidem., p. 162.

alguns apontamentos sintéticos e objetivos acerca da utilização das fontes no exercício feito pelo autor de precisar estas leis.

A primeira destas leis, a da *renda monetária*, em relação às outras, é abordada de maneira bastante breve. Especificamente, ela é apoiada em dois tipos de fontes. Uma primária e outra teórica. Como vimos no tópico dessa dissertação dedicado às leis econômicas, Gorender relaciona esta lei com o aspecto monetário que é assumido pela renda extraída do sobretrabalho escravo. E mesmo que estes produtos destinados ao comércio fossem trocados, o valor de troca não perderia seu caráter monetário. Para evidenciar este aspecto do sobretrabalho escravo, Gorender cita o cronista Pero de Magalhães Gândavo (1540 -1580) que demonstra como as trocas efetuadas na época continham um preço justo. Este é entendido, portanto, como valor de troca que se concretiza por meio da categoria preço. A outra citação do autor é de *O Capital*, de Marx, que distingue duas formas de escravismo a partir da forma pela qual estes regimes se relacionavam com o sobretrabalho escravo. Esta fundamentação teórica serve para balizar a breve discussão que Gorender faz entre escravismo patriarcal e escravismo colonial.¹²⁵

Por outro lado, Gorender dedica dois longos capítulos para tratar do tema da *lei da inversão inicial de aquisição de escravo*. Apesar dele se ater à diversas questões ligadas à esta lei, cumpre a nós o exercício de síntese para colocar em evidência o cerne da questão.

Como vimos anteriormente, esta lei refere-se o fato dos senhores, ao empregarem força de trabalho, serem obrigados a arcar com a compra e com o sustento do trabalhador, no caso o escravo. Para evidenciar este fato e coletar dados por meio dos quais será possível observar suas implicações nos setores econômicos da colônia e determinar o caráter escravista, Gorender cita vários escritos do período de autores como Henry Koster, João Maurício Rugendas, Joaquim Nabuco e o Autor Anônimo. Por meio destes números o autor entra na contenda capitalismo/escravismo com pesquisadores como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Eugene Genovese.

Em terceiro há a *lei da rigidez da mão de obra escrava*. Como visto anteriormente, esta lei corresponde à invariabilidade quantitativa de escravos entre os períodos de alta e baixa produção. E, uma vez que são os períodos de alta produção que definem a quantidade de mão de obra, a lei da rigidez implica em investimentos improdutivos – pelo fato de arcar com a compra do escravo no período de alta – e, nos períodos de baixa, implica na inércia

¹²⁵ Ibidem., p. 164-165.

econômica por direcionar o trabalho escravo para a economia natural. As relações destas assertivas com as fontes continuam seguindo o padrão que apontamos ao longo deste tópico.

Há, assim, a utilização de diversas fontes primárias, como as escritas por autores como André João Antonil, Henry Koster, Alfred Russel Wallace (1823 - 1913), Louis Couty, Spix e Martius, entre outras, e, com menos frequência, a utilização de fontes secundárias, como a *Grande Propriedade Rural* de Alice P. Canabrava, que é abordada quando Gorender trata da problemática da quantidade de mão de obra escrava nas lavouras de algodão ¹²⁶. Por outro lado, há ainda o tema das repercussões da lei da rigidez em relação às condições da mão de obra. Neste sentido por meio de relatos da época colonial, como os de João Peixoto Viegas, do jesuíta Fernão Cardim (1540 - 1625) e de Louis Tollenare, Gorender busca evidenciar os maus tratos sob os quais os escravos estavam submetidos. ¹²⁷

Outra lei tratada pelo autor corresponde à *lei da correlação entre a economia mercantil e a economia natural na plantagem escravista*. Gorender identifica a estrutura produtiva do escravismo colonial como bissegmentada, ou seja, a produção da colônia seria composta tanto por uma parte destinada a produzir para o mercado mundial quanto por outra voltada para a produção que atendesse às necessidades de subsistência da colônia. Ao tratar deste tema, primeiramente, o autor busca precisar melhor a existência e o funcionamento da economia natural – Gorender dispensa a abordagem da economia mercantil, pois ela já havia sido abordada no capítulo III de sua obra. Para isso recorre à fundamentação empírica e demonstra como, por exemplo, Fernão Cardim e Padre Estevam Pereira surpreendiam-se com a fartura de alimentos encontrados nas fazendas, voltados para suprir as necessidades de vida dos moradores, e, por meio de André João Antonil, Henry Koster e Affonso de Taunay, entre outros, coloca em evidência aspectos técnicos da produção da economia natural, o que demonstrava sua efetivação. Feito isso, Gorender passa a analisar as duas possíveis conjunturas de produção na colônia, ou seja, os períodos de alta produção e de baixa produção. Para isso, recorre aos dados de organizações produtivas nestas duas perspectivas. A mesma postura, em relação ao trato empírico, é mantida pelo autor. Entretanto, vale ressaltar que, ao abordar a questão do período de baixa produtividade, Gorender cita Eugene Genovese para destacar a semelhança entre o caso da colônia brasileira e o da norte-americana.

Por fim, a última lei analisada pelo autor refere-se a *lei da população escrava*. Aqui há uma relação com a demografia, contudo, sob a perspectiva marxista, pois os eixos explicativos para os fenômenos demográficos são percebidos por meio de seus nexos com o

¹²⁶ Ibidem., p. 216-221.

¹²⁷ Ibidem., p. 223-225.

conceito de modo de produção. Neste sentido, primeiramente Gorender identifica, em um quadro populacional criado por Perdigão Malheiro, dados demográficos da colônia no período de 1798 a 1850, e, por meio de alguns números fornecidos por *Viagens pelo distrito de Ddamantes e litoral do Brasil* de Saint-Hilaire e *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba* (1961) de Stanley Stein – uma fonte primária e outra secundária –, identifica o quadro geral demográfico do período. Feito isso, o autor, a partir da criação de dois modelos hipotéticos – que envolvem dados como *preço do escravo*, *amortização anual*, *custo do sustento anual* e *produto líquido* – e com dados fornecidos por John Luccock, Richard Graham e Ernst Ebel, chega à conclusão de que havia “[...] uma tendência ao decréscimo absoluto da mão de obra em operação [...]” na colônia. Esta é tese do tópico. Há ainda outros temas que se relacionam a este mesmo tópico, mas que não serão abordados por entendermos que o cerne da questão tenha sido suficiente para a compreensão da relação geral entre teoria e empiria, no que diz respeito à *lei da população escrava*.

Apesar ser difícil esgotar o tema das fontes no trabalho de Gorender, o que nos exigiu um esforço de síntese, podemos, todavia, fazer uma conclusão acerca do tema do encontro entre a teoria e as fontes no *Escravidismo Colonial*. Como podemos perceber, portanto, Gorender buscou delimitar com bastante rigor suas proposições teóricas e os conceitos por meio dos quais pretendeu operar, para, posteriormente, confrontá-los e buscar apoio nas fontes históricas. Sendo assim, mesmo que Gorender não seja historiador por formação e mesmo que não haja, em sua obra, uma sistematização rigorosa e um aprofundamento crítico das fontes, podemos dizer que o suporte empírico – dividido pelo autor como fontes primárias e secundárias – de sua pesquisa permite que situemos o *Escravidismo Colonial* como uma produção historiográfica, pois a “[...] necessidade de uma base empírica nas fontes [...]” constitui um princípio geral da matriz disciplinar da História; e isso, de forma geral, se apresenta no trabalho de Gorender.¹²⁸

¹²⁸ BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. 3.ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2013. p. 182.

CAPÍTULO II

ESCRAVO, SOCIEDADE E CULTURA: QUESTÕES TEÓRICAS EM *SER ESCRAVO NO BRASIL, REBELIÃO ESCRAVA NO BRASIL E CAMPOS DA VIOLÊNCIA*

1. Kátia Mattoso: por uma história do escravo no Brasil

1.1. Temáticas e objetos

Para discorrermos sobre os principais temas e objetos abordados por Kátia Mattoso em seu estudo *O Ser escravo no Brasil*, nada melhor do que nos remetermos às próprias palavras da autora ao refletir sobre o título de sua pesquisa. Segundo ela, o título *Ser escravo no Brasil*, “[...] na voz passiva, não é uma figura de estilo: implica o desejo de adotar o próprio ponto de vista do escravo; [...] aponta a vontade de acompanhar cada passo de sua vida individual e coletiva”.¹²⁹

O objeto central da obra de Mattoso, portanto, é o escravo no Brasil, e a história do cativo, por sua vez, é dividida em três grandes temas gerais: da história da captura à venda do escravo, a história do ser escravo no Brasil, e, por fim, a história do escravo que alcança a liberdade.

A primeira destas três grandes temáticas, a que vai da captura à venda do escravo, é, por sua vez, dividida em três outros temas, que são: a constituição do tráfico negreiro na África, a estrutura do funcionamento do comércio negreiro e do escravo como mercadoria, e o modo que todos estes temas aparecem interligados ao tema da história do escravo. Em relação ao primeiro destes temas menores, por exemplo, a autora busca demonstrar o impacto da consolidação do tráfico na estrutura social das regiões africanas envolvidas neste grande negócio, assim como também as formas de captura e apreensão dos cativos, modalidades que surgiam como fruto da constituição do tráfico. Já em relação ao segundo tema menor, Kátia Mattoso procura traçar os vínculos entre a organização do tráfico – os tipos de comércio, como o monopólio e o privado, e as rotas dos navios –, as condições das viagens dos cativos e os índices de mortalidade. Por fim, ao abordar o último tema, busca-se criar uma relação entre a temática das modalidades de venda dos escravos – surgindo aqui algumas reflexões acerca da constituição do preço do escravo – e a temática das situações vivenciadas pelos escravos

¹²⁹ MATTOSO, op. cit., p. 12.

durante o processo da venda. Cabe salientar que, apesar de existir um certo espaço dedicado à história do escravo, a preocupação central da primeira parte de *Ser escravo no Brasil* é voltada, principalmente, para o tema do contexto econômico no qual o escravo aparece inserido – como o tema da estrutura do tráfico e o das vendas de escravos no Brasil, por exemplo.

A segunda grande temática abordada por Mattoso refere-se a uma tentativa de traçar a história do escravo em território brasileiro. Este tema, por sua vez, é dividido em três principais tópicos: a adaptação do escravo africano na sociedade brasileira, as formas de solidariedades que os escravos buscaram firmar, e os refúgios, ou, em outras palavras, as diferentes formas de resistência ao regime escravista. Em relação ao primeiro tópico a autora busca colocar em evidência o choque do homem africano ao ser inserido na sociedade escravista. Segundo Mattoso, a personalidade perdida pelo escravo, devido a sua captura, teria que ser reconstituída no Brasil. Deste modo, busca-se demonstrar o cenário hostil ao escravo e as principais possibilidades – como o aprendizado da língua portuguesa, a adequação à religião branca/negra e o trabalho bem feito – que o homem negro dispunha para buscar uma repersonalização e um sentido para sua vida na colônia. Por outro lado, no tópico sobre as solidariedades construídas pelos escravos, Mattoso dá destaque especial para a questão das famílias escravas, dos apadrinhamentos e dos laços afetivos formados por meio do trabalho efetuado em conjunto pelos escravos. Por fim, no último tópico, o das formas de resistência escravas, de forma geral, são tratadas temáticas como os quilombos, as insurreições e outras formas sutis de resistência, além disso, a questão da expectativa que os escravos mantinham em relação à possibilidade de se libertarem é tratada como elemento que explica a atuação dos escravos resistentes.

Por fim, o terceiro grande tema tratado por Mattoso diz respeito à situação dos escravos que conquistaram a liberdade. Esta terceira e última parte, como as outras, também se desdobra em outros três tópicos: o primeiro trata da questão da alforria, o segundo aborda a condição dos libertos, e o terceiro é voltado para o tema dos libertos dentro das relações sociais da sociedade escravista. No primeiro destes tópicos, que trata da alforria, há uma preocupação com os elementos jurídicos que envolviam a prática da alforria e tenta-se demonstrar como era apenas aparente a generosidade dos senhores que alforriavam seus escravos. Dando continuidade, no segundo tópico, o que tem-se é um esforço para compreender os limites da liberdade que a alforria proporcionava aos escravos. Mattoso,

então, busca responder questões como: “[...] ser libertado é ser livre?”¹³⁰ e “[...] ser libertado sob condição é ser escravo?”¹³¹. Por fim, ao tratar da questão do papel e da condição do liberto dentro das relações sociais que traçaram o regime escravista, a historiadora, apesar de atentar para as diversas nuances que influenciavam as condições de inserção social do forro, chega à conclusão de que o ex-escravo funcionava como uma ponte entre os dois mundos que configuravam a sociedade escravista: o mundo branco dos homens livres e o mundo negro dos homens escravos.

Como podemos perceber, portanto, a trajetória do escravo no Brasil é o objeto central de Mattoso. É a partir dele que diversas ramificações temáticas serão constituídas. De uma forma geral, estas temáticas estão inseridas em três grandes tópicos: o do escravo que é capturado e trazido à colônia, o da vida social do escravo no Brasil, e, por fim, o do escravo que alcança a liberdade.

1.2. Estratégias, abordagens e teoria

Como visto no tópico acima, *Ser escravo no Brasil* é dividido em três grandes partes. Diante disso, como estratégia analítica, percorreremos cada uma delas com a intenção de demonstrar quais foram as principais formas explicativas e abordagens que Kátia Mattoso adotou em sua pesquisa para, por fim, tentarmos compreender como elas conformam um modo singular de ver a realidade histórica, ou seja, como elas configuram uma teoria entendida como ‘modo de apreender’ a realidade¹³².

Na primeira parte de sua obra, o primeiro tema que é abordado por Kátia Mattoso é o do processo de constituição do tráfico negreiro. Este assunto, por sua vez, desdobra-se em três temas gerais: questões ligadas à formação do tráfico e às regiões de onde partiram os principais fluxos de cativos, alguns aspectos do impacto do tráfico nas sociedades africanas. e, por fim, a estruturação e o funcionamento do tráfico na África. Em relação a este último tema, Mattoso, ao partir da questão da organização do comércio de escravos – demonstrando suas principais formas, como “[...] o empreendimento privado [...], o tráfico exercido em comum com outras atividades comerciais [...] e o tráfico submetido às normas do *assiento* [...]”¹³³ – e, desmembrando este assunto, chega ao tema da logística dos sistemas de aprisionamento dos

¹³⁰ Ibidem., 200.

¹³¹ Ibidem., 207.

¹³² Ver: BARROS, op. cit., p. 40 - 46.

¹³³ MATTOSO, op. cit., p. 31.

escravos ¹³⁴ e coloca em evidência o sentido do texto que vai do macro ao micro-histórico, ou seja, da análise dos fatores históricos estruturais passa-se aos pequenos espaços responsáveis por definir as experiências que seriam vivenciadas pelos cativos.

A intenção desse percurso analítico é a de contextualizar e explicar a formação das situações as quais os cativos eram submetidos. Feito isso, a historiadora tem um terreno que serve de apoio para penetrar na mentalidade dos africanos apreendidos, assim como também para inserir, mesmo que de forma breve, uma análise voltada para as formas de disciplinar os escravos – com destaque para o papel da “[...] religião e [da] polícia [...]” como medidas disciplinares. ¹³⁵

Em relação aos próximos dois temas, ainda inseridos nesta primeira parte da obra, podemos afirmar que a abordagem continuou seguindo a mesma estratégia até então utilizada: parte-se do macro ao micro-histórico. A diferença agora está no objeto. Se antes Mattoso se atentou para consolidação do tráfico, agora suas preocupações são: as viagens dos navios negreiros para o Brasil, as estruturas do tráfico atlântico e interno, e as implicações destes fatores históricos para os cativos.

No que diz respeito a estes assuntos tratados, um novo ponto deve ser ressaltado: o aparecimento de alguns fatores explicativos de viés econômico. Neste sentido, mesmo que seja óbvio, o seguinte trecho demonstra como Mattoso, ao tratar da questão da estrutura do tráfico – elemento que conformará as situações de experiência dos cativos –, parte de um eixo explicativo de caráter econômico.

O tráfico depende, pois estreitamente, da demanda de mão de obra. Se estas aumentam com regularidade é por que novas atividades [produção] garantem o ritmo das que se poderiam mostrar menos ‘famintas’ do braço negro. O ouro sucede ao açúcar no século XVIII, o café substitui o ouro e o açúcar no século XIX. Assim, a demanda não cessa de crescer, porém não é mais a mesma, se bem que a estrutura do tráfico mude para adaptar-se às novas necessidades. ¹³⁶

Em outras palavras, os grandes ciclos econômicos – açúcar, ouro, café – condicionaram a estrutura de funcionamento do tráfico – rotas de comércio, regiões de escoamento de escravos, etc., – que, por sua vez, configuraram as experiências pelas quais os escravos passaram.

¹³⁴ Ibidem., p. 40-41.

¹³⁵ Ibidem., p. 44.

¹³⁶ Ibidem., p. 55.

O próximo trecho coloca em evidência a relação entre o tráfico – que segue o ritmo do desenvolvimento econômico do país – e a vivência do escravo.

No primeiros tempos, nos séculos XVI e XVII, [...] os cativos eram reunidos em barracões cujo telhado era a única proteção contra o vento e as chuvas tão frequentes no climas tropicais. [...] Com o desenvolvimento do tráfico, porém, a partir da segunda metade do século XVII, [...] depósitos fixo inteiros serão necessários para abrigar a nova leva de cativos.¹³⁷

Ou seja, percorrendo o caminho inverso, podemos entender que a criação de depósitos fixos para escravos – elemento que interfere diretamente na vida dos cativos – é uma consequência do desenvolvimento do tráfico que, por sua vez, é condicionado pelos fatores econômicos do país.

Por fim, ao encerrar a primeira parte da obra, Mattoso aborda dois últimos temas: o preço, e a evolução do preço, dos escravos. Quanto aos fatores que contribuíam para determinar este preço, são apresentados dois tipos: os externos aos escravos, como a distância entre portos, os monopólios e as vendas privadas, a fome, as doenças, a demanda por mão de obra e as formas de pagamento; e os fatores internos aos escravos, como idade, saúde e qualificação. Cabe observar aqui que a relação entre o tema das situações pelas quais os escravos passavam e o tema do preço configura um tipo de relação diferente do que existe entre os temas tratados até então. Ou seja, se as análises feitas até aqui por Mattoso agiram no sentido de compreender como alguns fatores históricos – como a estrutura de funcionamento do tráfico negreiro – forjaram situações que seriam vivenciadas pelos escravos, a análise do preço dos cativos, por outro lado, não cumpre a mesma função, pois o preço dos escravos aparece como uma consequência, e não causa, dos fatores que conformaram a experiência sofrida pelos cativos. Um exemplo é o fator distância entre portos – que está atrelado ao tempo de viagem que o cativo estará submetido –, que define o preço do escravo, e não o contrário. Este mesmo parecer vale para a análise que a autora faz sobre a evolução do preço dos escravos, a diferença aqui é que as explicações das variações dos preços são mais claramente conjunturais, isto é, os preços se alteram de acordo com o movimento econômico do país.

Sendo assim, após observarmos o tipo de abordagem e estratégia utilizada por Mattoso na primeira parte de seu estudo, podemos concluir que em relação aos dois primeiros temas tratados – que compreendem um recorte que vai da consolidação do tráfico negreiro na África

¹³⁷ Ibidem., p. 66.

até às formas de comercialização de escravos no Brasil – há um movimento analítico que primeiro busca evidenciar alguns fatores históricos de ordem estrutural para depois demonstrar como estes mesmo fatores forjaram as situações pelas quais o cativo foi submetido. Ou seja, a noção de estrutura tem um grande peso na tentativa da historiadora de traçar a história do escravo no Brasil.

Por outro lado, ao abordar o tema do preço dos escravos, como vimos anteriormente, o tema das experiências vivenciadas pelos cativos é deixado de lado. Há, neste tópico, apenas um diálogo entre o preço do escravo e os fatores históricos que o influenciavam. Por fim, cabe salientar que aparece, na adoção dessa estratégia, uma implicação em relação à noção de escravo, pois mesmo que a autora tenha buscado atentar para a multiplicidade étnica dos africanos capturados, o foco de sua análise, voltada para o peso dos fatores históricos sobre os cativos, acabou por uniformizá-los em torno de experiências comuns. A seguinte frase da autora deixa claro o movimento analítico da primeira parte da obra: “até aqui o nosso relato recolocou o tráfico na sua história, a venda de negros em seu contexto econômico [...], os cativos foram tratados como rebanho”¹³⁸. Isto é, apesar do objetivo da obra ser o de traçar a história dos escravos, a primeira parte da pesquisa demonstrou uma preocupação muito maior em remontar os fatores históricos que envolveram esta história do escravo.

A segunda parte da obra sinaliza uma inversão de foco e estratégia analítica. Se antes a autora buscou dar ênfase nas questões macro-históricas que conformaram as experiências vivenciadas pelos cativos, agora o que ganha destaque é a diversidade das relações sociais que entrelaçaram a vivência dos escravos na colônia. Em outras palavras, o foco se volta para “[...] o cativo como escravo imerso no conjunto da sociedade”.¹³⁹

Segundo a historiadora – que chega a classificar a sociedade escravista como um misto de modo de produção escravista e capitalista¹⁴⁰ – uma tentativa de compreender as relações sociais da sociedade escravista por meio de um modelo único, *a priori*, seria inútil. O que se deve fazer, antes, é “[...] estudar previamente as múltiplas formas de condição escrava no Brasil”¹⁴¹. Mattoso, então, rejeita uma definição única das relações sociais na sociedade escravista, mesmo que tal definição seja representativa do todo social. Isso se dá pelo motivo de que sua preocupação não repousa sobre o entendimento da sociedade, e sim sobre o escravo no Brasil.

¹³⁸ Ibidem., p. 95-96.

¹³⁹ Mesmo que Mattoso não especifique ou esquematize, a utilização do conceito de *modo de produção* é curiosa e demonstra sua preocupação, mesmo que de forma rasa, com a estrutura da sociedade escravista.

¹⁴⁰ Ibidem., p. 99.

¹⁴¹ Ibidem.

É também de suma importância a perspectiva que Mattoso adota para traçar esse panorama das diversas formas de relações sociais que os diferentes tipos de escravos vivenciavam, pois ela sinaliza um abandono das abordagens historiográficas que até então haviam se focado na perspectiva da legislação escravista, e que reforçavam a coisificação do escravo.

Em detrimento do olhar jurídico, portanto, a autora opta por aderir à perspectiva “psicológica”, ou seja, pretende-se compreender o significado que os próprios escravos atribuíam às relações que eles vivenciavam. Neste sentido, o escravo é compreendido a partir de um contexto no qual ele busca resgatar sua personalidade perdida pela captura e pelo tratamento legal que o definia como mercadoria. O sentido da vivência do escravo na colônia é, assim, o de reconstruir sua personalidade. Para a realização deste objetivo, três características devem marcar este escravo, “[...] humildade, obediência e fidelidade: sobre esse tripé vai ser encenada a vida desses homens” ¹⁴². Este será o preço de sua inserção social.

Cumprir destacar, ainda, que o objetivo do escravo vem acompanhado de outros importantíssimos elementos que motivarão essa busca pela integração à sociedade, são eles: a expectativa de libertação total ou a busca por um espaço – mesmo que dentro dos limites da escravidão – onde possa exercer certa autonomia.

Neste sentido, tais fatores norteadores da vivência do escravo no Brasil possibilitaram uma reformulação na maneira de ver as formas de resistência escrava e agiram no sentido de elevar o escravo ao patamar de agente histórico. Se na historiografia antecedente as principais formas de resistência se davam por meio das fugas, revoltas e suicídios, Mattoso ampliou esse leque de possibilidades e enxergou em atitudes escravas - como a obediência, o aprendizado da religião cristã e a dedicação ao trabalho - formas de ganhar a afeição dos senhores, o que poderia repercutir em alguns ganhos para estes escravos, como a ampliação na sua margem de “liberdade”.

As regras do jogo nessa sociedade brasileira, cuja economia se fundamenta por inteiro na escravidão, estão aparentemente em mãos dos senhores. No entanto, o escravo pode aceitar ou recusar as regras desse jogo. Por certo, na maioria das vezes é difícil recusá-las todas, pois restar-lhe-ia a fuga ou a morte, mas ele dispõe de mil possibilidades de aceitá-las, porém modelando-as. Apesar de algumas recusas violentas que se devem registrar, toda uma gama sutil de reações, invenções, adaptações originais e repulsas disfarçadas conseguirá impor a paz social no conjunto do Brasil escravista.

¹⁴³

¹⁴² Ibidem., p. 102.

¹⁴³ Ibidem., p. 122.

Como percebemos, a intenção geral da historiadora, nesta segunda parte de sua obra, é a de buscar compreender as relações sociais da sociedade escravista por meio da vivência dos próprios escravos, o que, por sua vez, possibilitou um novo olhar sobre as formas de resistência e sobre a capacidade do escravo ser compreendido como agente histórico.

No que diz respeito a este esforço analítico, podemos destacar a preocupação da autora com as diversas variáveis que multiplicaram as possibilidades de relações sociais do sistema escravista. Fatores como as diferenças entre escravos africanos e mulatos, escravos do campo, das minas e das cidades, correspondiam a diferentes experiências de Ser escravo no Brasil. Além disso, vale destacar o esforço da historiadora em apontar os diferentes laços de solidariedade que estes escravos, em diferentes situações, buscavam firmar, como os que se davam nas famílias, nos cultos religiosos, no trabalho, etc. O mundo dos escravos, por fim, exigia um duplo esforço, pois havia duas comunidades pelas quais ele precisava ser aceito, a comunidade branca e a negra. Nossa conclusão, portanto, é a de que Mattoso transcende a dicotomia comumente pregada das relações sociais, que se resumia na divisão senhores/escravos, e nos apresenta outros elementos que configuram uma rica e complexa rede de relações diferenciadas.

Por fim, na última parte que compõe *Ser escravo no Brasil*, temos uma continuação da abordagem que foi empregada na segunda parte da obra, ou seja, ainda permanece uma preocupação com a trama vivenciada pelo escravo dentro da rede de relações sociais que configuraram o regime escravista. Contudo, agora há uma diferença: na terceira parte o foco da análise deixa de ser sobre o escravo e passa a ser sobre o liberto, tanto o escravo alforriado plenamente, quanto o escravo libertado sob condições. Três preocupações centrais aparecem aqui: a alforria, a liberdade e as relações sociais entre libertos e homens livres e entre libertos e escravos. Como veremos mais adiante, a estratégia e abordagem utilizadas pela autora, ao analisar estes temas, são comuns. Ou seja, salvando as nuances intrínsecas a cada temática, há uma preocupação em analisar as diferentes circunstâncias – fatores que diversificavam as possibilidades de relações sociais, como o fato do escravo ser do campo ou da cidade, do período, das conjunturas econômicas, etc. – que modelavam a relações nas quais os libertos estavam inseridos. Ao mesmo tempo em que se define o campo de experiência que os libertos vivenciavam, a autora busca compreender a significação que os próprios libertos atribuíam a esta trama de relações nas quais estavam inseridos.

Vistos mais de perto, esses três temas principais – alforria, liberdade e o liberto dentro da rede de relações sociais –, por apresentarem alguns eixos explicativos de importância teórica, merecem ser destacados.

Em relação à questão das alforrias, por exemplo, a autora não se limita a tratá-las apenas no âmbito jurídico, das conjunturas, ou dos interesses econômicos que as permeavam. Apesar de concluir que as alforrias “[...] servem, antes de tudo, aos interesses do proprietário [...]”¹⁴⁴ – interesses econômicos, vale ressaltar –, Mattoso incorpora outros elementos, mais subjetivos, como a relação afetiva entre escravo e senhor.

Na verdade a avaliação terá em conta ainda outro fator, muito importante, cujo peso é bem difícil de ser determinado: trata-se do relacionamento existente entre o senhor, que dá, ou melhor, que vende a libertação do seu escravo, e o cativo, que busca uma alforria difícil de ser obtida. Trata-se do grau de intimidade de que o cativo goza junto a seu senhor, de sentimentos difíceis de serem contabilizados, nos quais influenciam os matizes da amizade ou da indiferença.¹⁴⁵

Indo além, a historiadora identifica na prática da alforria uma espécie de ritual.

As duas fórmulas-chave dessa liturgia da libertação: “Por me haver bem servido(a)” e “Pelo bem que lhe quero por tê-lo criado(a)”. São raras as cartas de alforria que escapam desses chavões. Para ser libertado é preciso, portanto, ter sido um escravo trabalhador, fiel e obediente.¹⁴⁶

Por fim, o próximo trecho deixa claro a complexidade dos fatores atuantes na prática das alforrias:

A alforria nunca é uma aventura solitária. Resulta de todo um tecido de solidariedades múltiplas e entrelaçadas, de mil confabulações, processos de compensações, promessas feitas e mantidas, preceitos, até mesmo de conveniência, reflexos e imagens mentais que constituem, no Brasil da escravidão, o quadro de uma sociedade que tem sua própria concepção de “justo” e do “normal”.¹⁴⁷

Em relação aos outros dois tópicos, o da liberdade do liberto e o da relação do liberto com os homens livres e os escravos, o tratamento analítico continua o mesmo. Ao abordar o tema da liberdade, por exemplo, Mattoso, buscou demonstrar as condições reais de liberdade

¹⁴⁴ Ibidem., p. 186.

¹⁴⁵ Ibidem., p. 183.

¹⁴⁶ Ibidem., p. 187.

¹⁴⁷ Ibidem., p. 194.

– jurídicas, políticas, sociais – tanto dos libertos sob condições quanto dos libertos plenamente.

Somando-se a isso, ao remontar este panorama de relações atuantes na noção de liberdade, Mattoso buscou penetrar na mentalidade do escravo: “[...] é certo que o liberto tem geralmente plena consciência das armadilhas que sua nova identidade lhe prepara [...], porém preferiu esse tipo de liberdade à escravidão bem protegida” ¹⁴⁸. Este escravo, segundo a autora, era quase sempre o escravo “protegido”, aquele que se adaptou aos valores da sociedade branca, que soube resistir de forma sutil e conquistou sua “liberdade”. Por fim, quanto ao tema da relação dos libertos com os outros grupos sociais do período, Mattoso busca se voltar, principalmente, para a relação entre os libertos e os homens livres e os libertos e os escravos, chegando à conclusão de que o liberto serviu como ponte que interligava os dois mundos, o dos homens brancos e os dos homens negros, tudo isso sem perder de vista os diversos fatores variantes, como, por exemplo, as diferenças do liberto crioulo e do liberto africano.

Visto as três partes que compuseram a pesquisa de Kátia Mattoso, cabe a nós, para concluir este tópico, tentar fazer um parecer geral acerca do panorama teórico desta obra – exercício arriscado, mas necessário à prática científica. Deste modo, o que podemos dizer é que *Ser escravo no Brasil*, em sua totalidade, condiz com um estudo que se enquadra predominantemente dentro do campo historiográfico da História Social. Em outras palavras, a preocupação principal da historiadora é a de compreender a trajetória de um grupo social específico, o do escravo, dentro da dimensão das relações sociais que o envolveram, desde a sua captura na África até a conquista de sua “liberdade” no Brasil. Somando-se à dimensão social, que perpassa toda a obra, podemos também, em momentos diferentes do livro, encontrar outras dimensões – como a econômica e a cultural, por exemplo – que, levadas em consideração, propiciaram uma resignificação do conteúdo social trabalhado no texto. Por exemplo, “[...] o desejo de adotar o próprio ponto de vista do escravo [...]” ¹⁴⁹ e de adentrar na mentalidade deste, permitiu uma resignificação de atitudes escravas – como obediência e fidelidade ao senhor – que passaram a ser compreendidas como um tipo sutil de resistência. Ou seja, o fato de que os escravos ao verem na incorporação dos valores da comunidade branca uma forma de ficarem mais próximos da conquista da liberdade, permitiu que a autora entendesse o que era visto como adaptação como uma forma de resistência. Há, aqui,

¹⁴⁸ Ibidem., p. 207.

¹⁴⁹ Ibidem., p. 12.

portanto, temas ligados à História Cultural e à História das Mentalidades que são trabalhados na dimensão do social.

Na primeira parte do livro, também podemos perceber uma aproximação com a História Econômica. Há uma grande preocupação ao longo do livro, mas que aparece de forma mais aguda na primeira parte da pesquisa, em compreender os fatores históricos que agiram no sentido de criar o campo de experiência a ser vivenciado pelos escravos. Se lembrarmos de que o escravo era uma mercadoria – mesmo com sua subjetividade –, e que o objetivo da autora é traçar a trajetória do escravo/mercadoria, podemos compreender o diálogo da obra com a História Econômica, cujo um dos principais objetivos é estudar a circulação das mercadorias.

Por fim, um último ponto que podemos abordar refere-se à noção de estrutura. O que percebemos é que ela não é totalmente incorporada, nem totalmente renegada. O aparecimento de fatores estruturais depende dos objetivos específicos do livro. Por exemplo, por um lado, na primeira parte, onde há uma preocupação em abordar a trajetória do escravo que vem da África para a colônia, existe uma preocupação macro-histórica em explicitar a estrutura do tráfico negreiro. Por outro lado, quando o objetivo condiz com uma análise das formações de família, ou das esperanças de liberdade, podemos perceber um afrouxamento dos fatores estruturais. Dito de outra forma, por um lado não há o entendimento da sociedade como um todo esquematizado, tanto é que as relações sociais são colocadas de uma forma bastante diversificada e complexa, mas por outro lado são colocados diversos elementos históricos de ordem estrutural que atuam nestas relações.

Para encerrar, podemos dizer que não existe, em *Ser escravo no Brasil*, uma teoria ao nível de modelo explicativo, nem, sequer, uma delimitação conceitual como guia de análise. Porém, há sim uma teoria ao nível de modo de apreender a realidade. Neste sentido, se por um lado existe um diálogo com o empírico – permitindo que ele coloque em evidência a realidade complexa das relações sociais da colônia –, por outro lado parece também existir um certo ‘modo de apreender a realidade’ típico da História Social, mas que aparece, em diferentes momentos, entrelaçado a outros campos, como o da História das Mentalidades, da História Cultural e da História Econômica, por exemplo.

1.3. As fontes e o tratamento empírico

O objetivo geral deste tópico consiste em identificar os principais tipos de fontes utilizados em *Ser escravo no Brasil*, assim como também em tentar compreender as formas como estas mesmas fontes foram abordadas e analisadas.

Para começar, podemos destacar um trecho da introdução da obra no qual a autora faz alguns apontamentos acerca das fontes utilizadas em seu estudo.

[...] dispomos de uma documentação por certo fragmentária, porém muito abundante. Sem dúvida, ela favorece mais o século XIX do que os anteriores. E também, indubitavelmente, não possuímos qualquer daqueles depoimentos escritos ou memórias de escravos, tão abundantes nos Estados Unidos. Mas, às fontes antigas – papéis oficiais, testemunhos dos contemporâneos, brasileiros ou estrangeiros –, acrescentou-se toda uma série de documentos novos: testamentos, inventários de heranças, cartas de liberdade, processos judiciais, arquivos policiais e de associações leigas ou religiosas e as preciosas tradições orais de certas comunidades “afro-brasileiras” da atualidade.¹⁵⁰

Visto esse panorama geral, apresentado por Mattoso, cabe a nós adentrar na obra e observar como se apresentou a questão das fontes ao longo do texto. Como percurso de análise, manteremos o mesmo esquema utilizado nos outros dois tópicos. Ou seja, como *Ser escravo no Brasil* é dividido em três grandes temáticas, percorreremos cada uma delas buscando destacar o que achamos de mais significativo em relação à questão da utilização das fontes históricas.

Na primeira parte de sua obra, Mattoso – que trata dos fatores históricos relacionados à captura e a venda do escravo –, quando trata da questão da consolidação do tráfico negreiro na África, algo que nos chama bastante atenção é a sua total despreocupação em apontar as fontes de onde extrai suas informações¹⁵¹. O mesmo, contudo, não vale para os próximos dois grandes assuntos – ainda dentro da primeira parte da obra – tratados pela autora: a viagem do cativo ao Brasil e a sua venda, neste país, como escravo. Nestes dois grandes temas há uma tendência crescente na explicitação das fontes históricas.

Para tratar da questão das condições das viagens pelo atlântico, são utilizadas, de forma mais incipiente, fontes como relatos e regulamentos e, de forma mais contundente, dados quantitativos de dois trabalhos específicos, um de Pierre Verger e outro de Herbert

¹⁵⁰ Ibidem., p. 13.

¹⁵¹ Isto não significa, entretanto, que a abordagem da autora não tenha sido fundamentada por fontes históricas; significa, antes, que não houve a preocupação de explicitar tais fontes. Deste modo, o que fica a disposição do leitor, é apenas a relação das fontes, utilizadas para a pesquisa, que aparece anexada no final do livro.

Klein¹⁵². O mesmo vale para as análises sobre o funcionamento do tráfico atlântico e interno, com a diferença de que neste momento aparecem alguns inventários, documentos de navios negreiros e um quadro de Oliveira Vianna – “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil”¹⁵³. Por fim, ao se voltar para as questões ligadas à experiência escrava há a utilização de duas fontes: uma tabela com dados demográficos retirada da obra *Preto no Branco* (1976) de Thomas E. Skidmore, e um relato do viajante alemão Freyreiss, ao abordar a questão do mercado de escravos no Brasil.

Quanto ao tema das vendas, são abordadas duas modalidades distintas: os “leilões públicos” e as “vendas privadas”¹⁵⁴. Existe, aqui, uma pequena variação na forma de tratar o empírico. Por exemplo, ao discorrer sobre os leilões públicos, Mattoso seleciona três certidões de leilões – que vão de 1612 a 1795 – de escravos. Os dados são apresentados, analisados e confrontados para que se possa extrair algumas conclusões acerca do tema. O mesmo método é aplicado na análise das vendas privadas, com a diferença de que as fontes selecionadas aqui são uma série de inventários, pois o aumento do tipo de venda privada aparece relacionado a uma diminuição do papel dos escravos nas fortunas dos senhores, relação esta, por sua vez, explicada “[...] pela conjuntura econômica [...] que favorece a venda imediata de escravos inúteis”.¹⁵⁵

Para encerrar esta primeira parte de sua obra, Mattoso, entre outros temas, ao abordar a questão da evolução do preço dos escravos entre os séculos XVI e XIX, define um método analítico que apresenta implicações empíricas: “[...] este estudo ficará mais claro se compararmos a evolução do preço dos escravos à flutuação do preço do açúcar e, a partir de 1810, ao do café”¹⁵⁶. Sendo assim, para cumprir este objetivo, apesar de Mattoso não descartar a utilização variada de fontes, como nos casos apontados acima, as principais fontes utilizadas – que direcionam e determinam as conclusões da análise – são tabelas que comparam o preço do escravo com o do açúcar, retiradas do estudo *300 anos de inflação* (1974) de Mircea Buescu. Vale destacar, ainda, que grande parte das fontes utilizadas por Mattoso é referente à região da Bahia.

Ao chegarmos à segunda parte da obra, quando são abordadas questões ligadas à história do escravo inserido nas relações sociais da sociedade colonial, podemos identificar

¹⁵² Ibidem,, p. 49.

¹⁵³ Vale destacar que este quadro é citado por Mattoso a partir de *A brazilian coffe county 1850-1890* (1974) de S. J. Stein.

¹⁵⁴ Ibidem,, p. 67.

¹⁵⁵ Ibidem,, p. 77.

¹⁵⁶ Ibidem,, p. 88.

um padrão relativamente novo em relação ao trato empírico – mesmo que este padrão não se altere significativamente em relação ao padrão referente a primeira parte da obra.

Há, agora, uma diminuição na explicitação das fontes. Na maioria das vezes elas são utilizadas apenas para reforçar alguns pontos específicos desenvolvidos pela autora. De forma mais delimitada, podemos dizer que aqui são abordados três grandes temáticas, de modo que cada uma destas, por sua vez, é dividida em alguns temas específicos. O que ocorre é que, em alguns momentos destes temas, algumas fontes são citadas com o intuito de reforçar as assertivas empregadas pela autora. Apesar disso, vale ressaltar que, como já destacamos anteriormente, a não explicitação das fontes que prevalece no desenvolvimento dos tópicos não deve significar que as partes onde isto ocorra tenham sido formuladas sem embasamento empírico.

Diante disso, podemos destacar alguns pontos da obra que reforçam nosso parecer. Em relação ao primeiro tema desta segunda parte de *Ser escravo no Brasil*, por exemplo, quando a autora trata da questão da ‘obediência’ como elemento empregado pelo escravo que buscava se adequar ao sistema que lhe era imposto, o único momento em que fica sugerida a utilização de uma fonte é quando a autora busca confirmar a diversidade dos trabalhos efetuados pelos escravos por meio da seguinte afirmação: “[...] os relatos dos viajantes estrangeiros mostram os escravos atrelados aos trabalhos mais diversos desde o começo do século XVII”¹⁵⁷. Apesar de nem todas as citações de fontes serem feitas de forma tão incipiente quanto essa, elas nunca chegam a atingir um nível profundo de problematização. Por exemplo, ao tratar do aprendizado da língua portuguesa pelos escravos, a autora se limita a destacar alguns anúncios de jornais que comprovavam a existência de escravos que falavam português¹⁵⁸. Sendo assim, no geral, o que podemos perceber é: primeiro, que as fontes apresentam uma significativa variação de tipos, como relatos, jornais, documentos clericais, descrições de jesuítas, testamentos de escravos, cartas de alforria¹⁵⁹, e, segundo, que as fontes quase nunca são problematizadas, antes, elas são utilizadas como apêndices que reforçam assertivas empregadas pela autora.

Por fim, ao adentrarmos na terceira e última parte da obra de Mattoso, no que diz respeito às fontes e ao tratamento empírico, podemos dividi-la em dois pontos: o tema das alforrias dentro do âmbito jurídico, e o das condições de liberdade e de adaptação do liberto

¹⁵⁷ Ibidem., p. 110.

¹⁵⁸ Ver página 113.

¹⁵⁹ Aqui há uma exceção, pois ao tratar do tema do trabalho como elemento de solidariedade entre escravos, Mattoso afirma ter pesquisado – em conjunto – 6.593 alforrias. O resultado da pesquisa, neste sentido, é sintetizado e apresentado pela autora. Ver página 140.

dentro das relações sociais que configuraram o regime escravista. Acerca do primeiro ponto, podemos dizer que no geral o embasamento empírico que perpassa a explicação da prática das alforrias é todo feito por meio de leis e ações promulgadas pela administração estatal.

O que há, então, por meio da análise da necessidade e das consequências sociais das leis, é uma tentativa de definir juridicamente os principais aspectos da prática da alforria. Porém, este ponto, em relação ao outro, é ligeiro. O segundo – que merece maior destaque por sua relevância ao longo de toda a terceira parte de *Ser escravo no Brasil* – refere-se à ampla utilização de cartas de alforria e de testamentos com a intenção de adentrar nas relações sociais às quais os libertos encontravam-se imersos. O seguinte trecho ilustra a posição qualitativa de Mattoso perante as cartas de alforrias:

Em geral, as cartas de alforria fornecem indicações diversas: o nome do escravo que se liberta, sua origem, filiação, se conhecida, cor, os motivos pelos quais é alforriado, a modalidade dessa libertação – que pode ser gratuita, onerosa, sob condições –, os nomes das testemunhas e a data de registro em cartório. Esporadicamente depara-se também com informações sobre a profissão do senhor, seu endereço na cidade ou no campo, a idade e o ofício do liberto. Em conjunto, esses documentos refletem claramente a vida do grupo privilegiado dos escravos alforriados. E, sobretudo preciosos: os dados que contêm informam dos motivos que determinaram a outorga da libertação e as condições, por vezes suspensivas ou provisórias, dessa concessão. Nelas está, ao vivo, a pungente realidade de uma prática capaz de suscitar esperanças e ilusões nos homens e mulheres que palmilharam um caminho minado de armadilhas, o da liberdade.¹⁶⁰

É essa a perspectiva empírica, portanto, que conduzirá todo o restante da terceira parte da obra da historiadora. Vale ressaltar que os outros tipos de fontes e de tratamentos empíricos – documentos oficiais, relatos de viajantes, inquéritos, jornais, trabalhos de outros autores, etc., utilizados para reforçar assertivas – que marcaram as duas primeiras partes de seu livro, mesmo que de forma mais tímida, também se fazem presentes aqui. Contudo, o que se destaca mesmo são as citações literais de cartas de alforrias que ilustram a diversidade dos tipos de casos que marcaram as libertações e as liberdades dos ex-escravos. Vale ressaltar, por fim, que a maioria das fontes utilizadas nesta terceira parte do estudo são referentes à região da Bahia, uma particularidade digna de nota, uma vez que a pretensão do livro é remontar a história do escravo no Brasil.

Para concluir, podemos dizer, então, que a questão das fontes históricas e do tratamento empírico em *Ser escravo no Brasil* é marcada pelos seguintes aspectos: os tipos de

¹⁶⁰ Ibidem, p. 181.

fontes são extremamente variados, como jornais, cartas de alforria, inquéritos, regulamentos, processos, relatos de viajantes, testamentos, trabalhos historiográficos, etc ; há diversos assuntos que são abordados sem a preocupação de evidenciar o apoio empírico, assim como também há apenas ligeiras citações de fontes que não são problematizadas, são citadas apenas para reforçar determinada afirmação da autora; há a utilização de séries de fontes, e de quadros de dados quantitativos que são utilizados para analisar questões ligadas a recortes temporais específicos; muitas das fontes são relacionadas à região da Bahia, e, por fim, há uma atenção maior em relação ao tratamento das fontes quando a autora utiliza as cartas de alforria para analisar a diversas possibilidades que configuraram os casos de libertação.

2. João José Reis e a história de uma Rebelião escrava no Brasil

2.1. Temáticas e objetos

A pesquisa de João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil* (1986), tem como objeto principal o levante dos escravos Malês ocorrido na região da Bahia no ano de 1835. Como o leitor poderá perceber, a obra do historiador baiano tem um recorte bastante específico dentro do universo historiográfico da escravidão: um recorte temático, a revolta escrava dos Malês; um recorte regional, que tem como foco principal a região do recôncavo baiano; e, por fim, um recorte temporal abrangendo o curto período que vai do início do século XIX até o ano de 1835, ano da revolta e de sua represália. Uma vez que este último recorte – o temporal – contempla um leque de temáticas que são tratadas ao longo do livro, cabe a nós percorrermos este caminho com a intenção de identificar os principais temas que marcaram *Rebelião escrava no Brasil*.

A primeira parte do livro tem como objetivo explicitar o contexto que antecedeu a revolta dos Malês. Dentro deste percurso expositivo, duas principais temáticas são abordadas: o contexto social e econômico da província baiana e as revoltas populares – que o autor intitula como revoltas da plebe livre – e escravas que aí ocorreram. Na primeira temática dois pontos são trabalhados: os dados demográficos da população baiana, colocando em evidência não apenas a quantidade de pessoas, mas também as principais divisões da população, como as por grupos sociais, por tipos de trabalho, por etnias e por distribuição de riqueza; e, a segunda temática, trata da conjuntura econômica que afetava a região, passando pelos principais fatores ligados à crise econômica nas décadas de 1820 e 1830, como os empecilhos

frente à produção do açúcar, do algodão e do tabaco, o clima antiportuguês devido aos conflitos em torno da independência, as demissões, o desemprego, a proibição do tráfico e, entre outros, o aumento no preço dos alimentos. Todos estes fatores abrem espaço para o clima de tensão e para a emergência das revoltas do período. Essa é a outra temática abordada. Nela, há, como dissemos anteriormente, dois tipos de revoltas: as da população livre e a dos escravos. Em relação àquela, João José Reis a divide em três principais categorias: os “distúrbios antiportugueses”; as “revoltas militares”; e os “movimentos liberal-federalistas” ¹⁶¹. Todos são tratados independentemente. Por fim, em relação às revoltas escravas que marcaram o período antecedente ao ano de 1835, há uma preocupação em apontar os motivos e os principais elementos que configuraram as revoltas, as formas de repressão e as medidas tomadas pelo governo para enfrentar o problema dos escravos rebeldes.

Mais adiante, ao chegarmos à segunda parte da pesquisa, o que podemos evidenciar é que o foco sobre os aspectos relacionados ao contexto da revolta cede lugar à revolta propriamente dita. Temos aqui, então, quatro subdivisões temáticas: a revolta em si; a trajetória dos Malês; “[...] o papel específico dos Malês na rebelião [...]” ¹⁶², e, por fim, minibiografias dos principais líderes envolvidos na revolta. Em relação à primeira subdivisão o que temos é uma descrição da trajetória da revolta: a conspiração. A descoberta desta por parte das autoridades e tentativas de impedir a realização do levante; o irromper da revolta e os principais conflitos; a repressão; e as fugas e prisões. Quanto ao tema da trajetória dos Malês, o autor trata primeiramente, e de forma breve, dos principais aspectos do islã na África; posteriormente, com mais atenção, se volta para o tema da adaptação cultural que os Malês realizaram ao exercerem a religião islâmica na região da Bahia; neste momento são abordadas diversas questões ligadas a esta prática, como o uso de amuletos, a prática da leitura, as vestes, os rituais, as reuniões, as comidas, as festas, etc. Ao chegarmos na terceira subdivisão, relacionada ao papel dos Malês na revolta de 1835, o que temos é o levantamento de diversos tópicos como: o papel do islã na vida dos escravos; o papel dos mestres espirituais Malês na organização da revolta; a importância simbólica do ramadã – data comemorativa dos muçulmanos – para a escolha da data da revolta; e, entre outros, a discussão sobre a possibilidade da revolta de 1835 ser compreendida como uma *jihad*. Quanto ao tema dos perfis dos líderes da revolta, Reis busca tratar, até aonde as fontes o permitem, todos os aspectos da vida desses personagens.

¹⁶¹ REIS, op. cit., p. 38.

¹⁶² Ibidem., p. 136.

Na terceira parte de *Rebelião escrava no Brasil*, João José Reis discute “[...] a formação de uma cultura africana fortemente influenciada pela identidade étnica e expressa na organização do trabalho e da vida cotidiana”¹⁶³. Neste sentido, os principais temas que compõem esta parte tratam da questão das etnias, das ocupações e da vida cotidiana dos escravos que participaram da revolta. Primeiramente, então, o autor identifica a participação étnica da revolta de 1835, depois passa a discorrer sobre os principais aspectos sociais e culturais dos nagôs, haussás, jejes, angolanos e dos crioulos; sobre a relação entre eles, e com os senhores; e sobre como os elementos das tradições culturais africanas estabeleciam uma relação dinâmica com a sociedade baiana. Feito isso, Reis se volta para questão do “[...] perfil ocupacional dos presos [...]”¹⁶⁴, onde são tratadas diversas temáticas, como: a multiplicidade dos trabalhos urbanos – discorrendo com maior atenção sobre “o sistema de ganho”¹⁶⁵ –; a autonomia dos negros em seus trabalhos; a questão do “canto”¹⁶⁶ dos trabalhadores libertos e escravos; as juntas de alforria; os perfis ocupacionais dos presos; as mudanças de trabalho; e a relação entre trabalho e rebeldia. Por fim, quanto ao tema da vida cotidiana dos envolvidos na rebelião, Reis aborda pontos como a localização e as implicações sociais das moradias desses rebeldes, o convívio entre homens e mulheres, as famílias, as crianças e as questões afetivas nos laços de solidariedade.

Na quarta e última parte que marca a pesquisa, dois temas principais são abordados: o processo da repressão e os castigos destinados aos acusados de participação da rebelião. No que diz respeito ao primeiro tema, Reis trata de toda a estrutura da elaboração e da execução da repressão após o levante. Ou seja, aborda questões ligadas às decisões das autoridades, às formas dos interrogatórios, às invasões domiciliares, aos julgamentos, ao papel dos advogados e dos senhores, e, entre outras, às posturas dos acusados. Quanto ao tema das punições, o que podemos perceber é uma preocupação com as variações dos tipos de punições – como as penas de morte, de açoites, de deportação, de prisão, etc. – suas intensidades, suas execuções e as tentativas de utilização de recursos para a mudança dos castigos. Ainda dentro desse tema, também são abordadas questões relacionadas à criação de leis, pelas autoridades, que visavam dificultar a vida dos africanos, como medida preventiva.

Como podemos observar, portanto, todos os temas tratados na obra de João José Reis giram em torno de um mesmo eixo, seu objeto central, a revolta dos Malês em 1835. Esses

¹⁶³ Ibidem., p. 8.

¹⁶⁴ Ibidem., p. 197.

¹⁶⁵ Ibidem., p. 198.

¹⁶⁶ Na página 202, Reis define os cantos como “instituições formadas por ganhadores que se organizavam por etnia para ocupar locais específicos da cidade e aí atender ao chamado dos fregueses”.

diversos temas, que vão dos antecedentes à repressão do levante, por sua vez, desdobram-se em diversos outros tópicos menores. De uma forma geral, podemos dizer que os principais temas que orbitam o objeto central, são: a sociedade, a economia e as rebeliões na época dos Malês; a cultura africana em revolta; e a repressão das autoridades.

2.2. Estratégias, abordagens e teoria

Uma vez que esta obra de João José Reis é dividida em quatro partes, como foi visto no tópico anterior, cabe a nós agora buscar identificar e compreender como estas mesmas partes formam um conjunto orgânico dotado de estratégia, teoria e formas de abordagem.

Nos três primeiros capítulos que compõem a primeira parte da obra podemos identificar uma estratégia que tem como intenção desvendar, por meio da análise demográfica, econômica e social, o estado histórico em que se encontrava a região da Bahia no início do século XIX. A compreensão da sociedade baiana age no sentido de fornecer as bases contextuais que marcaram a revolta dos Malês em 1835, o objeto principal do autor.

Vejamos este percurso analítico um pouco mais de perto. Na parte cujo objetivo é compreender a sociedade baiana de forma geral, o que vemos é uma predominância da abordagem demográfica e econômica, sem, contudo, perder de vista a dimensão do social. Em outras palavras, num primeiro momento, João José Reis trabalha com dados quantitativos de ordem demográfica, e, como já dissemos, estes dados agem no sentido de fornecer um retrato da divisão social e étnica da sociedade baiana do período. Quanto à abordagem econômica, o que vemos é uma análise que visa apontar os diversos fatores que compuseram o estado de crise daquela sociedade. Neste sentido, são abordados elementos de ordens diversas, como o aumento internacional da concorrência dos produtos produzidos naquela região, o clima de tensão instalado pelos conflitos em torno da independência em 1822, o desemprego, o fim do tráfico, e, entre outros, o aumento no preço dos alimentos. Vale ressaltar que as reações populares diante do problema do preço dos alimentos tiveram uma explicação por meio da perspectiva teórica thompsoniana. Neste segmento, a pressão exercida pelos consumidores sobre as autoridades, com o objetivo de estabelecer preços justos é entendida como uma ação de controle de mercado baseada no “[...] que E. P. Thompson chamou de economia moral”¹⁶⁷.

Posteriormente, como reflexo desta crise econômica evidenciada na Bahia, João José Reis busca analisar a emergência das revoltas nesta região. Primeiramente o autor analisou as

¹⁶⁷ Ibidem, p. 30.

revoltas da população livre – sempre apontando para a participação dos negros nestes levantes –, e posteriormente as revoltas dos escravos. A abordagem de tais movimentos privilegia diversas dimensões, como a social, a econômica e a cultural.

Em continuidade ao tema anterior – da crise econômica -, o das revoltas também segue a mesma estratégia, cujo objetivo é contextualizar e colocar em perspectiva a revolta dos Malês de 1835. O seguinte trecho ilustra essa posição do autor.

Neste capítulo examinaremos os movimentos do povo livre baiano que precederam a rebelião de 1835. Eles nos ajudarão a completar o quadro da sociedade baiana que traçamos no capítulo anterior. Certamente darão mais vida e colorido àquele quadro, permitindo colocar 1835 em perspectiva e entender melhor suas estratégias, objetivos e limites.¹⁶⁸

Feito essa contextualização, o autor chega ao momento em que analisa a revolta propriamente dita. Nesta parte, a primeira tarefa de Reis é a de abordar o tema do desenvolvimento da revolta, ou seja, seu início, seus principais conflitos e a sua repressão. No que diz respeito a este tópico, o que mais chama a atenção é que ele se constitui a partir de uma verdadeira narrativa, toda respaldada por fontes históricas, da revolta de 1835.¹⁶⁹

De acordo com Peter Burke há um embate entre dois campos diferenciados por tipos de narrativas, o estrutural e o narrativo, de modo que eles tendem a “[...] diferir não apenas na escolha do que consideram significativo, mas também em seus modos preferidos de explicação histórica”¹⁷⁰. Neste sentido, a forma que Reis escolhe para explicar a revolta não tem como preocupação a aplicação de uma teoria como modelo que deve ser aplicado sobre seu objeto, pelo contrário, a trama da revolta é reconstituída a partir de uma narrativa que segue um percurso delineado pelos fatores empíricos. O seguinte trecho, que trata da questão dos boatos sobre a conspiração da revolta, ilustra bem o tipo de narrativa empregada por pelo autor:

Na volta para casa, Guilhermina encontrou a comadre Sabina da Cruz, outra liberta nagô, que vinha ansiosa conversar sobre o mesmo tema. Vinha falar de um dos conspiradores, seu companheiro Vitório Sule, com quem tivera uma briga feia naquela manhã.¹⁷¹

¹⁶⁸ Ibidem., p. 38.

¹⁶⁹ Vale destacar que no final deste capítulo o autor também busca refletir, de forma mais breve, sobre os números relacionados à revolta, como a quantidade de participantes, de mortos, de feridos, etc. Ressaltamos isto, pois neste momento do texto há um desvio do caráter narrativo que marca o restante do capítulo.

¹⁷⁰ BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas perspectivas. Ed. Unesp: São Paulo, 2011. p. 340.

¹⁷¹ REIS, 1986, p. 88.

Mais adiante, João José Reis, ainda dentro da mesma temática, deu início a uma análise mais preocupada com a interferência dos fatores culturais na revolta, especificamente à questão da religiosidade dos Malês, ou seja, dos adeptos do islã. Esse exercício é dividido em dois momentos, o primeiro de tentativa de traçar os principais aspectos da trajetória dos Malês, e segundo de esforço de compreender o papel dos Malês na revolta.

Em relação à abordagem do primeiro momento, Reis a define como uma “[...] etno-história dos Malês baianos”¹⁷². Ao traçar esta história que vai da África à Bahia o autor aborda diversos aspectos simbólicos da cultura mulçumana na região do recôncavo – como os amuletos, a prática da leitura, as vestimentas típicas, as reuniões, as festas, etc. – e suas implicações sociais, “[...] os Malês puderam tecer uma rede de cumplicidade com outros negros [...]”¹⁷³, e políticas, “[...] a rebelião de 1835 demonstra que os Malês foram além da subversão simbólica: a partir de um determinado momento eles começaram a estruturar politicamente a proposta rebelde”¹⁷⁴. É essa politização do movimento mulçumano dos Malês que marca o próximo capítulo cuja ideia central aparece no seguinte trecho:

Dentre as várias alternativas políticas e de vida em ebulição entre os africanos nesse período, o islã tomou a dianteira. Foi o seu momento. Não porque tivesse desde sempre optado por uma revolução social, o que não é tão claro assim, mas porque propunha uma revolução nas vidas de seus seguidores. Tirava deles a vontade de ser escravos, impregnava-os de dignidade, constituía novas personalidades. Só na hora certa os líderes Malês orientaram seus discípulos a transformarem o compromisso individual com a religião num compromisso com a rebelião armada coletiva.¹⁷⁵

Seguindo a direção deste raciocínio, Reis busca remontar os fatores culturais dos Malês, que foram se ligando tanto à necessidade da revolta quanto aos objetivos desta. O que podemos evidenciar, em relação aos aspectos teóricos envolvidos nesta parte do texto, é que o autor busca construir uma relação entre as estruturas simbólicas e as estruturas sociais. Para ele, “[...] As estruturas simbólicas são também estruturas sociais. Elas tecem e expressam relações sociais. É por isso, legítimo lançar mão delas como realidades sintomáticas das possibilidades profundas de fenômenos históricos”.

¹⁷² Ibidem., p. 111.

¹⁷³ Ibidem., p. 134.

¹⁷⁴ Ibidem., p. 138.

¹⁷⁵ Ibidem., p. 139.

Este fator cultural, expresso dinamicamente nas relações sociais, é um ‘modo de apreender a realidade’ que também marca a terceira parte da *Rebelião escrava no Brasil*. Como visto no tópico anterior, esta parte tem como objetivo abordar a questão das etnias, dos perfis ocupacionais e da vida cotidiana dos acusados de participar do levante de 1835. Sabendo que tal exercício, feito por Reis, buscou salientar o papel da cultura no âmbito social e na revolta, destacaremos alguns pontos específicos dessa parte da obra que realçam esta postura teórica do autor.

No que diz respeito a análise das etnias envolvidas no contexto da revolta, podemos apontar o tema dos escravos nacionais. Ao destacar a “[...] ausência do negro brasileiro na rebelião de 1835 [...]”, Reis busca justificar tal fato por meio de uma análise que coloca o afro-brasileiro em perspectiva sociocultural ¹⁷⁶. Neste sentido, explora-se a relação entre fatores culturais – como o domínio do idioma, a integração familiar, os laços afetivos com os senhores, um melhor desempenho no processo de alforrias, etc., – e fatores sociais, como o aspecto patriarcalista da relação entre senhor e escravo afro-brasileiro, sendo o patriarcalismo entendido como “[...] uma estrutura de hegemonia político-ideológica” ¹⁷⁷. Tal análise, contudo, não para por aí. Reis ainda se dispõe a problematizar tanto a questão da relação entre escravos nacionais e escravos africanos – que não era exclusivamente baseada na hostilidade – quanto à questão das formas de resistências empregadas pelos negros nascidos no Brasil. Neste último ponto, defende-se que as formas de resistência não radicais, empregadas pelos afro-brasileiros, não implicavam acomodação, eles “[...] eram eficientes no que se convencionou chamar *resistência cotidiana*” ¹⁷⁸. A mesma estratégia analítica empregada para abordar os escravos nacionais, também foi utilizada para abordar as outras etnias, dentre elas, os nagôs, os haussás e os ‘bantus’.

Ao abordar o tema da importância da relação da cultura com o trabalho, e da importância deste nas relações sociais que envolviam os africanos – “o trabalho” exercendo a função de garantir “[...] laços de solidariedade e identidade coletiva entre os africanos”, servindo “de combustível à rebelião [...]” ¹⁷⁹ –, o que nos chama atenção é a adoção de uma perspectiva que demonstra a autonomia cultural, mesmo que dentro de certos limites, que os escravos exerciam no processo do trabalho: “[...] a música, o ritmo dos passos, a organização coletiva indicam que os africanos impregnaram o trabalho urbano com elementos de sua

¹⁷⁶ Ibidem., p. 173.

¹⁷⁷ Ibidem., p. 175.

¹⁷⁸ Ibidem., p. 175.

¹⁷⁹ Ibidem., p. 197.

cultura”¹⁸⁰. Neste sentido, Reis sugere um afrouxamento na “[...] demarcação entre trabalho e vida, porque [...]”¹⁸¹ – citando a posição de Thompson em relação ao trabalhador pré-capitalista de Europa – “[...] o intercâmbio social e o trabalho estão entremesclados”.¹⁸²

Mais adiante, ao discutir a questão da vida cotidiana dos acusados de participar da revolta, Reis divide-a em dois momentos. No primeiro momento busca analisar alguns aspectos relacionados ao dia-a-dia destes indivíduos e, depois, objetiva relacionar tais aspectos com a revolta. Seguindo este percurso, Reis busca tratar os tipos de moradias habitadas pelos escravos, os tipos de convívios e de comunicação que permeavam suas vidas, as relações amorosas, formações de famílias, o baixo índice de crianças, etc. Feito isso, o autor passa então a criar os vínculos entre o cotidiano dos escravos e as revoltas. O que temos, então, é uma perspectiva na qual a vida urbana, ao estimular a criação de laços de solidariedade e de comunicação, facilitava a conspiração. Neste sentido, afirma-se que a “[...] organização do espaço urbano era potencialmente explosiva, pois exacerbava o sentimento de desigualdade social e política”¹⁸³. Outro vínculo interessante está na relação entre famílias e rebeldia. Segundo Reis, como havia certa dificuldade na constituição das famílias escravas, o índice de rebeldia era maior.

Como visto no tópico anterior, a quarta parte da obra de Reis é marcada por dois temas principais: a repressão e as punições dos acusados de participação da revolta. Em termos de procedimento de abordagem, o que podemos dizer em relação a estes temas, é: quanto a repressão, há uma preocupação em remontar seu aparato, ou seja, Reis aborda a repressão buscando demonstrar como ela se organizou, como ela se deu – as buscas por evidências, as testemunhas, o interrogatório, o julgamento, etc. No que diz respeito às punições, também há uma tentativa de remontar seu aparato, há uma preocupação em desmembrar a punição em suas diversas dimensões – o caráter didático das punições, a execução das punições – de modo que seja possível compreendê-la em seu contexto social. Apesar desses aspectos da abordagem, o que mais nos chamou a atenção foram dois pontos específicos tratados pelo autor.

O primeiro ponto refere-se à análise de Reis em relação a um texto que recupera a fala de um promotor público durante um dos julgamentos dos acusados. Através das palavras que marcam este texto, evidencia-se o peso do choque cultural que marcou a rebelião. Os

¹⁸⁰ Ibidem., p. 200.

¹⁸¹ Ibidem., p. 201-202.

¹⁸² THOMPSON, 1965 apud REIS, 1987, p. 202.

¹⁸³ Ibidem., p. 231.

elementos da cultura africana “[...] tinham o mesmo peso simbólico, e representavam a correspondência incivilizada das imagens católicas que seriam profanadas e dos templos que seriam incendiados. Por meio deles o Deus dos rebeldes garantiria [...]” a segurança de tais atos. Mas, para a felicidade do promotor público, “[...] o Deus do Brasil vencera o da África e assim o conteúdo espiritual da nova nação pôde ser preservado”.¹⁸⁴

O segundo ponto que vale ser ressaltado diz respeito a continuação da análise desse julgamento. A partir dele Reis destaca que os acusados que quisessem se inocentar, durante o julgamento, deveriam “[...] se mostrar abasileirados, aculturados numa posição inferior e submissa, uma posição de deferência ao homem branco e sua civilização”¹⁸⁵. Diante disso, destaca-se a assimilação, dessa estratégia, feita pelos senhores. Reis salienta a preocupação econômica dos senhores que defendiam seus escravos, mas não descarta os senhores que acreditavam na submissão e docilidade de seus escravos, senhores estes que pareciam ignorar a potencialidade rebelde dos escravos pacíficos e senhores que, citando Genovese, ignoravam que “[...] correntezas perigosas e fortes corriam sob aquela docilidade e ajustamento”¹⁸⁶. Esses dois pontos aqui demarcados, portanto, demonstram, por um lado, a importância do fator cultural nos conflitos sociais, e, por outro, a possibilidade da resistência escrava, que não necessariamente a da rebeldia violenta.

Uma vez que todo o livro de Reis gira em torno da rebelião de 1835, podemos dizer que, de forma geral, seu trabalho está inserido predominantemente dentro do campo historiográfico da História Social. Apesar disso, há um diálogo intercalado com diversos outros domínios, como o demográfico, o econômico, o político e o cultural – sendo este último o mais intenso.

Como vimos, na primeira parte da obra há uma preocupação em esboçar o contexto da sociedade baiana, sendo assim, existe uma abordagem de tipo quantitativa e outra de tipo econômica. A primeira com a intenção de apresentar um panorama dos grupos sociais, das etnias, que configuravam a sociedade baiana naquele momento, e a segunda analisando a crise econômica que marcou o período. Estes dois tipos de enfoques agiram no sentido de colocar a revolta sob uma perspectiva contextual. Mais adiante, temos uma intensificação constante do enfoque cultural. Reis, na segunda parte da obra, ao se ater à revolta propriamente dita, procura analisar os diversos fatores culturais que a envolveu. Por meio da abordagem de elementos como a utilização de amuletos, das práticas de leituras, das vestimentas, que

¹⁸⁴ Ibidem., p. 249-250.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ GENOVESE, 1971 apud REIS, 1988, p. 251.

envolviam a religiosidade dos Malês, foi possível evidenciar uma ferramenta de cumplicidade e de solidariedade, entre os adeptos do islamismo, o que repercutiu politicamente na revolta. Na terceira parte da obra, o diálogo entre a dimensão do social e do cultural segue contínuo, pois o autor se atém a questões ligadas à tradição das diversas etnias que compunham o cenário da sociedade baiana; aos diversos tipos de trabalhos urbanos e o papel cultural desempenhado por estes trabalhadores em seus ofícios – por meio dos cantos, por exemplo –; e aos diversos elementos relacionados à vida cotidiana dos africanos. Reis busca demonstrar como tais aspectos criavam laços de solidariedade que repercutiam social e politicamente na sociedade baiana. Por fim, na quarta e última parte da obra, foi possível observar como, na mentalidade das autoridades, a rebelião foi vista também pelo viés cultural, como um choque de valores religiosos: o Deus dos africanos vencido pelo Deus cristão. Mais uma vez, portanto, vemos a importância da perspectiva do âmbito cultural na análise do social.

2.3. As fontes e o tratamento empírico

Neste tópico daremos continuidade à metodologia expositiva utilizada até então. Isto é, percorreremos todas as partes de *Rebelião escrava no Brasil* buscando identificar as principais fontes aí utilizadas, assim como também as principais formas de tratamento empírico.

A primeira parte da obra, como já foi visto, divide-se em dois principais temas: primeiro refere-se às condições sociais e econômicas da sociedade baiana, e, o segundo, às revoltas, tanto da população livre quanto da escrava, no período que marcou as décadas anteriores ao levante dos Malês em 1835.

Quanto ao primeiro tema, o que podemos perceber, em relação aos tipos de fontes utilizadas para tratar da questão da demografia e das divisões sociais em Salvador, é que a fundamentação documental se dá basicamente por meio de alguns censos, cartas, relatos e em uma massa de testamentos e inventários que foram quantificados e transformados em tabelas. Somando-se a estas fontes, temos também a utilização de dados coligidos de diversas outras obras contemporâneas ao autor¹⁸⁷. Quanto ao tratamento dado a todas estas fontes, podemos dizer que os dados quantitativos, fornecidos por meio dos censos, dos testamentos e

¹⁸⁷ Algumas destas obras, que aparecem citadas no texto, são: *Neither Slaves Nor Free* (1972) de D. W. Cohen e J. P. Greene, *The Structure of the Bahian Slave Population* (1981) de Stuart B. Schwartz, *Bahia, a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX* 1978 de Kátia Mattoso e *The Conservative Revolution of Independence* (1974) de F. W. O. Morton.

inventários, e dos dados encontrados dentro de outras obras, são utilizados para delinear o quadro da estrutura social de Salvador. Junto a isso, são citadas em alguns momentos, algumas cartas ou relatos de personagens do período a fim de reforçar a divisão social ou algumas peculiaridades desta. Por exemplo, o fato de que a maioria da população era proprietária de escravos – mesmo que a concentração de riqueza fosse muito grande, e que a grande maioria da população beirasse o limiar da miséria – é abordada por meio de duas fundamentações empíricas: uma amostra quantitativa de inventários e testamentos e uma citação de uma carta de Silva Lisboa de 1781.¹⁸⁸

Em relação ao tema da crise da economia baiana, o suporte empírico é praticamente todo fundamentado por meio de correspondências entre autoridades. Com menor frequência são utilizados jornais, relatos, e informações extraídas de outras obras. Tomemos como exemplo a questão do problema gerado em torno dos alimentos: a identificação da escassez de tal produto é apresentada por meio da correspondência do presidente da Bahia ao governo imperial; o problema do aumento dos preços dos alimentos é relatado por meio da correspondência da ‘Câmara Municipal de Cachoeira’ ao presidente da província; a evidenciação da preocupação dos dirigentes diante deste estado de tensão – e das medidas destinadas a solucioná-lo – é relatada por meio da correspondência entre o presidente da província e o ministro; e, encerrando essa temática, o preço dos alimentos é destacado por do jornal *O Independente Constitucional*.¹⁸⁹

Antes de passarmos para a segunda parte da obra de João José Reis, resta-nos ainda observar como o autor trabalha empiricamente com a temática das revoltas populares. Como existem vários temas que marcaram as revoltas analisadas, e como estas análises mantêm um padrão mais ou menos contínuo em termos de documentação, optamos por eleger uma temática de revolta – as manifestações marcadas pelo clima antiportuguês – como representativa do conjunto de levantes analisados pelo autor. Sendo assim, se voltarmos nosso olhar para tais revoltas, o que veremos como fundamentação empírica são basicamente duas obras e alguns documentos, como correspondências de autoridades e de senhores proprietários, relatos, documentos oficiais, entre outros.

A questão da participação dos negros nos movimentos antilusos, por exemplo, recebe apoio de um trecho de *Conservative Revolution* (1974) de Morton e de alguns trechos de cartas de Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, uma senhora de engenho que relatara a presença dos negros nos conflitos em Salvador. Já a criação de medidas, por parte do governo,

¹⁸⁸ Ver páginas 24 e 25 da edição da obra que estamos trabalhando.

¹⁸⁹ Ver páginas 29, 30 e 31.

para reverter a situação conflituosa, é auxiliada pela correspondência do Governo Provisório ao Ministro do Império.

A agitação de 1831 ocorrida na Bahia devido à hostilidade aos portugueses é respaldada por fontes como a *História da Bahia do Império à República* (1923) de Braz do Amaral, e de correspondências como a dos presidentes Luís Paulo de A. Basto e João Gonçalves Cezimbra ao Ministro do Império, a de Viridiana Barata ao Dr. Alexandre José de Mello Moraes, e a do Cônsul João Pereira Leite, cônsul português na Bahia, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Após a análise social e econômica da sociedade baiana do início do século XIX, João José Reis se volta para o seu objeto central, a revolta de 1835. Neste momento, portanto, vale destacarmos uma citação, localizada no prefácio do livro, que se encaixa apropriadamente aos tipos de fontes e de tratamento empírico típicos da análise que Reis faz sobre a revolta de 1835.

A seriedade com que as classes dirigentes encararam a rebelião se revela na extensa devassa que se fez. Esses processos resultaram numa formidável coleção de documentos sobre a rebelião e os africanos que viviam na Bahia. Mais uma vez, a história dos dominados vem à tona pela pena dos escrivães de polícia. A qualidade e a quantidade desses documentos torna-os um testemunho único sobre a escravidão urbana e a cultura africana nas Américas. Temos aí, por exemplo, mais de duzentos interrogatórios em que, apesar do óbvio constrangimento da situação, os africanos falam, além da rebelião, de aspectos de sua vida cultural, social, econômica, religiosa, doméstica e até amorosa.¹⁹⁰

Diante disso, o que percebemos é que a análise da revolta foi fundamentada basicamente em relatos de testemunhas. Em menor quantidade, mas ainda assim de forma significativa, a análise também recebeu o respaldo de outros documentos, como relatórios criminais e correspondências entre autoridades. Talvez uma discrepância em relação a este parecer, que deva ser salientada, seja sobre o momento em que Reis discorre sobre o islã na África, pois este tema foi todo abordado por meio da bibliografia produzida por outros autores que trataram do mesmo assunto.¹⁹¹

¹⁹⁰ Ibidem., p. 7 - 8.

¹⁹¹ As obras aí citadas por Reis e que aparecem em sua bibliografia, são: SMITH, M. G. The jihad of shehu Dan fodio: some problems. In: LEWIS, I. M. (org.) *Islam in Rropical Africa*. Londres, Oxford Univ. Press, 1966, pp. 196 - 315; TRIMINGHAM, John Spencer. *Islam In West Africa*. Oxford Univ. Press, 1959; ADAMU, Mahdi. "The Delivery of Slaves from the Central Sudan to the Bight of Benin", In: GEMERY e HOGENDORN (orgs), *The Uncommon Market*, Nova Iorque, 1979, p. 176; GBADAMOSE, *The Growth of Islam Among the Yoruba, 1841-1908*, Atlantic Highlands, Nova Jersey, 1978, p. 9; AGIRI, Babatunde, *Slavery In Yoruba Society in the 19th Century*. In: Paulo E. Lovejoy (org) , *The Ideology of Slavery in Africa*, Beverly Hills-Londres. 1981, p. 136;

Quanto ao tratamento empírico empregado nesta segunda parte da obra podemos ressaltar três aspectos principais. Primeiro, há constantes passagens em que o autor insere termos – que são marcados por aspas – retirados das fontes, em seus próprios parágrafos. Tais parágrafos são marcados por um intercalar entre suas próprias palavras e as palavras das fontes. Segundo, há citações de excertos com a intenção de reforçar as assertivas empregadas pelo autor. E, terceiro, existe, em relação a estes excertos, alguns momentos em que Reis problematiza as fontes, o que se dá quase sempre no sentido de compreender o testemunho dos escravos dentro de um contexto de opressão criada pelo interrogatório ¹⁹². Um exemplo de tal procedimento pode ser encontrado no momento em que é abordada a questão da intolerância dos Malês; Reis problematiza esse tema ao chamar a atenção para o risco dos “negros não islamizados” ¹⁹³, ao deporem contra os Malês, estarem, no fundo, apenas querendo se diferenciar de tais escravos pelo fato de serem eles os conspiradores da rebelião. Neste caso, os depoimentos que atestam a intolerância dos Malês, poderiam não corresponder à realidade. ¹⁹⁴

Ao chegarmos à terceira parte que marca a obra de João José Reis, o que temos é uma análise voltada para três aspectos da comunidade escrava: as etnias, os perfis ocupacionais e alguns elementos do cotidiano dos acusados de participação do levante.

Quanto ao tema das etnias, o que podemos perceber, em termos de tipos de fontes, é a utilização de obras que já trataram dos pontos discutidos pelo autor, a utilização de tabelas com dados quantificados extraídos de outros autores, e, por fim, a devassa da revolta. Para ilustrar a utilização destas fontes, podemos citar alguns pontos da obra. Por exemplo, ao tratar do tema da “origem dos escravos africanos em Salvador” ¹⁹⁵, assim como também dos réus da rebelião de 1835, são utilizadas tabelas extraídas de *Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX* (1974) e *A propósito das cartas de alforria* (1972), de Kátia Mattoso, da tese de mestrado de Maria José de Andrade, *A mão de obra escrava em Salvador 1811-1860* (1975), e de um maço de documentos, denominado *Insurreições Escravas*, do ‘Arquivo Estadual da Bahia’.

Quanto à utilização de obras que já trataram dos pontos discutidos por Reis, podemos apontar para o tema dos escravos nacionais. Aqui são citados diversos textos, como *From rebellion to revolution* de Eugene Genovese, *Por amor e interesse* (1984) de Lígia Bellini, *A*

¹⁹² Estes três aspectos relacionados ao tipo de tratamento empírico empregado por Reis marca todo o restante da obra, ou seja, as partes três e quatro, que serão abordadas mais adiante.

¹⁹³ Ibidem., p. 134.

¹⁹⁴ Este exemplo aparece nas páginas 134 e 135.

¹⁹⁵ Ibidem., p. 170.

propósito de cartas de alforria (1972), *The manumission of slaves in colonial Brasil* (1979), entre tantos outros. Por fim, um exemplo de tema fundamentado sobre a documentação ligada à revolta de 1835 pode ser encontrado no momento em que Reis busca discutir o caráter nagô da rebelião: aí são apresentados uma massa de documentos, como relatórios e testemunhos.

O segundo capítulo desta parte da obra, que trata dos perfis ocupacionais dos sublevados, dá prosseguimento ao mesmo padrão de utilização e tratamento das fontes. A única ressalva refere-se à utilização dos escritos de um cronista, Luiz dos Santos Vilhena, para abordar a questão do domínio das “ganhadeiras” no “pequeno comércio de rua” de Salvador.¹⁹⁶

Quanto ao tema dos elementos da vida cotidiana dos insurretos, tema que fecha a terceira parte de *Rebelião escrava no Brasil*, o que temos é uma acentuação da utilização dos documentos erigidos a partir da revolta de 1835. Os outros tipos de fontes não são aqui descartados, mas aparecem em menor quantidade.

Como visto anteriormente no tópico sobre temática e objetos, a quarta e última parte da obra de Reis trata do tema da repressão e da punição dos acusados de participação da rebelião. A questão das fontes aqui continua seguindo o mesmo padrão do resto da obra. O que podemos dizer acerca desses dois principais temas tratados é que há uma predominância na utilização de fontes surgidas a partir da investigação das autoridades, como ofícios redigidos pelo Juiz de Paz, correspondências entre autoridades – como a do chefe de polícia ao presidente –, documentos relacionados aos processos de justiça dos acusados, processos criminais das insurreições, o ‘Código Criminal do Império do Brasil’, peças processuais do levante.

Os únicos assuntos que não são fundamentados sob estes tipos de fontes se dão quando o autor trata da trajetória do então presidente da província – que é abordada por meio de *Os presidentes da província da Bahia*, de Arnold Wildberger – e do cargo dos juizes da paz – que é baseada no *Judge and jury in imperial Brazil 1808-1871*, de Thomas Flory.

Um momento significativo acerca do tratamento empírico – em que encontramos uma “problematização” das fontes – pode ser apontado no momento em que Reis discorre sobre a defesa dos escravos efetuada pelos senhores. O autor, ao evidenciar um discurso senhorial que salientava a docilidade de seus escravos, ressalta que “[...] essas declarações [...] valem mais

¹⁹⁶ Ibidem., p. 199.

como discursos do que como informações a respeito de relações reais [...]”¹⁹⁷, pois, por trás da defesa do senhor, claramente estavam seus interesses.

Para concluir este tópico, podemos afirmar, como já visto, que os tipos de fontes empregados por Reis são bastante variados. Aparecem na obra diversos tipos de documentação, como censos populacionais, inventários, testamentos, cartas de autoridades e de senhores, ofícios, relatos de viajantes, jornais, processos criminais, testemunhos, julgamentos, textos legislativos e, entre outros, a utilização de bibliografia de apoio que tratou de temas secundários – o tema da etno-história dos Malês na África pode servir de exemplo.

Porém, apesar de toda essa massa documental, o eixo principal que norteia a obra é basicamente apoiado nas fontes ligadas aos processos criminais erigidos a partir da rebelião de 1835. É a partir dele que Reis constrói sua trama analítica. Quanto ao tratamento empírico, o que podemos perceber é que, ora o autor trabalha com dados quantificados – como no caso da evidênciação dos perfis ocupacionais dos acusados, apenas para citar um exemplo –, e ora trabalha de forma mais qualitativa, buscando interpretar casos específicos. De forma geral, estes dois tipos marcam a tônica do tratamento empírico empregado ao longo da obra.

3. Silvia Hunold Lara: escravidão e violência

3.1. Temáticas e objetos

Campos da violência é marcado por duas etapas distintas. A primeira, intitulada ‘Violência e paternalismo’, visa abordar e relacionar os temas da violência, da dominação e da perpetuação do regime escravista na colônia. A segunda, que leva o título de ‘Escravos e senhores nos campos’, tem como objetivo analisar a relação senhor/escravo a partir dos enfrentamentos e acomodações constituídos no próprio cotidiano desses agentes históricos. O recorte temporal geral vai da segunda metade do século XVIII ao início do XIX. O recorte regional, por sua vez, engloba a região dos Campos dos Goitacases.

Em relação à primeira parte da obra, no que diz respeito ao tema do controle social e da reprodução da ordem escravista, Silvia Hunold Lara aborda os dois principais tipos de dominação que prezavam pela continuidade do escravismo: “[...] a senhorial (presente na relação senhor/escravo) e a colonial (presente na relação Metrópole/Colônia)”.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Ibidem., p. 251.

¹⁹⁸ LARA, op. cit., p. 32.

Surge, então, a partir das confluências e das divergências dos interesses entre esses dois modos de dominação, alguns pontos que são tratados pela autora. O principal refere-se ao modo como os senhores deveriam exercer seu domínio sobre os escravos. Destaca-se o tema do castigo, da violência. O consenso dos discursos acerca do modo como tal controle social deveria ser exercido – para conquistar a disciplina e otimizar o trabalho escravo – define três elementos principais: “[...] muito trabalho, alimento suficiente para a sobrevivência [do escravo] e castigo medido”¹⁹⁹. Este último, que é tido como o mais importante no tripé do controle social, é retomado de forma mais atenta no capítulo II e III. Em primeiro lugar, o castigo justo é visto como incontestado, como ‘natural’, por diversos setores da sociedade escravista, incluindo aí o próprio setor dos escravos. E, em segundo lugar, o castigo é entendido como uma prática exemplar – embutindo nos escravos noções de certo e errado – almejando o temor e o respeito dos escravos em relação aos seus senhores. Por fim, o tema que encerra a primeira parte da obra refere-se a união de dois elementos opostos, o castigo e o prêmio, que, em equilíbrio, denotaria a eficiência da dominação e conquistaria a obediência do escravo. Vale ressaltar: sempre que pertinente, a autora relaciona tais temas aos interesses da metrópole e da colônia.

Na segunda parte da obra, Silvia Hunold Lara aborda diversos temas relacionados aos enfrentamentos e acomodamentos que se davam nas relações cotidianas entre senhores e escravos. Antes disso, porém, há um esforço em apresentar ao leitor o cenário, “geográfico e humano”, da planície dos Campos dos Goitacases, onde se deram as relações que a autora pretendeu analisar nas páginas vindouras²⁰⁰. Feito isso, o primeiro tema no qual Silvia Hunold Lara se atém é o do comércio de homens e mulheres. Existe uma preocupação com os elementos – como os conflitos e a interferência dos cativos –, relacionados às ações de compra e venda de escravos. Após isso, a historiadora se volta para as mediações existentes nas relações entre senhores e escravos, e destaca-se o papel dos feitores e agregados.

O tema da figura do escravo, especificamente, também é tratado. Busca-se analisá-lo em suas diferentes dimensões: seus ofícios, sustentos, vestuário, famílias, reprodução, lazer, entre outros. Mais adiante são levantadas questões ligadas às fugas, alforrias e liberdades. No que diz respeito às fugas, por exemplo, nas próprias palavras da autora – e que vale para os outros temas abordados –, o objetivo é “[...] discutir alguns de seus aspectos, tais como se

¹⁹⁹ Ibidem., p. 56.

²⁰⁰ Ibidem., p. 127.

manifestaram na planície dos Campos dos Goitacases em fins do século XVIII e início do XIX”.²⁰¹

Criminosos e suspeitos também são alvos temáticos de Silvia Hunold Lara. Nestes tópicos são tratadas questões, por meio dos processos criminais, que procuram compreender a relação dos escravos com os furtos, ferimentos, mortes e a utilização de armas proibidas. Mais à frente, ao analisar a figura e o papel dos capitães do mato, há uma preocupação com a estrutura e organização da repressão dos escravos. Por fim, aparecem ainda dois temas no final do livro: o do público e do privado, e o da discussão sobre a coisificação do escravo. No primeiro, há a intenção de demonstrar o funcionamento entre as duas esferas – a pública e a privada – no que diz respeito à relação entre senhor e escravo. E no segundo a autora retoma alguns dos principais temas tratados ao longo da obra, como a violência, os mediadores – feitores e agregados – e, entre outros, a figura do escravo, sempre tentando articular tais temas à dinâmica das relações entre senhores escravos.

3.2. Estratégias, abordagens e teoria

Diferentemente das outras obras analisadas neste capítulo, *Campos da violência* tem como preocupação a construção de um diálogo sistemático com a bibliografia sobre a escravidão.

A partir destas linhas que marcam o texto, podemos evidenciar o ponto específico em que a autora busca se diferenciar dos trabalhos precedentes. A relação entre violência e escravidão aparece aí como elemento-chave. De acordo com a historiadora, as propostas revisionistas propagadas nas décadas anteriores aos anos 80 se propuseram a combater os mitos acerca da benevolência do regime, de modo que fizeram uma leitura “[...] enfatizando não só que a realidade da escravidão era dura, bárbara e cruel, mas também que a própria violência era inerente ao sistema escravista”.²⁰²

Associada ao conteúdo de tais teses – que retomavam as falas abolicionistas preocupadas em destacar as crueldades da escravidão – apareceu a “[...] denúncia da coisificação do escravo”²⁰³. Além disso, nestes trabalhos se configurou uma sociedade “rigidamente estratificada, onde senhores e escravos constituíam categorias separadas e

²⁰¹ Ibidem., p. 237.

²⁰² Ibidem., p. 20.

²⁰³ Ibidem.,.

cristalizadas”²⁰⁴. *Campos da violência* tem como objetivo retomar esta questão da violência na escravidão, mas sob um novo viés, sob uma nova estratégia de abordagem.

Mais que definir seu grau de incidência [da violência], descrever seus procedimentos, estudar suas ocorrências particulares ou discutir a sua qualificação do cativo como ‘suave’ ou ‘cruel’, procuramos penetrar nos mecanismos que lhe deram origem, questionar suas limitações e justificativas e, especialmente, recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática. Ultrapassando a simples descrição dos castigos e a denúncia veemente da violência em termos gerais para perguntarmos pela sua especificidade, mergulharmos nas vivências senhoriais e escravas da escravidão, na dinâmica de seus confrontos cotidianos, nas relações de luta e resistência, acomodamentos e solidariedades vividos e experimentados por aqueles homens e mulheres coloniais.²⁰⁵

Existe também uma preocupação com o nível discursivo – com as diversas vozes coloniais. Silvia Hunold Lara chama a atenção para a necessidade de “[...] retomar cada um desses discursos e verificar quais os parâmetros e justificativas que apresentavam sobre a escravidão”²⁰⁶. Ao mesmo tempo em que a obra trata da violência dentro da perspectiva da relação cotidiana de dominação entre senhor e escravo, ela também lida com uma “[...] diversidade de discursos sobre a escravidão e sobre o escravo”²⁰⁷. Deste modo, a obra é composta por duas partes: a primeira, onde há uma preocupação de compreender as conexões entre violência, controle social e reprodução da ordem escravista, e a segunda, onde há uma tentativa de ultrapassar a dicotomia entre paternalismo e violência, almeja-se averiguar as relações entre senhores e escravos a partir de seus conflitos cotidianos e busca-se, no próprio seio da relação entre estes dois agentes históricos, o seu entendimento.

Na primeira parte da obra o que temos, então, é um imbricado de discursos que partem tanto de segmentos da metrópole quanto da colônia. Comparando e colocando em relação essas vozes, Silvia Hunold Lara pretende penetrar e colocar em evidência o jogo de posições que marcaram os temas de seu interesse, como as questões ligadas à violência, ao domínio senhorial e à continuidade da escravidão. O resultado de tal incursão é um conjunto de ideias que racionalizam o castigo, atribuindo-lhe fins pedagógicos, educativos, exemplares, disciplinadores. O castigo é visto como um instrumento de controle social que, em sua

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem., p. 21.

²⁰⁶ Ibidem., p. 23.

²⁰⁷ Ibidem.

dimensão pedagógica, aparece incontestado até mesmo pelos escravos. Ele reforça o trabalho regrado, evita os atos de rebeldia e garante a continuidade do regime.

No que diz respeito a essa primeira parte da obra, ainda existem dois pontos que, por remeterem à questões teóricas, gostaríamos de chamar atenção: primeiro, um parecer da autora acerca da noção de ‘ideologia’, e, segundo, algumas considerações acerca do paternalismo que seguem o fluxo do pensamento thompsoniano. Como veremos mais adiante, estes dois pontos remetem também a uma proposta de abordagem que será concretizada na segunda parte da obra.

Para a historiadora, as análises sobre a ideologia da escravidão – que partiram do estudo dos “[...] aspectos morais, éticos e mesmo econômicos que justificavam, aos olhos metropolitanos e coloniais, a existência do trabalho escravo [...]” – pressupõem uma noção de ideologia entendida como um conjunto de valores de um determinado grupo social dominante, isto é, como um sistema de ideias destinadas a justificar uma certa prática social ²⁰⁸. Esta noção de ideologia é criticada pela autora, porque remete a um entendimento da ideologia como reflexo superestrutural da infraestrutura, o que condiz com uma perspectiva empobrecedora, mecânica, que coloca a *práxis* real de um lado, e, de outro, as falsas representações dessa mesma *práxis*. Silvia Hunold Lara repensa essa questão. Para a autora, então, as condições reais de existência são constituídas não somente pelas relações sociais de produção, mas também pelas representações dessas relações. Uma divisão entre ambas seria impossível. Além disso, pelo fato da sociedade ser constituída por uma pluralidade de homens, as representações também devem ser múltiplas. Ideologia, exploração e luta de classes aparecem inseparáveis. As diferentes classes representam-se a partir de suas condições conflituosas de existência, e as ideias dominantes não são as únicas de uma determinada sociedade.

A reflexão da historiadora acerca da noção de *paternalismo* aparece em consonância com a perspectiva de E. P. Thompson em seu texto *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*. Ou seja, entende-se que a “[...] denominação de uma concentração de autoridade econômica e cultural como sendo paternal [...]” é vaga demais para uma análise preocupada em compreender relações sociais temporalmente específicas. Além disso, o emprego de tal termo remeteria a uma ‘visão de cima’ acerca da relação social de dominação ²⁰⁹. Diante disso, parafraseando Thompson, Silvia Hunold Lara afirma que, mesmo sendo relevante a discussão conceitual ligada ao ‘paternalismo’, ela não deve ofuscar a “[...] análise

²⁰⁸ Ibidem., p. 43.

²⁰⁹ Ibidem., p. 112.

concreta das relações sociais e dos confrontos e solidariedades vividos e experimentados pelos agentes destas relações”²¹⁰. Deste modo, mais que classificar as relações entre senhores e escravos, seria preciso penetrar em sua complexidade, em seu cotidiano de enfrentamentos entre agentes históricos, para, então, delinear a conexão entre “[...] violência, exploração econômica e paternalismo”.²¹¹

É isso que podemos encontrar ao chegar à segunda parte da obra. Nela, Silvia Hunold Lara busca tratar diversos elementos – como as compras e vendas de escravos, suas fugas, seus serviços, suas famílias, seus crimes, suas formas de resistência, a esfera do público e do privado, entre outros – interligados ao domínio das relações entre senhores e escravos. Em outras palavras, busca-se compreender, em tais elementos, as variações das relações de enfrentamentos e acomodações cotidianas entre senhores e escravos. Ao invés do emprego de categorias abstratas, fixas e cristalizadas – construídas a partir de conceitos pré-estabelecidos – para entender o que seja coisa ou pessoa, ser cruel ou benevolente, ser senhor ou escravo, Silvia Hunold Lara parte da dinâmica entre os agentes históricos atuantes na sociedade escravista.

Para ilustrar tal estratégia teórica, podemos tomar como exemplo a análise que a autora faz sobre o comércio de escravos. Na abordagem deste tema são exploradas diversas questões correlacionadas. As modalidades de venda, por exemplo, podiam ser exercidas por pessoas dedicadas exclusivamente, ou não, ao comércio dos escravos. Havia também a modalidade dos leilões públicos. Explora-se, ainda, “[...] os termos e condições de um contrato [...], a troca de um escravo por outros, a distância temporal entre o acerto, a utilização dos serviços do escravo e o contrato formal [...]”, entre outros²¹². Estes elementos são de interesse da historiadora porque possibilitam a compreensão da especificidade das relações que costuraram o tecido social do regime escravista. São estes elementos variados, encontrados no comércio de escravos, por exemplo, que permitem encontrar casos nos quais os próprios escravos exerciam interferência no processo de compra e venda. E este é um fator de grande importância, pois permite refutar a coisificação do escravo, o que significa agregá-lo às “partes contratantes” do comércio escravo: o “comprador, o vendedor e o próprio escravo”²¹³. Ou seja:

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem., p. 113.

²¹² Ibidem., p. 163.

²¹³ Ibidem.

Esta participação do escravo no seu próprio comércio impede que continuemos a analisar a questão da escravidão em termos estritos de ‘coisificação do escravo’. Não só é preciso darmos conta de que os escravos eram sujeitos atuantes, como também de que os próprios senhores aceitavam esta sua condição, ao efetuarem seus tratos. Ao mesmo tempo aceitando sua condição de cativos (aceitando sua venda, ou fugindo, escondendo-se e trabalhando para outro senhor) e resistindo ao poder senhorial (negando-se a ser vendidos a qualquer um, fugindo, apadrinhando-se ou conseguindo sua liberdade), estes escravos nos negam a possibilidade de tomá-los como ‘coisas’.²¹⁴

E, indo além, acrescenta:

Não basta simplesmente negar ou substituir a afirmação categórica da ‘reificação’ do escravo pela sua ‘humanidade’. Ao contrário. Queremos deixar marcado que, assim como esteve presente no discurso oficial metropolitano, a contradição entre ‘coisa’ e ‘pessoa’ se manifesta na prática das relações entre senhores e seus cativos. Mais ainda: tais atributos, estavam determinados pelas relações (pelos embates, resistências e acomodamentos) entre senhores e escravos, cotidianamente.²¹⁵

Os restantes temas analisados ao longo da segunda parte seguem esta mesma estratégia teórica, isto é, eles colocam em evidencia a multiplicidade dos elementos imbricados nas relações cotidianas entre senhores e escravos, com a intenção de encontrar a especificidade, a historicidade, dos diversos aspectos dessas mesmas relações.

É neste sentido que Silvia Hunold Lara, ao explorar as diversas funções exercidas pelos feitores e agregados – como a “supervisão do trabalho”, o “transporte de coisas e pessoas” e a execução dos castigos –, conclui que eles contribuíam tanto para a continuidade da produção quanto cooperavam na reprodução da dominação senhorial, de modo que não poderiam ser considerados como um grupo social à parte.²¹⁶

Já no que diz respeito ao trabalhador escravo, diversas dimensões são abordadas, como: a grande variedade de ofícios, alguns destes colocando em relevo a autonomia escrava ; a utilização de escravos junto a feitores e agregados como uma “[...] espécie de milícia particular [...]” dos senhores, o que poderia colocar o escravo, diante da justiça, como responsável por suas ações, no caso de atos criminosos^{217 218}; questões ligadas ao sustento e

²¹⁴ Ibidem., p. 162-163.

²¹⁵ Ibidem., p. 163.

²¹⁶ Ibidem., p. 349

²¹⁷ Ibidem., p. 200-202.

²¹⁸ Na análise feita pela autora sobre as “milícias escravas”, outros elementos importantes também podem ser destacados, como os conflitos entre a metrópole e os senhores, ou apenas entre senhores, que influenciavam

cuidados dos escravos, vale destacar aqui os escravos que trabalhavam para seu próprio sustento; os casamentos, famílias e reprodução; o lazer dos escravos, aqui as “[...] atividades que escapavam ao âmbito do trabalho [...]” eram entendidas como “[...] um desdobramento do confronto cotidiano entre senhores e escravos” ²¹⁹; por fim, a interessante questão da liberdade de circulação dos escravos, que é significativa porque, diante dos casos nos quais os escravos tinham liberdade para fugir, mas não o faziam, a autora identifica um caráter de dominação que transcendia a relação necessariamente pessoal entre senhor e escravo. Quanto aos outros tópicos abordados até o fim do livro, como o das fugas, dos crimes, dos capitães do mato, do público e do privado, entre outros, podemos afirmar que todos seguem o mesmo padrão analítico, de modo que é dispensável nos atermos a cada um deles especificamente.

Há, por fim, uma última questão a ser tratada, qual seja, a da relação entre o macro e o micro-histórico. Como vimos, o recorte efetuado pela autora restringe a análise à região dos Campos dos Goitacases, de meados do século XVIII ao início do século XIX. Apesar de incipiente a atenção que a autora dá a essa questão, há uma abertura para o diálogo com a sociedade geral – ou seja, em sua dimensão macro-histórica – sob duas formas: por meio do diálogo com a bibliografia e por meio das conclusões gerais. Em relação à primeira forma, o diálogo com o macro se dá de forma indireta, pois ele aparece quando há uma tentativa de demonstrar que as pesquisas voltadas para sociedade escravista como um todo – macro – negligenciavam, ou desprivilegiavam, os tipos de ‘relações de dominação’ dissonantes à explicação sistêmica da economia colonial. Já a outra forma de diálogo com o macro, aparece de forma mais direta, contudo, também sem ser aprofundada. Ela se dá quando Silvia Hunold Lara apresenta algumas conclusões no tópico referente à crítica à coisificação do escravo. A autora afirma que: não havendo como “[...] comprovar a frequência estatística [...]” ²²⁰ dos casos que apontam para as ambiguidades dentro das relações de dominação da sociedade escravista, ainda assim existem “[...] diversas situações que fornecem indícios de outras ambiguidades [...]” ²²¹, de modo que as conclusões da obra não devem significar “[...] que tenhamos que permanecer no nível dos casos particulares, incapazes de elaborar generalizações a respeito das relações sociais existentes nessa sociedade” ²²². Contudo, apesar dessas afirmações, ao longo da pesquisa não há uma preocupação sistemática de criar uma

na relação de dominação do escravo. Aliás, sempre que pertinente à relação senhor/escravo, a autora ressalta os conflitos entre metrópole e senhores. Uma síntese destes resumos pode ser encontrada na página 324.

²¹⁹ Ibidem., p. 233.

²²⁰ Ibidem., p. 346.

²²¹ Ibidem., p. 347.

²²² Ibidem., p. 351.

ponte entre as análises específicas da região dos Campos dos Goitacases e a sociedade no geral.

Campos da violência, portanto, como foi visto, dividi-se em duas principais partes. A primeira delas busca compreender alguns temas específicos – como o da violência, do domínio senhorial e da continuidade do regime escravista – a partir de diversos discursos, tanto metropolitanos como coloniais. E a segunda, tem como objetivo analisar temas configurados a partir das relações concretas entre senhores e escravos. Neste sentido, podemos dizer que, de modo semelhante às duas obras analisadas anteriormente – *Ser escravo no Brasil* e *Rebelião escrava no Brasil* – *Campos da violência* também aparece fundamentalmente atrelado ao campo historiográfico da História Social e da História Cultural.

A questão da violência, tema central da pesquisa, é, deste modo, tanto uma questão social, quanto cultural. Na perspectiva da autora, para se compreender esta questão da violência na cultura escravista, é preciso historicizá-la, e, para isso, é necessário analisá-la a partir da dinâmica das relações estabelecidas entre senhores e escravos, relações estas concretas indissociáveis de suas representações.

Silvia Hunold Lara não analisa seu objeto utilizando categorias fixas, nem define de antemão o caráter violento ou patriarcal da sociedade em questão. O caminho por ela percorrido é inverso e se dá de duas formas: primeiro, a partir da análise dos discursos metropolitanos e coloniais, e, segundo, a partir das próprias relações sociais cotidianas da colônia – da dinâmica entre os agentes históricos. É por meio destes dois vieses que a autora busca entender como se configuram as diversas temáticas postas em questão, como a da violência, a da figura do escravo, a da resistência, dos feitores, dos capitães do mato, etc. Trata-se de um ‘modo de apreender a realidade’ que compreende a configuração tanto dos grupos sociais, quanto de suas representações, como algo construído reciprocamente. Em outras palavras, a conformação das categorias de escravos e de senhores, não são exclusivamente cunhadas por estes últimos, e sim pela dinâmica estabelecida entre ambos. Tanto senhores quanto escravos são agentes históricos.

3.3. As fontes e o tratamento empírico

De acordo com Silvia Hunold Lara, grande parte dos estudos sobre a sociedade colonial, até o momento da produção de *Campos da violência*, buscou apoio em diversas fontes oficiais, o que terminou por configurar uma visão unilateral da relação senhor/escravo.

Mesmo com a utilização de “[...] crônicas coloniais e relatos de viajantes [...]”, que mantinham uma aproximação maior com a realidade colonial, e mesmo com o emprego de documentação como “[...] livros e tratados [...], cartas e relatos de jesuítas [...]”, ainda assim, estaríamos ao nível do discurso do poder – “[...] seja ele metropolitano ou colonial”.²²³

Para transcender a limitação imposta a tais discursos, ou seja, para penetrar no mundo dos escravos, seria preciso, então, superar uma grande barreira: a escassez dos “[...] registros de fontes escravas”²²⁴. A autora propõe duas saídas para contornar tal problema: os processos criminais e os autos de inquirição de escravos fugidos. Os primeiros apresentam-se como valiosa fonte de informações, pois colocam em evidência diversas perspectivas, entre elas a do escravo, acerca de um mesmo acontecimento. Tais documentos permitem ao historiador penetrar no cotidiano das relações sociais de exploração. Já os segundos, os autos de inquirição, possibilitam a entrada em contato com “[...] depoimentos de fugitivos [...]”; fornecendo, além de dados acerca das fugas, também “[...] detalhes a respeito da relação pessoal entre senhores e escravos”²²⁵. Vale destacar, ainda, que devido à raridade de tal documentação, Silvia Hunold Lara cria um vínculo, como forma de justificativa, entre o recorte regional – os Campos dos Goitacases – e as fontes, pois tal região possui uma grande variedade de documentação.

Por fim, antes de adentrarmos na análise dos tipos de fontes e de como se deu o tratamento empírico no transcorrer de *Campos da violência*, segue uma passagem da autora que nos dá uma noção acerca da variedade de fontes empregadas no livro.

Assim, além da legislação, relatórios e instruções dos Vice-Reis, correspondência entre as autoridades coloniais e com a Coroa, consultas ao Conselho Ultramarino, crônicas e memórias sobre o Rio de Janeiro e, particularmente, sobre Campos, relatos de viajantes que por lá estiveram nesse período, utilizamos na elaboração deste trabalho inúmeros documentos municipais que vão desde as Atas de Vereança, editais e correspondência do Senado da Câmara, registro de entrada e saída de presos da Cadeia até as devassas e autos judiciais presididos pelo Juiz Ordinário ou de Fora da Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacases e, também, pelo seu Juiz dos Resíduos, Capelas, Defuntos e Ausentes.

Visto isso, cabe a nós agora adentrarmos no desenvolver da obra e verificar como se deu o tratamento empírico e quais foram os principais tipos de fontes utilizadas. Como *Campos da violência* é um livro de grande extensão, buscaremos nos atentar às partes mais

²²³ Ibidem,, p. 23.

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ Ibidem,, p. 24.

significativas, ou seja, às partes que, no que diz respeito à questão empírica, refletem o padrão geral da obra.

Na primeira parte, intitulada ‘violência e paternalismo’, podemos, então, dar atenção destacada ao primeiro capítulo – Controle social e reprodução da ordem escravista – que, em sua grande extensão, representa bem o modo como Silvia Hunold Lara se relacionou com as fontes.

Como vimos no tópico referente às temáticas e objetos, o que podemos evidenciar no primeiro capítulo é uma preocupação com duas questões essenciais: as relações entre metrópole e colônia, seus interesses e conflitos, a preservação da continuidade do regime escravista e as propostas que visavam legitimar e garantir a prática da exploração entre senhor e escravo.

No que diz respeito à primeira questão, evidenciamos dois tipos principais de fundamentação empírica: as fontes contemporâneas ao período analisado e a bibliografia que se altera de acordo com as especificidades dos temas abordados.

Em relação às primeiras questões podemos citar diversos tipos de fontes, como correspondências oficiais, instruções, relatórios, ofícios da metrópole aos colonos, cartas régias, ordenações, leis, crônicas e alvarás. Em relação a este último tipo de fonte, por exemplo, podemos citar a passagem na qual a autora cita o Alvará de 5 de Janeiro de 1785, com a intenção de elucidar a preocupação dos interesses da metrópole em manter seu domínio sobre os colonos. O alvará, ao proibir as “[...] fábricas e manufaturas de tecido na Colônia [...]”, ilustra o privilégio da “[...] produção de gêneros coloniais e os interesses da manufatura metropolitana”²²⁶. Passado este tema, mais adiante, ao se interrogar sobre os mecanismos que dariam condições de existência ao domínio senhorial e assegurariam sua continuidade, Silvia Hunold Lara percorre diversas falas coloniais que trataram deste assunto. O discurso de quatro principais personagens são resgatados: o jesuíta Jorge Benci, André João Antonil, o Padre Manoel Ribeiro Rocha e o bispo Azeredo Coutinho. O conteúdo desses discursos é elucidado, comparado, e, por fim, chega-se a uma síntese.

Quanto ao segundo tipo de fontes – a bibliografia que reforça a fundamentação da obra – que marcam o capítulo inicial da primeira parte de *Campos da violência*, podemos citar *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* (1979) de Fernando Novais, *Atitudes de inovação no Brasil 1789-1801* (s.d) de Carlos Guilherme Mota, *A sociedade escravista no Brasil* (1976) de Florestan Fernandes e *História da companhia de*

²²⁶ Ibidem., p. 34.

Jesus no Brasil (1938) de Serafim Leite. O artigo *A escravatura: o propósito de uma representação a El-Rei sobre a escravatura no Brasil* (1973) de Luiz Mott, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial* (trad. 1979) de Stuart B. Schwartz, e *The problem of slavery in the Age of Revolution (1770-1823)* (1975) de David B. Davis. Vale ressaltar que não há, contudo, uma discussão em relação à tais obras, na maioria das vezes elas aparecem apenas em notas de rodapé, com o objetivo de demonstrar ao leitor que o conteúdo de determinado tema abordado pode ser encontrado em tal obra. Isto é, trata-se de um método para reforçar assertivas – ou em alguns casos para questioná-las – sobre determinados assuntos.

Nos próximos capítulos, que compõem a primeira parte da obra, temos, no que diz respeito à bibliografia de apoio, a inserção de outros estudos, tais como, *Ideologia e escravidão* (1986) de Ronaldo Vainfas, *Vigiar e punir* (1975) de Michel Foucault e *A Época Pombalina* (1982) de F. J. C. Falcon. O tratamento dispensado a essa bibliografia assemelha-se ao encontrado no primeiro capítulo. O diferencial, na abordagem dos temas que marcam o resto desta primeira parte da obra, refere-se à inserção de dois novos tipos de fontes: os processos e os autos. Para ilustrarmos a forma pela qual a autora utiliza estes documentos, podemos citar o momento no qual Silvia Hunold Lara analisa a passagem de um processo em que três escravas recorrem à justiça para não serem entregues a determinado senhor que era conhecido por sua crueldade, reclamavam de fama de seus castigos exagerados, mas não questionavam o castigo em si. Este não questionamento é entendido pela autora como a aceitação do castigo justo, o que reforça sua tese acerca da naturalidade do castigo na colônia.

227

A segunda parte de *Campos da violência* é iniciada pela apresentação do panorama histórico geral da região dos Campos dos Goitacases. O capítulo que marca esta parte da obra tem um objetivo diferente dos posteriores. Ele serve para contextualizar a região cujas relações sociais lá encontradas foram analisadas nos demais capítulos. Em termos de fontes e de tratamento empírico, Silvia Hunold Lara, neste tema, pouco diverge do padrão empregado até então. O que difere é que, neste capítulo, existe uma acentuação do diálogo com a bibliografia produzida sobre o objeto em questão. Isto não significa que a análise careça de fontes não bibliográficas, elas existem, mas de natureza diversa das dos demais capítulos, pois, nestes, a fundamentação documental é fortemente marcada pelos processos criminais. Por um lado, em termos de bibliografia utilizada, podemos citar alguns trabalhos, como *A terra Goitacá à luz de documentos inéditos* (1913) de Alberto Lamego, *Subsídios para a*

²²⁷ Ibidem., p. 69-70.

história dos Campos dos Goitacases (1900) de Júlio Feydit, *História do descobrimento e povoação da cidade S. João da Barra e dos Campos dos Goitacases* (1868) de Fernando Martins José, entre outros. Por outro lado, quanto às fontes documentais, podemos encontrar cartas, documentos oficiais, “[...] mapa da população do distrito de Campos [...]”²²⁸, almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, memória topográfica e histórica, descrição geográfica de Couto Reis, dados apresentados na *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil* (1833) de Auguste de Saint-Hilaire. No que diz respeito ao tratamento empírico, ele se dá por meio da apresentação dos dados das fontes e de suas relações com os dados apresentados pela bibliografia. A síntese, contudo, não é alcançada sem reservas. O trecho abaixo ilustra isso:

Como se pode observar, não há certezas estatísticas. Nem mesmo há uma total coincidência entre os números fornecidos pelas fontes e os indicados pela bibliografia. De qualquer modo, porém, com base nos dados oferecidos pela documentação consultada podemos afirmar que a segunda metade do século XVIII é, seguramente, um período de grande desenvolvimento da cultura açucareira na região [...].²²⁹

Após este capítulo, Silvia Hunold Lara entra, de fato, na parte dedicada às imersões nas relações cotidianas de dominação entre senhores e escravos, nas quais se busca analisar a multiplicidade de temas que contribuem para o entendimento da especificidade destas mesmas relações.

No primeiro capítulo, dedicado a tratar das relações sociais entre senhores e escravos, a temática escolhida pela autora é a do comércio de escravos. Trata-se de um texto empiricamente representativo, pois a maioria esmagadora das fontes são processos criminais. As únicas exceções são alguns documentos e obras – que aparecem em poucas notas de rodapé – que não são aprofundados. Em compensação, quanto aos processos, entra nas análises um total de 16. Por meio deles, Silvia Hunold Lara identifica variações dentro da temática, como a revelação “[...] de duas formas de realização desse tráfico [...]”: a que “[...] era efetivada por um particular [...]” com outros afazeres concomitantes, e a dos comerciantes que se dedicavam exclusivamente a esse ramo. Analisando os conflitos relacionados aos processos de compra e venda de escravos, por exemplo, Silvia Hunold Lara, ao discorrer sobre um processo específico no qual um senhor pagaria uma dívida com escravos, percebe como um escravo poderia interferir nos termos do ‘contrato de venda’ que o envolvia.

²²⁸ Ibidem., p. 132.

²²⁹ Ibidem.

No que diz respeito aos demais capítulos que compõem esta segunda parte da obra, podemos dizer que pouco diferem do capítulo logo acima analisado. Neles, o que se pode perceber de diferente é um aumento na utilização de outros tipos de fontes que vêm reforçar os dados coligidos dos processos criminais e dos autos de inquirição, como os escritos de Antonil, Jorge Benci, Manoel Ribeiro Rocha, Luiz Vilhena, os registros de trabalhos, as certidões, os editais, as cartas régias, os requerimentos, os ofícios, os regimentos, as leis e uma bibliografia que abrange trabalhos mais, ou menos, contemporâneos ao *Campos da violência*. O que podemos ainda ressaltar é o esforço empregado pela autora em capítulos específicos – como o sobre os *Criminosos e suspeitos* e sobre os *Capitães do Mato* – de quantificar dados extraídos das fontes. No capítulo sobre crimes, por exemplo, a autora chega a apresentar tabelas com dados sistematizados, como estatísticas acerca de mortes, ferimentos, furtos e os respectivos processos e prisões em relação à tais infrações, entre outros.

Como podemos ver, então, *Campos da violência* é fundamentado por uma multiplicidade de fontes. Em relação aos estudos que marcaram a historiografia da escravidão nas décadas anteriores à sua pesquisa, Silvia Hunold Lara acrescenta a utilização de novas fontes capazes de fornecer indícios da perspectiva escrava acerca da relação de dominação na qual ele aparecia envolvido. Isto não significa, contudo, que a autora, ao se ater a essa história vista de baixo, executaria uma inversão dos estudos que, focados nas fontes oficiais, analisaram as relações sociais do sistema escravista a partir de cima, reproduzindo a visão senhorial. O que Silvia Hunold Lara faz é agregar os processos criminais e os autos de inquirição à documentação tradicional empregada pela historiografia da escravidão – como a legislação, os relatórios e instruções dos Vice-Reis, as correspondências entre as autoridades coloniais e com a Coroa, consultas ao Conselho Ultramarino, crônicas e memórias. E com o apoio da totalidade destas fontes, *Campos da violência* busca compreender as relações sociais escravistas a partir dos enfrentamentos entre os dois agentes históricos: os senhores e os escravos. Em relação ao tratamento empírico, no caso das análises dos processos criminais, por exemplo, há um esforço de extrair das fontes os choques de poderes e as representações que os agentes históricos construíam concomitantemente a estes enfrentamentos.

CAPÍTULO III

AS ARTICULAÇÕES TEÓRICAS NO PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO ESCRAVO

1. Delimitando a emergência do enunciado do escravo agente

Por meio dos dois primeiros capítulos dessa dissertação pudemos compreender as fundamentações teóricas gerais que configuraram *O Escravismo Colonial*, *Ser escravo no Brasil*, *Rebelião escrava no Brasil* e *Campos de violência*. A figura do escravo apareceu atrelada ao conjunto de temas que foram tratados em tais obras. Nosso objetivo neste tópico é de colocar em evidência a situação do escravo que se delineou no interior de cada um destes livros.

Em *O Escravismo Colonial*, como foi visto, mesmo que não exista uma coisificação generalizada do escravo, este, ainda assim, aparece como um sujeito altamente a mercê das leis econômicas do modo de produção escravista colonial. Isso fica evidente em vários pontos da obra. A moderação do castigo aplicado ao escravo dependia “[...] menos do temperamento do senhor do que das exigências objetivas da economia escravista”²³⁰. Segue-se o mesmo raciocínio na parte da obra dedicada à *lei da rigidez da mão de obra escrava*, em que o “[...] critério principal do dimensionamento do plantel [...]” de escravos “[...] devia ser o da fase de pico do processo de produção”²³¹. Dentro deste tema, Gorender faz considerações acerca dos efeitos de tal lei e denuncia a sobrecarga do trabalho efetuado pelos escravos, alegando que eles eram explorados até o limite – ou além – de suas energias. Quanto à economia escrava, a subordinação plena do cativo à lógica do sistema também se faz presente.

A concessão de um pequeno lote de terra ao escravo, para que este o cultivasse, é acompanhada de duas explicações. Primeira: tal prática era mais frequente nas ‘plantagens’ algodoeiras e cafeeiras, e não nas canavieiras, o que se explica pelos ciclos vegetativos, pois, diferente dos dois primeiros sistemas de produção, o ciclo produtivo do açúcar ocupava braços durante o ano todo, diminuindo, assim, a concessão de lotes aos escravos²³². Segunda explicação: tal prática atendia os interesses dos senhores, pois, além de diminuir a obrigação

²³⁰ GORENDER, op. cit., p. 71.

²³¹ Ibidem., p. 223.

²³² Ibidem., p. 259.

para com a alimentação dos escravos, também agia no sentido de diminuir as fugas e os atos de rebeldia.

A *lei da população escrava* esboçada no *Escravidismo Colonial* também serve de exemplo de como o sistema agia no sentido de coagir os escravos. A tendência era a da “[...] diminuição absoluta da população escrava e da criação de sua escassez [...]”²³³. A predominância de escravos homens e as más condições de vida na colônia – ligadas à elevada taxa de mortalidade – são exemplos de subsídios que fundamentam tal lei²³⁴. Em suma, tanto a questão do tratamento dispensado ao escravo, quanto à da vida do escravo de forma geral, são “[...] encaradas do ângulo do sistema escravista, situada, por conseguinte, dentro das linhas básicas do modo de produção”²³⁵. Sendo assim, mesmo que Gorender aponte para as exceções à essas regras do sistema escravista – estas sempre agindo no sentido de oprimir, em todas as circunstâncias, os escravos –, ele considera tais ressalvas incipientes diante das leis gerais que moldavam “[...] as normas de convivência regular entre senhores e escravos”²³⁶.

Em *Ser escravo no Brasil*, de Kátia Mattoso, podemos perceber algumas mudanças em relação à perspectiva de Gorender. Se o *Escravidismo Colonial* buscou cristalizar as relações sociais para justificar o funcionamento do modo de produção escravista colonial, *Ser escravo no Brasil* agiu no sentido de compreender a diversidade destas mesmas relações. Nesta obra há uma valorização das diversas possibilidades de vivência dos escravos.

Com a intenção de traçar a trajetória do escravo no Brasil, a autora em questão coloca em evidência várias circunstâncias, que poderíamos chamar de ‘espaços de experiência’, nos quais os escravos submeteram-se ao longo da história do país - a captura na África, a viagem, a venda, o trabalho, a conquista da alforria, a vida em liberdade, etc. Mattoso insere em sua análise tanto os fatores estruturais, de ordem macro-histórica – como o funcionamento do tráfico, do comércio, dos ciclos econômicos –, quanto os aspectos ligados à condição dos escravos, buscando sempre demonstrar como eles respondiam à essas situações e qual a leitura e a posição que tomavam em tais circunstâncias históricas.

Existe também o cuidado de estabelecer as nuances entre diferentes tipos de escravos, como os domésticos, os urbanos, os rurais, etc. Contudo, apesar dessa valorização das múltiplas formas de vivências escravas, podemos encontrar algumas diretrizes principais que norteiam esse leque de possíveis relações. De forma geral, se sobressai a ideia de que a

²³³ Ibidem., p. 321.

²³⁴ Vale destacar que, num âmbito onde operava tal lei, a constituição de famílias entre escravos fugia da regra.

²³⁵ Ibidem, p. 356.

²³⁶ Ibidem.

personalidade perdida pelos escravos – devido à tendência do sistema tratá-los como propriedade – poderia ser reconstituída a partir de sua inserção no novo mundo, este sendo desdobrado em dois mundos: o branco e o negro. O escravo, assim, teria a oportunidade de interagir dentro da dinâmica social na qual estava inserido. Almejando sua liberdade, ou espaços maiores de autonomia, os cativos muitas vezes criavam uma relação dinâmica com a cultura senhorial²³⁷. Aprender o idioma dos opressores, converter-se ao cristianismo, ser produtivo, fiel e obediente, eram atitudes escravas com fins estratégicos que visavam a conquista de determinados benefícios. De forma geral, o que temos em *Ser escravo no Brasil*, então, é uma apresentação das multiplicidades de vivências escravas, e uma valorização da capacidade dos escravos compreenderem o sistema opressor, e agirem, em benefício próprio, dentro dele.

Rebelião escrava no Brasil de João José Reis, no que diz respeito à perspectiva sobre o escravo, exibe certas semelhanças com *Ser escravo no Brasil*.

Ainda que a obra de Reis tenha apresentado um recorte – temporal, temático, regional – bastante específico em relação ao trabalho de Mattoso, isso não alterou a possibilidade de convergência entre ambas quanto à formulação da figura do escravo.

Como vimos no segundo capítulo, o objeto principal de Reis é a revolta dos Malês em 1835. Um dos objetivos centrais é o de compreender mais afundo os personagens envolvidos na rebelião. Existe uma preocupação em entender como tais escravos constituíram-se cultural e socialmente. Trata-se, também, de uma tentativa de examinar o que levou, e como levou, estes sujeitos a tornarem-se rebeldes. Neste intento, diversos âmbitos da vida escrava são colocados em evidência. Existe uma grande preocupação em explorar suas vidas e exibir o papel dos elementos simbólicos que estiveram presentes na revolta. Procura-se, por exemplo, compreender as diversas questões ligadas à religião – pois o termo *Malês* refere-se aos negros adeptos do islã –, como a utilização de roupas específicas, amuletos, a prática da escrita, as reuniões, as ceias, etc., para entender como elas propiciaram a formação de uma rede de solidariedades entre os escravos, e como isso, posteriormente, refletiu na esfera política. Segundo Reis, o islã “[...] propunha uma revolução nas vidas de seus seguidores; tirava deles a vontade de ser escravos, impregnava-os de dignidade, constituía novas personalidades”²³⁸.

²³⁷ Vale ressaltar que o exercício do escravo inserir-se no mundo negro também constituía um desafio, pois o mundo negro na colônia era configurado por um complexo feixe de relações interétnicas, o que o diferenciava dos modos de vida africanos. Além disso, também vale destacar que existiam vários pontos de contato entre o mundo branco e o negro, de modo que não devem ser considerados como duas categorias homogêneas e completamente antagônicas.

²³⁸ REIS, op. cit., p. 139.

Ou seja, ao invés de focar nos elementos repressores do sistema que anulavam a dinâmica de possibilidades de vivências escravas, o autor buscou trazer à luz as experiências culturais acionadas pelos escravos. O escravo de Reis interage em seu meio social, exerce sua fé, cria redes de solidariedade e, no caso em questão, em simbiose com a prática cultural – enleado por ela –, exerce sua consciência política. *Rebelião escrava no Brasil* também mergulha nas biografias de escravos específicos, dos principais atores do levante de 1835 e explora outros âmbitos da vida escrava, como as famílias, as moradias, os ofícios, etc. Por fim, vale ressaltar que, assim como no trabalho de Mattoso, as atitudes escravas relacionadas à assimilação dos valores senhoriais também são entendidas como formas de resistência que, embora sutis, sugerem a capacidade do escravo interagir com as regras do sistema e buscar tirar proveito delas.

Campos da violência também apresenta equivalências, no que diz respeito ao escravo, com as obra de Kátia Mattoso e João José Reis. Neste trabalho, Silvia Hunold Lara buscou superar as pesquisas referentes à historiografia anterior. Ao invés de denunciar a violência empregada no regime escravista, a autora procurou historicizá-la. Para isso, examinou a questão da violência, não a partir de esquemas ou categorias prontas, e sim a partir da dinâmica das relações cotidianas entre senhores e escravos. Por meio desta análise delineou-se, então, uma figura específica do escravo. Um personagem que, assim como em *Ser escravo no Brasil* e *Rebelião escrava no Brasil*, apareceu inserido num jogo de relações, tecidas por diversos elementos sociais diversificados, como o castigo, o comércio, os feitores e agregados, os crimes, os ofícios, etc. Deste modo, o escravo que é estudado em *Campos da violência* se difere do escravo analisado em *O Escravismo Colonial*.

Em *O Escravismo Colonial* as possibilidades de vivência do escravo são sufocadas por um jogo de leis orquestradas pelo modo de produção escravista colonial. Já na obra de Silvia Hunold Lara o que temos é uma inversão de perspectiva. Prevalece o que poderíamos chamar de ‘visão de baixo’. Sob este ângulo aparecem diversas dimensões da vida do escravo. Surgem, então: escravos que através do trabalho conquistavam sua autonomia; escravos que eram utilizados como capangas por seus senhores, mas que respondiam por seus atos; escravos que interferiam nas negociações de compra e venda entre senhores; escravos que se auto sustentavam; escravos que casavam e constituíam famílias; escravos que exerciam práticas culturais fora da esfera cultural senhorial; escravos que tinham liberdade para circular, mas não fugiam; enfim, são inúmeros os tipos de vivências e relações que os escravos constituíam. São diversas as circunstâncias que desvendam um escravo agente, um

escravo que exerce um papel importante na configuração das regras do exercício de dominação sob o qual estava submetido. Por fim, vale destacar que a especificidade do castigo, por exemplo, é algo que se constitui a partir de um jogo de forças que envolvia não somente a metrópole e os colonos, mas, principalmente, os senhores e os escravos, por meio da dinâmica de enfrentamentos e acomodações cotidianas que se configurava com as relações entre ambos.

O que percebemos, então, é que existe, entre a obra de Gorender e a dos outros autores, uma diferença no olhar sobre o escravo: surge um novo enunciado. O escravo coagido pelo sistema, o escravo sem espaços de autonomia, o escravo que sofre uma imposição inquestionável de dominação, cede lugar ao escravo que faz uma leitura das relações que o permeiam, ao escravo que costura espaços onde possa se mover, ao escravo que se constitui culturalmente, que tem consciência política, ao escravo que faz uma leitura das relações de dominação e que sabe jogar com ela, tirar proveito, por fim, ao escravo que exerce poder na constituição do próprio exercício de dominação.

2. Marx, Thompson e Genovese: economia, cultura e resistência na historiografia da escravidão

Como pudemos constatar, existem duas formas principais de perceber o escravo, de um lado a do *Escravidismo Colonial*, de outro, a do *Ser escravo no Brasil, Rebelião escrava no Brasil e Campos de Violência*.

O enunciado do escravo, como é apresentado em cada obra, contudo, não emerge em uma superfície discursiva amorfa. Existe uma configuração, todo um jogo de fundamentações teóricas e delimitações conceituais que estão atrelados a ele, e que articulam seu aparecimento. Cabe a nós tentar identificar estes elementos teóricos e entender como a configuração entre eles possibilitou, no caso de Gorender, o aparecimento de um escravo cujas possibilidades de autonomia eram nulificadas pelas leis regentes do modo de produção escravista colonial, e, no caso dos outros autores, o surgimento de um escravo em condições de intervir nas relações de dominação.

O *Escravidismo Colonial*, como vimos no primeiro capítulo, apresenta uma grande preocupação com os aspectos teóricos da pesquisa histórica. Antes de se debruçar sobre o conteúdo empírico referente a seu objeto, Gorender dedica vários tópicos iniciais de sua obra à reflexão de ordem estritamente teórica, preocupação que, apesar de diminuída, não é

abandonada ao longo da pesquisa. Identificamos nestas reflexões uma delimitação teórica e conceitual que aparece vinculada ao paradigma do Materialismo Histórico. As *formações sociais* englobam tanto a infraestrutura, quanto a superestrutura das sociedades. A primeira diz respeito ao *modo de produção*, este se dividindo em duas principais categorias: a *das forças produtivas* e a *das relações sociais de produção*. Já a superestrutura está relacionada às formas de consciência, às instituições. O movimento histórico é ditado, segundo Gorender, pela dialética entre as duas categorias básicas do modo de produção.

Com o acúmulo das forças produtivas, as relações sociais seriam impelidas à transformação. Tal mudança seria uma adaptação das relações sociais às forças produtivas. Este movimento corresponde a uma nova configuração do modo de produção que, por estar interconectado à superestrutura, também geraria nesta, mudanças. Estaríamos, então, diante de uma nova *formação social*.

Gorender defende também, como já vimos, que o sentido desse intercalar de modos de produção não é pré-determinado, cada sociedade apresenta suas especificações históricas e pode exibir transformações diferentes. Estes pressupostos teóricos, como já ressaltamos no primeiro capítulo, apresentam grande sintonia com as formulações de Marx, importante referência teórica de Gorender.

Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez.²³⁹

É importante saber que a preocupação do autor do *Escravidismo Colonial* é analisar o modo de produção específico que operou na *formação social* brasileira, e não ela com um todo – infraestrutura/superestrutura. O interesse no entendimento do escravo parte de uma necessidade de se compreender as relações sociais que configuraram o modo de produção escravista colonial. Diante disso, se o objetivo principal é entender o funcionamento deste modo de produção e de suas leis, o que interessa à Gorender é um tipo de relação social específica, que evidencie como um determinado modo de relação entre senhor e escravo propicia uma lógica interna que justifica o modo de produção escravista colonial. Não

²³⁹ MARX, Karl. op. cit., p. 136.

interessa, então, a Gorender, as especificidades e as nuances das relações sociais coloniais. A partir disso é possível entender a impossibilidade de *O Escravismo Colonial* trazer à tona um escravo agente, pois tal escravo contrariaria a lógica opressiva da produção e não explicaria o funcionamento do modo de produção escravista colonial. No que diz respeito à violência, por exemplo, o fato de o escravo sofrê-la ou não depende das exigências objetivas da economia escravista, e não de sua capacidade de negociar. O foco não se volta para a mentalidade ou para a consciência do escravo, estas não tem relevância para o objetivo analítico da obra. Para Gorender, o jogo teórico e conceitual que dita a análise do *Escravismo Colonial* não interessa o âmbito do cultural, pois este é um elemento da superestrutura.

É justamente a inserção desta abordagem, desta perspectiva que se preocupa com o entendimento da consciência do escravo, que constitui o diferencial dos trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara em relação à pesquisa de Gorender. Cumpre ressaltar que se trata de um objeto – a leitura que o próprio escravo fazia de sua condição – vinculado ao domínio cultural²⁴⁰. O modo como o cativo assimila os valores senhoriais, e a própria relação de dominação, veem carregados de atributos culturais.

Teoricamente, a emergência desta abordagem específica, que valoriza a perspectiva escrava das relações sociais, segue em sintonia com o pensamento de E. P. Thompson²⁴¹. Para compreendermos melhor isso, vejamos como este historiador discorre sobre o que entende por classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos de cultura: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.²⁴²

Embora os três autores que analisamos não empreguem claramente o conceito de classe em suas análises, a estrutura da compreensão thompsoniana de classe é possível de ser

²⁴⁰ Esse domínio do cultural poderia ser relacionado com o que Gorender compreende como superestrutura. Vale reiterar que a preocupação do autor em *O Escravismo Colonial* está voltada apenas para a infraestrutura da sociedade brasileira colonial, e não com a superestrutura.

²⁴¹ Sobre a influência de Thompson na historiografia brasileira da escravidão, ver: LARA, Silvia Hunold. *Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Revista do Departamento de História da PUC-SP*, n.12, 1995, pp. 43-56.

²⁴² THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10.

identificada em todas estas obras. Em outras palavras, podemos perceber uma perspectiva analítica que busca evidenciar as experiências vivenciadas pelos escravos, e, a partir disso, o modo pelo qual estes mesmos escravos entendiam suas experiências, ou a leitura que faziam das relações sociais coloniais nas quais estavam inseridos. Tal leitura, por sua vez, remete ao âmbito cultural, pois tanto o escravo, quanto seu ambiente social ²⁴³ são carregados de tradições, sistemas de valores, ideais, etc. Quando o cativo cria consciência de suas experiências, ele cria a partir de sua bagagem cultural.

Ser escravo no Brasil segue este princípio, pois constitui uma tentativa de traçar toda a história do escravo, de remontar todas as suas experiências, desde a captura na África até a conquista da liberdade no Brasil – esforço analítico que vem acompanhado de uma tentativa de compreender a perspectiva “psicológica” ²⁴⁴ do escravo diante das situações que marcaram sua trajetória. No âmbito cultural os escravos de Kátia Mattoso, para reconquistarem sua personalidade, deveriam assimilar os valores do mundo branco, uma ação estratégica do escravo.

A primeira parte de *Rebelião escrava no Brasil*, por sua vez, é composta por uma análise que busca compreender o contexto no qual a revolta dos Malês eclodiu. Tal parte expõe as condições de vida dos escravos e evidencia as experiências vivenciadas por eles no período antecedente a revolta. As outras partes da obra representam um esforço para entender como os rebeldes se constituíam culturalmente, e qual o significado disso para a rebelião. Quando João José Reis afirma que “[...] as estruturas simbólicas são também estruturas sociais [...]” ²⁴⁵, fica clara sua perspectiva que valoriza o peso da cultura nos fenômenos históricos.

Por fim, *Campos da violência* também age em sintonia com este esquema. A pesquisa se preocupa com as diversas possibilidades de experiências escravas vivenciadas na região dos Campos dos Goitacazes, do início da segunda metade do século XVIII ao início do XIX. São exploradas questões como o comércio dos escravos, seus ofícios, a constituição de famílias, seus lazeres, suas relações com feitores, capitães do mato, etc. Ao analisar estas circunstâncias específicas, a autora procura compreendê-las a partir da simbiose entre o âmbito social e o cultural. Essa perspectiva fica evidente quando, ao fazer uma reflexão sobre a noção de ideologia, Silvia Hunold Lara rompe com o mecanicismo da superestrutura como

²⁴³ Quando o escravo chega ao Brasil ele é inserido num ambiente carregado de elementos culturais. Além dos valores senhoriais, há também os valores do “mundo negro”, este sendo um resultado complexo da junção de diversas etnias africanas diferentes.

²⁴⁴ MATTOSO, op. cit., p. 102.

²⁴⁵ REIS, op. cit., p. 155.

reflexo da infraestrutura, e inclui nas condições reais de existência dos homens tanto as relações sociais quanto “[...] o modo como pensam e interpretam todas estas relações”.²⁴⁶

Essa inserção da dimensão cultural, por meio da adoção de uma análise interessada no entendimento da perspectiva do escravo, está atrelada a diversas reformulações conceituais, dentre elas a do conceito de ‘resistência’ que, como veremos a seguir, é bastante significativo para a emergência do enunciado do escravo-agente.

Tal questão se configura da seguinte forma: a partir do momento em que se tenta compreender algumas atitudes escravas – como obediência e fidelidade ao senhor, por exemplo – sob a égide cultural da mentalidade escrava, é possível identificar uma reformulação na noção de ‘resistência’, pois, no âmbito da consciência do escravo, tais atitudes passam a ser vistas como estratégicas; o cativo assimila os valores senhoriais com a finalidade de conquistar benefícios, alforrias, regalias, brechas, espaços onde possa exercer certa autonomia.

Ser escravo no Brasil, Rebelião escrava no Brasil e Campos de Violência são obras nas quais podemos identificar tal reformulação conceitual. Na primeira destas, Kátia Mattoso destaca que na perspectiva do regime escravista, por meio da qual o escravo é concebido como mercadoria, seria impossível crer na possibilidade do cativo restituir sua personalidade, esta perdida após ele ter sido capturado e transformado em propriedade. Contudo, “[...] se a questão é colocada no plano psicológico, parece inegável que a própria sobrevivência do homem preto depende absolutamente de sua repersonalização”²⁴⁷. E, para que os escravos conquistassem esse objetivo, segundo Mattoso, eles deveriam “encenar” suas vidas sob o “tripé” da humildade, da obediência e da fidelidade²⁴⁸. Convém ressaltar que uma relação senhor-escravo fundamentada por tais valores, a princípio, poderia sugerir uma ideia de consenso entre estes dois grupos sociais. Contudo, a autora refuta esta leitura e afirma que:

A aparente amenidade das relações que se estabelecem entre senhores e escravos, a semelhança de uma adaptação da mão-de-obra obediente e humilde é, na verdade, uma **forma eficaz e sutil da resistência** do negro face a uma sociedade que pretende despojá-lo de toda uma herança moral e cultural [grifo nosso].²⁴⁹

²⁴⁶ LARA, op. cit., p. 43.

²⁴⁷ MATTOSO, op. cit., p. 102.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Ibidem., p. 103.

De acordo com Kátia Mattoso, essa assimilação de valores é feita pelos escravos de forma transitória. Ela deve “[...] levar a um mundo melhor [...], à alforria conquistada, penhor de um futuro palpável” ²⁵⁰. A partir da perspectiva escrava, então, opera-se, uma reformulação no conceito de resistência: o que poderia ser visto como acomodação, ou passividade, passa a ser visto como estratégia de resistência. O escravo torna-se agente.

Em *Rebelião escrava no Brasil* encontramos, apesar das nuances, uma perspectiva semelhante a que aparece em *Ser escravo no Brasil*. Isso é possível de ser observado quando João José Reis trata dos diferentes tipos de etnias encontradas na sociedade baiana no início do século XIX. De acordo com o autor, a ausência do negro brasileiro – crioulo – na rebelião de 1835 é explicada pelas diferentes experiências que eles vivenciavam em relação aos negros africanos. Enquanto estes eram mais rebeldes, aqueles, por terem nascido no Brasil, conseguiam assimilar melhor os valores do homem branco, o que os tornavam mais “pacíficos”. Havia uma espécie de cumplicidade entre os senhores e o escravo nacional, o que antepunha o crioulo ao africano. Consequentemente, os afro-brasileiros dispunham de outras formas de resistência, fazendo com que tivessem, em relação aos africanos, “[...] um melhor desempenho no processo de alforria” ²⁵¹. Segundo Reis, tais formas de resistência “[...] estabeleciam uma linha muito fina [...] com a acomodação pura e simples” ²⁵². Porém, se tratava de uma “resistência cotidiana”, uma “[...] negociação hábil que explorava em favor do escravo a psicologia do paternalismo” ²⁵³. As amenidades entre crioulo e senhor eram, portanto, apenas aparentes. Reis reforça esta ideia destacando algumas atitudes rebeldes de escravos nacionais, como fugas, participações em revoltas, práticas culturais dissociadas da cultura senhorial, entre outras.

Em *Campos da violência*, no capítulo em que Silvia Hunold Lara problematiza questões relacionadas à humanidade e coisificação do escravo, podemos também encontrar alguns apontamentos referentes à ampliação da ideia de resistência. De acordo com a autora, a bibliografia sobre o assunto tendeu a enfatizar determinadas formas de resistências coletivas individuais, como os quilombos, as rebeliões, as insurreições, os suicídios, os abortos, etc. Estas análises estariam pautadas nos termos de ação e reação, como se atitudes escravas violentas fossem necessariamente respostas às ações senhoriais violentas. Essa lógica é criticada pela autora, pois “[...] ao longo deste trabalho nos deparamos com escravos que

²⁵⁰ Ibidem., p. 167.

²⁵¹ REIS, op. cit., p. 174.

²⁵² Ibidem., p. 176.

²⁵³ Ibidem., p. 176-177.

formalmente reiteraram as expectativas senhoriais de fidelidade, obediência e trabalho assíduo para obter suas alforrias ou cumprimento de tratos sobre alimentação e vestuário”²⁵⁴. Ou seja, a autora entende que, sob a perspectiva do escravo, o fato deste acatar as expectativas senhoriais representava um meio para se alcançar determinados fins. Trata-se de formas de resistência não condicionadas pelo binômio ação-reação. São “[...] recursos e estratégias variados de homens e mulheres que, em situações adversas, procuravam salvar suas vidas, criar alternativas, defender seus interesses”.²⁵⁵

Se nos voltarmos para a *O Escravismo Colonial* identificaremos, como já foi visto, uma reflexão pautada por algumas ideias de Hegel e de Marx, que entendem que o cumprimento do ‘trabalho’ por parte dos escravos age no sentido de coisificá-lo e não de humanizá-lo. Essa diferença em relação às obras de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara é possível porque Gorender parte da perspectiva do regime, da legislação escravista, e não da perspectiva do próprio escravo. Sob esta ótica só há ‘resistência’ quando o escravo resiste ao trabalho, a possibilidade dele ser um bom trabalhador como estratégia para conquistar a afeição dos senhores – e conseqüentemente algumas vantagens – é descartada. O escravo, ao trabalhar, cumpriria sua função de propriedade do senhor, o que reforçaria sua coisificação.²⁵⁶

Para clarear tal questão, vale retomarmos o relato de Tollenare, quando descreve um episódio no qual um escravo se recusa a levar o acompanhante – visita de seu senhor – ao povoado vizinho. O escravo afirma que, se lá fosse, poderia ser morto, pois o povoado era inimigo de seu senhor, e complementa: “[...] o que diria o meu senhor se essa gente me matasse?”²⁵⁷. Para Gorender, a preocupação desse escravo com a possível perda material de seu senhor remete a uma introjeção, por parte deste escravo, dos valores senhoriais. Tal escravo se veria como coisa, como propriedade, evitando ir até o povoado inimigo, não para salvar sua vida, mas para evitar o prejuízo de seu senhor. Trata-se de uma perspectiva analítica que desconsidera a capacidade do escravo fazer uma leitura dos valores senhoriais e tirar proveito deles. Invocando esses valores, o escravo extrairia benefício da situação e evitaria a possibilidade de ser assassinado. Se nos ativermos à perspectiva teórica que norteia

²⁵⁴ LARA, op cit., p. 344.

²⁵⁵ Ibidem., p. 345.

²⁵⁶ Uma apreciação sobre os referenciais teóricos thompsonianos utilizados pelos historiadores de 1980 pode ser encontrada em: RAMOS, Igor Guedes. GENEALOGIA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 541 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014. p. 251-304.

²⁵⁷ GORENDER, op. cit., p. 65.

as obras de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, o mesmo escravo passaria de coisa a agente histórico, pois é capaz de compreender o jogo de poderes vigentes na colônia, e habilitado a intervir neste sistema. O caso em questão, portanto, à luz da perspectiva teórica oitentista, é entendido como uma forma de resistência sutil.

Por fim, não podemos nos esquecer de outro autor que também exerceu grande influência nestas leituras oitentistas da escravidão e que, do mesmo modo que Thompson, apontou para uma ampliação no conceito de resistência, trata-se de Eugene Genovese.

Se as reflexões de E. P. Thompson serviram como substrato teórico à historiografia brasileira da escravidão nos anos 80, Eugene Genovese representou um exemplo de possibilidade de aplicação da teoria thompsoniana no objeto escravidão, pois, como se sabe, os estudos de E. P. Thompson tinham como objeto os operários ingleses, não os escravos.

O livro de grande destaque de Genovese foi *Roll, Jordan, Roll* (1974) publicado no Brasil como *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Nele podemos encontrar passagens como:

[...] os escravos encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo numa doutrina diferente da imaginada por seus senhores e de transformá-la em arma de resistência às asserções de que a escravidão era uma condição natural para os negros, de que os negros eram racialmente inferiores e de que os escravos negros não tinham quaisquer direitos próprios.

Assim, **ao aceitar um *ethos* paternalista e ao legitimar o domínio de classe, os escravos desenvolveram sua mais poderosa defesa contra a desumanização implícita na escravidão**. O paternalismo sulista pode ter reforçado o racismo, assim como a exploração de classe, mas também, inadvertidamente, induziu suas vítimas a plasmar sua própria interpretação da ordem social que pretendia justificar [grifos nossos].²⁵⁸

Podemos encontrar nessas passagens uma sintonia com o que viemos dizendo até o momento em relação às leituras oitentistas da escravidão. Os escravos, ao assimilarem os valores senhoriais, o fazem por meio de uma interpretação própria, divergente da esperada pelos senhores. Deste modo, algumas atitudes escravas que seriam entendidas pelos senhores como sinais de submissão, de passividade, de acomodação, para os escravos assumem outros significados, tornam-se estratégias que afirmam sua humanidade, táticas cujos fins são conquistas de benefícios pessoais, isto é, formas de resistência. Genovese, ao assimilar as

²⁵⁸ GENEVOSE, Eugene. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 25.

proposições teóricas thompsonianas e aplicá-las às relações sociais escravistas, serviu de inspiração aos historiadores brasileiros. *Roll, Jordan, Roll*, de acordo com Silvia Hunold Lara, foi “[...] uma das obras que mais marcou [...] a produção historiográfica sobre a escravidão brasileira”.²⁵⁹

Como pudemos perceber, portanto, apesar Gorender ter afirmado²⁶⁰ que a teoria marxista não implica em reducionismo econômico, as experiências vivenciadas pelos escravos, como aparecem no *Escravidão Colonial*, são todas condicionadas pelas leis do modo de produção escravista colonial. Mesmo que o escravo seja considerado agente subjetivo, e não capital fixo, ainda assim, tudo o que poderíamos entender como benefícios conquistados por uma possível autonomia escrava, para Gorender são concessões que em última instância favorecem aos próprios senhores. Isso acontece porque sua análise desconsidera a dimensão do cultural.

Gorender define a condição escrava dentro de uma categoria que impede a adoção de uma perspectiva acerca do olhar, da psicologia, da consciência do escravo. E uma vez que o ponto de vista do escravo não é levado em consideração na análise, ele fica impedido de ser compreendido como um agente histórico.

Como vimos, é justamente a inserção desta perspectiva do escravo – esta erigida a partir de sua experiência – que marca o diferencial teórico de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara. Tais autores, ao se inspirarem nas proposições teóricas de E. P. Thompson e no exemplo de aplicação de tal diretriz teórica às relações sociais escravistas – efetuadas por Eugene Genovese –, puderam fazer uma leitura da escravidão levando em consideração a perspectiva do escravo acerca das relações nas quais ele estava envolvido, de modo que diversas ações que, pela lógica conceitual do *Escravidão Colonial* eram tidas como exemplos de passividade e acomodação, passaram a ser vistas como formas diferenciadas de resistências, de estratégias que o colocaram o escravo num patamar de agente histórico.

3. Novas fontes sob novos olhares

Neste tópico, em termos empíricos, confrontaremos *O Escravidão Colonial* com *Ser escravo no Brasil*, *Rebelião escrava no Brasil* e *Campos da violência*. Como veremos, estas

²⁵⁹ LARA, op. cit., p. 48.

²⁶⁰ Ver o capítulo “Pecados do marxismo e miragens do antimarxismo” em *Escravidão Reabilitada* (1990) de Jacob Gorender.

três últimas obras compõem novas fontes e novos olhares sobre os documentos que permitem a reformulação da noção de escravo.

O Escravismo Colonial, como vimos no primeiro capítulo, tem uma grande preocupação teórica que precede e condiciona o trato empírico. Em outras palavras, a intenção de Gorender é que as fontes venham a definir as especificidades das *forças produtivas*, das *relações sociais de produção* e das *leis do modo de produção escravista colonial*. São conceitos que apreendem a realidade histórica por meio das fontes. Estas aparecem como: primárias, como crônicas e relatos de viajantes e de senhores de engenho, tratados, censos, legislações, escritos oficiais e clericais, entre outros; e secundárias, isto é, obras que não foram produzidas na época do escravismo colonial, mas que tratam de aspectos da sociedade desse período.

Três considerações podem ser feitas acerca de tais fontes e do tratamento empírico dispensado à elas. A primeira consideração é que elas correspondem a uma função delimitada de antemão, a saber, a de definir as especificidades de determinados conceitos relacionados ao esquema teórico do modo de produção. Isto nos leva à segunda consideração: o conteúdo de tais fontes é apreendido de forma literal, isto é, Gorender não tem como preocupação interpretar as fontes, ele não interroga as falas que constituem tal fonte²⁶¹, ao contrário, tenta compreender a causa do fato que se expressa na fonte. Por exemplo, quando um relato destaca a sobrecarga e as más condições de trabalho do escravo, Gorender dá este fato como certo e busca sua causa na *lei da rigidez da mão de obra*. Esta, ao definir que a área do plantio é delimitada pela quantidade de braços escravos, entende que nas fases de pico produtivo a intensidade do trabalho escravo é elevada a um nível excessivo, daí as más condições de trabalho. Por fim, a terceira consideração: o conteúdo dessas fontes é pobre no que diz respeito ao fornecimento de dados para uma análise cujo objetivo era o de compreender a perspectiva escrava.

O afrouxamento da preocupação com as questões estruturais, a definição de objetos mais específicos cronológica e tematicamente, e a sintonia com as perspectivas teóricas de E. P. Thompson e Eugene Genovese, fizeram com que os trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara tivessem como característica uma postura mais empírica e menos teórica que a de Gorender. Em outras palavras, enquanto Gorender buscou preencher com o conteúdo das fontes um recipiente conceitual determinado, os outros três autores buscaram explorar mais as possibilidades interpretativas permitidas pelas fontes. Neste sentido,

²⁶¹ Isto acontece porque Gorender não está preocupado em compreender os agentes históricos envolvidos nas relações sociais, e sim em compreender as diretrizes que regem o modo de produção escravista colonial.

buscaram compreender por meio das falas das fontes a perspectiva dos agentes históricos que a produziram. Esse novo olhar sobre as velhas fontes, contudo, não constituiu a causa única – em termos empíricos – da ressignificação da noção de escravo, pois os elementos que configuraram o novo olhar vieram também acompanhados da utilização de novos tipos de fontes antes não levados em consideração pelos historiadores da escravidão, como “testamentos, inventários de heranças, cartas de liberdade, processos judiciais [...]” e, principalmente, os arquivos policiais²⁶². Em artigo publicado em 1988, Maria Helena P. T. Machado escrevia:

Se durante muito tempo a crença na inexistência de fontes adequadas para a recuperação da escravidão no Brasil desestimulou a pesquisa documental, hoje os estudiosos redescobrem nos arquivos e cartórios os instrumentos necessários para o avanço do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil.²⁶³

Tal consideração vale para os três trabalhos que estamos colocando em questão, *Ser escravo no Brasil*, *Rebelião escrava no Brasil* e *Campos de Violência*. Desdobrar tal assunto em relação ao primeiro destes, contudo, é tarefa mais complicada, pois o caráter de ensaio da obra – como a própria autora destaca – é marcado por uma não preocupação do apontamento sistemático das fontes. Torna-se difícil, então, destacar aspectos específicos da leitura das fontes feitas por Kátia Mattoso. Apesar disso, por meio de alguns pontos da obra podemos esboçar algumas considerações sobre a questão do empírico. Por exemplo, ao discorrer sobre as cartas de alforria, a autora evidencia a riqueza de tais fontes. Para Mattoso, esses documentos podem conter diversas informações valiosas no que diz respeito à vida do escravo, como: seu nome, sua origem, filiação, cor, motivos da alforria, a forma da libertação, nomes de testemunhas, assim como também informações sobre o senhor, seu endereço, idade, ofício, etc. Tais informações possibilitam que o historiador conheça diversos âmbitos da vida escrava e do senhor, de modo que se torna possível penetrar de forma mais incisiva na perspectiva de tais personagens históricos. Apesar de Kátia Mattoso não fazer citações literais das fontes, podemos nos aproximar de sua posição empírica citando um exemplo que se dá quando a autora explora os motivos da libertação dos escravos.

²⁶² MATTOSO, 1982, p. 13.

²⁶³ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.8 nº16, pp. 143-160, 1988. p. 144.

[...] o que choca, quando se leem as cartas de alforria concedidas a título oneroso, é o preço se apresentar sempre como resultado de uma série de outras condições que o escravo teve de satisfazer, antes mesmo de poder sonhar com a sua alforria. Essas condições têm uma cadência de ritual e esclarecem à maravilha as relações escravo-senhor. Qual é este ritual, quais os temas que, como litânias, se encontram a cada passo nas cartas de alforria? As duas fórmulas-chave dessa liturgia da libertação: “Por me haver bem servido(a)” e “Pelo bem que lhe quero por tê-lo criado(a)”. São raras as cartas de alforria que escapam desse chavões. Para ser libertado é preciso, portanto, ter sido um escravo trabalhador, fiel e obediente.²⁶⁴

Neste excerto, portanto, podemos evidenciar o que afirmamos anteriormente: as cartas de liberdade, assim como as outras fontes “descobertas” pelos historiadores da escravidão dos anos 80, possibilitaram o contato com diversas questões ligadas à vida dos escravos. No caso acima apontado destacam-se os motivos da libertação. Esse motivo, por sua vez, sob o modo de tratar o empírico – isto é, sob as perspectivas teóricas que analisamos no tópico anterior – aparece atrelado à estratégia do escravo que, mirando sua liberdade, atende às expectativas senhoriais de obediência e fidelidade.

Em *Rebelião escrava no Brasil* podemos identificar os mesmos procedimentos empíricos e tipos de fontes utilizadas. Isto é, no trabalho de João José Reis, encontramos diversos tipos de documentação, como censos populacionais, inventários, testamentos, cartas de autoridades e de senhores, ofícios, relatos de viajantes, jornais, processos criminais, testemunhos, julgamentos, textos legislativos e, entre outros, a utilização de bibliografia de apoio que tratou de temas secundários em relação a seu objeto principal.

Contudo, diferentemente de *Ser escravo no Brasil*, na obra de João José Reis aparecem de forma mais nítida e mais aberta à relação com as fontes, ou seja, nela aparecem extrações das fontes em formas de excertos que são analisados pelo autor. No que diz respeito à introdução de novas fontes e das possibilidades que elas abrem para o estudo dimensionado aos aspectos da vida do escravo e da viabilidade de compreendê-lo como agente histórico, a devassa produzida como resultado da rebelião de 1835 abarca os tipos de fontes mais importantes em *Rebelião escrava no Brasil*.

Segundo Reis, os processos que resultaram dessa revolta constituem uma coleção de documentos com diversas informações que permitem a penetração em diversos âmbitos da vida dos escravos, como o cultural, o social, o econômico, o religioso, o doméstico e até mesmo o amoroso. Também convém destacar que, em tais fontes, as falas que aparecem dos africanos vêm à tona por meio de um constrangimento da opressão das autoridades, o que

²⁶⁴ MATTOSO, 1982, p. 187.

significa que os documentos devem ser problematizados e interpretados, para que deles possa ser extraído a perspectiva do interrogado.²⁶⁵

É por meio dos inquéritos, portanto, que João José Reis compreende a importância da cultura escrava na rebelião de 1835. Nestas fontes, evidencia-se o valor do Islã na vida dos Malês, religião que criava uma rede de solidariedades e dava significado à vida destes personagens desterrados de sua pátria natal. Nos testemunhos, Reis desvenda diversos elementos que serviam de símbolos aos africanos mulçumanos, como a utilização de amuletos, de roupas brancas, da prática da escrita, das ceias e das festas. Além disso, tais documentos permitiram outras descobertas: no ramo dos ofícios urbanos, por exemplo, apareceram escravos que ditavam o tempo de seus trabalhos. Na dimensão da vida, surgiram escravos com moradas estáveis, outros que constituíam famílias, etc. O levantamento de tais aspectos relativos à vida dos escravos, portanto – aspectos que marcavam a capacidade deles agenciarem suas vidas e se construírem social, econômica e culturalmente diante de uma sociedade que em todos os âmbitos se fazia opressora –, não teria sido possível sem a utilização das fontes relacionadas à devassa da rebelião de 1835.

Por fim, no que diz respeito às fontes e ao tratamento empírico, em *Campos da violência*, podemos evidenciar os mesmos elementos encontrados nas obras de Kátia Mattoso e João José Reis que contribuíram para a emergência do enunciado do escravo agente. No caso dos tipos de fontes empregadas, por exemplo, temos a utilização de novos tipos de documentos. Como a própria autora afirmou: mesmo que os autores que produziram no momento historiográfico precedente aos anos 80 tivessem buscado apoio em fontes como livros, tratados, cartas, crônicas coloniais, relatos de viajantes e de jesuítas – documentos que possibilitavam uma perspectiva, acerca da realidade colonial, alternativa à visão encontrada nos documentos oficiais –, ainda assim todas essas “falas” estariam ao nível do poder, seja ele metropolitano ou colonial. O que Silvia Hunold Lara sugere, então, como alternativa para superar essa perspectiva do poder opressor, e adentrar no mundo dos escravos, é a inserção de basicamente dois tipos de fontes: os processos criminais e os inquéritos. Foram esses dois tipos de documentos que possibilitaram que a autora penetrasse no cotidiano das relações de exploração, extraíndo dele diversas informações que permitiram evidenciar a perspectiva dos escravos acerca de suas vivências.²⁶⁶

Apenas para ilustrar o posicionamento de Silvia Hunold Lara diante do empírico, podemos citar uma análise que ela faz de uma fonte quando trata do tema do castigo. Dentre

²⁶⁵ REIS, 1986, p. 7-8.

²⁶⁶ LARA, 1988, p. 23.

os inúmeros apontamentos que a autora faz em relação a este tema, há um momento no qual ela analisa um processo²⁶⁷ referente a três escravas que recorreram à justiça para que, com a morte de sua antiga senhora, não fossem entregadas ao herdeiro legal, pois este era conhecido por sua crueldade e pela prática de castigos exagerados e injustos. Neste caso, a autora, ao penetrar na perspectiva escrava, identifica – através da não contestação, por parte destas três escravas, do castigo justo, moderado, educador – a existência do castigo como algo natural.

Esta leitura que a autora faz do documento, nos permite fazer dois apontamentos: primeiro, trata-se de uma fonte peculiar que, por conter uma fala escrava, permite que o leitor possa resgatar a leitura do escravo acerca do caso no qual estava envolvido, e, segundo, neste caso específico, a fonte abre a possibilidade para a historicização da violência na sociedade escravista. Somando-se a isso, também poderíamos dizer que esta fonte possibilita a constatação da capacidade do escravo interferir na justiça com a intenção de agenciar seu próprio destino. Temos, então, a partir da peculiaridade da fonte, e por meio da forma de tratar o empírico, um terreno fértil para a emergência do escravo agente.

Os trabalhos dos três autores aqui analisados, portanto, colocam-se numa posição, em termos empíricos, diferente da encontrada em *O Escravismo Colonial*. Como vimos, esta obra é composta tanto por fontes que pouco dizem a respeito da vida dos escravos, quanto por uma postura teórica que, ao se debruçar sobre as fontes, utiliza-se de ferramentas conceituais que estão mais direcionadas à compreensão do funcionamento produtivo da colônia do que ao tratamento dos aspectos que sinalizam a capacidade do escravo ser sujeito de sua própria história. Por outro lado, nas outras três obras analisadas, percebemos que com a inserção de novas fontes – por meio das quais se tornou possível evidenciar, de forma mais clara, as falas dos escravos –, e com uma diferenciada perspectiva analítica sobre os documentos foi possível que o enunciado do escravo como agente histórico fosse configurado.

4. Identificando e interligando pesquisas: dois momentos na historiografia brasileira, dois modos de fazer história

As especificidades dos elementos discursivos – como os objetos, os temas, as fontes, os enunciados e as teorias –, que viemos apontando até este momento em cada obra, nos permite articulá-los a outros trabalhos. Neste tópico, seguindo a reflexão de autores que já se debruçaram sobre estas outras obras, iremos elencá-las para que possamos ter uma dimensão

²⁶⁷ Ver LARA, 1988, p. 69-71.

mais abrangente das formações discursivas nas quais aparecem inseridas as pesquisas até agora analisadas: *O Escravismo Colonial, Ser escravo no Brasil, Rebelião escrava no Brasil e Campos da violência*.

Como já visto, a obra de Gorender tem como principal fundamento teórico a utilização do conceito de modo de produção. Sendo assim, uma vez que Astor Antônio Diehl, em seu trabalho *A Cultura Historiográfica Brasileira (década de 1930 aos anos 1970)* (1999), buscou organizar e listar as principais orientações historiográficas que lançaram mão dos conceitos de *modo de produção* e *formação social* para analisar a realidade social brasileira.

Podemos criar uma tabela com os principais autores que por meio dessa orientação conceitual aparecem ligados a Gorender. Três principais grupos de autores e obras são identificados: o primeiro, que entende o Brasil como um país erigido por um modo de produção feudal ou semi-feudal; o segundo, que defende a tese do modo de produção capitalista “[...] presidindo a evolução econômica brasileira”²⁶⁸. E, por fim, o terceiro, que defende a especificidade do modo de produção que configurou a sociedade brasileira.

1º Grupo – tese do modo de produção feudal ou semi-feudal

Autor	Trabalho	Ano
Cavalcante Coutinho	Reforma Agrária do Brasil	1961
Ignácio Rangel	A Questão Agrária Brasileira	1961
Alberto Passos Guimarães	Quatro Séculos de Latifúndio	1963
Celso Furtado	Dialética do Subdesenvolvimento	1964
Celso Furtado	Formação Econômica do Brasil	1959
Nelson Werneck Sodré	História da Burguesia Brasileira	1964
Ignácio Rangel	A Dinâmica da Dualidade Brasileira	1968
Francisco Oliveira	Crítica � Razão Dualista	1973

²⁶⁸ DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999. p. 46.

José do Carmo Barbosa	Pré-capitalismo ou Neocapitalismo Brasileiro?	1979
-----------------------	---	------

2º Grupo – tese do modo de produção capitalista

Autor	Trabalho	Ano
Caio Prado Junior	A Revolução Brasileira	1966
Maria Franco	Homens Livres na Ordem Escravista	1969
Luis Pereira	Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento	1970
José de Souza Martins	A Imigração e a Crise do Brasil Arcaico	1973
Fernando Henrique Cardoso	Autoritarismo e Democratização	1975
José de Souza Martins	Capitalismo e Tradicionalismo	1975
Octavio Ianni	Escravidão e História	1975
Maria Loureiro	Parceria e Capitalismo	1977
Caio Prado Junior	A Questão Agrária	1979
Fernando Novais	Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777/1808)	1979
José de Souza Martins	O Cativo da Terra	1979
José Vicente Tavares dos Santos	Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital	1979
Maria Wanderley	Capital e Propriedade Fundiária	1979

3º Grupo – tese do modo de produção específico

Autor	Trabalho	Ano
--------------	-----------------	------------

Florestan Fernandes	Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento	1968
Florestan Fernandes	Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina	1973
Afrânio Raul Garcia Junior	Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores	1976
Ciro F. S. Cardoso	Sobre os Modos de Produção Colonial da América	1975
Ciro F. S. Cardoso	O Modo de Produção Escravista Colonial	1975
Florestan Fernandes	A Revolução Burguesa no Brasil	1975
Jacob Gorender	O Escravismo Colonial	1978

Todos estes trabalhos, ao lançarem mão do aparato conceitual marxista – com destaque para o conceito de *modo produção* e suas categorias correlatas – possibilitam que, em termos de fundamentação teórica, o coloquemos em um mesmo grupo²⁶⁹, isto é, que os identifiquemos dentro de uma mesma formação discursiva. Pois, mesmo que eles apresentem nuances em seus objetos – dialogando de forma direta ou indireta com o tema da escravidão –, todos estes trabalhos giram em torno de uma mesma diretriz, a saber, a que define os modos de produção como ferramenta fundamental para compreensão da formação social brasileira. A partir dessa diretriz configura-se uma forma peculiar de investigação histórica, com temáticas, objetos, procedimentos teóricos e empíricos similares.

Vale ressaltar, ainda, que as reações da historiografia frente à tese de Gilberto Freyre – *Casa Grande & Senzala* (1933) – nos permitem evidenciar um conjunto de autores retirados de dentro desse grupo maior esboçado pelas tabelas acima. Neste sentido, poderíamos aproximar Gorender de autores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti da Costa, pois, no conjunto, estes autores representaram uma tentativa de denunciar as mazelas e a violência da escravidão, uma reação contra a obra *Casa Grande & Senzala* pelo fato desta ter aberto espaço às imagens da escravidão ligadas a um regime permeado por relações de benevolência entre senhores e escravos.²⁷⁰

²⁶⁹ Ver também: LAPA, José Roberto. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

²⁷⁰ Sobre este tema, ver: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 210 - 211; “Escravidão Negra em Debate”. In: Marcos Cezar Freitas (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 1998. p. 106.

Do lado dos trabalhos oitentistas sobre a escravidão, identificados pelo aparecimento do enunciado do escravo como agente histórico, podemos fazer o mesmo exercício feito acima e apresentar uma lista elencando diversas pesquisas que se articularam com os estudos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara. Para realizar tal tarefa, nos embasaremos em um balanço historiográfico sobre a escravidão feito por Sidney Chalhoub, um dos maiores especialistas da escravidão no Brasil e personagem central na defesa da importância do papel dos agentes históricos no processo histórico da escravidão.

Em seu artigo, escrito junto com Fernando Teixeira da Silva, Chalhoub separa a historiografia da escravidão em dois paradigmas: “o paradigma da ausência”, marcado por estudos históricos que não levaram em consideração a importância do papel dos personagens nos processos históricos; e o “paradigma da agência”, caracterizado pelos estudos que buscaram demonstrar a importância dos agentes históricos nos processos históricos.

Os estudos inseridos dentro do “paradigma da agência”, segundo o autor, articularam “[...] maneiras de inquirir as experiências dos próprios escravos [...]” e buscaram “[...] entender o sentido que eles mesmos conferiam aos seus labores e lutas cotidianas [...]”; fatores que fomentaram “[...] a exploração de outros tipos de fontes históricas”. Estes aspectos, que colocam em evidência a participação dos escravos “[...] numa cultura legal [...]”²⁷¹, são elementos que nos possibilitam relacionar diretamente os autores que Chalhoub aponta, e colocá-los em conjunto com as obras de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara.

Conjunto de trabalhos marcados pelo enunciado do escravo agente²⁷²

Autor	Trabalho	Ano
Robert W. Slenes	The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888	1975

²⁷¹ CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no Imaginário Acadêmico: Escravos e Trabalhadores na Historiografia Brasileira desde os anos 80”. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009. p. 22.

²⁷² Além dos autores elencados por Chalhoub, também inserimos nessa tabela alguns autores listados por Ricardo Alexandre Ferreira e Silvia Hunold Lara. O critério de seleção utilizado por estes autores é o mesmo que o de Chalhoub, a saber, trabalhos que estiveram engajados no debate, do qual emergiu a interpretação do cativo sujeito de sua história. Ver: FERREIRA, Ricardo Alexandre. “Leituras do Passado Escravista no Brasil: duas palavras a respeito da relação entre crime e revolta escrava” In: Raphael Nunes Nicoletti Sebrian (Org). *Leituras do passado*. Campinas: Pontes Editores, 2009; LARA, Silvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, Projeto de História. *Revista do Departamento de História da PUC-SP*, n.12, 1995, pp. 43-56.

Maria Odila Leite da Silva Dias	Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX	1984
João José Reis	Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)	1986
Célia M. Marinho de Azevedo	Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX	1987
Maria Helena P. T. Machado	Crime e Escravidão: trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas: 1830-1888	1987
Leila Mezan Algranti	O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro	1988
Maria Lúcia Lamounier	Da Escravidão ao Trabalho Livre	1988
Silvia Hunold Lara	Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808	1988
João José Reis e Eduardo Silva	Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista	1989
Peter L. Einsenberg	Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XIX	1989
Sidney Chalhoub	Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte	1990
Maria Helena P. T. Machado	O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da Abolição	1994
Keila Grinberg	Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade na corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX	1994
Flavio dos Santos Gomes	Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: século XIX	1995
Hebe Maria Mattos	Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX	1995

Marcus Carvalho	Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife: 1922-1850	1998
Maria Cristina Cortez Wissenbach	Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850- 1880)	1998

É digna de nota a ausência de *Ser escravo no Brasil* de Kátia Mattoso dentre os trabalhos – na tabela acima – marcados pela emergência do enunciado do escravo agente. Talvez este fato possa ser explicado pela trajetória acadêmica singular da autora.

Kátia Mattoso nasceu na Grécia, estudou Ciência Política na Universidade de Laussane (Suíça) e na Paris-Sorbonne, só posteriormente mudando-se para o Brasil, onde lecionou na Universidade Católica de Salvador e na Universidade Federal da Bahia, na qual recebeu o título de doutora *honoris causa*. Singular também foi a produção de *Ser escravo no Brasil*, pois tal estudo não fora publicado originalmente no Brasil ²⁷³, e sim na França, em 1979, sob o título de *Être Esclave Au Brésil* ²⁷⁴. Apesar disso, se levarmos em consideração os critérios utilizados por Chalhoub na elaboração de sua lista de autores, não nos resta dúvida quanto à compatibilidade do estudo de Mattoso com as demais obras elencadas. ²⁷⁵

De forma geral, esses dois grupos, identificados e esboçados nas tabelas acima, permitem que coloquemos em evidência a inserção das pesquisas analisadas – *O Escravismo Colonial*, *Ser escravo no Brasil*, *Rebelião escrava no Brasil* e *Campos da violência* – dentro de um contexto de produção historiográfica mais amplo. Podemos perceber, então, que os quatro trabalhos, que até o momento viemos analisando, fazem parte de dois períodos diferentes da historiografia brasileira. Por um lado, Gorender apresenta articulações com um modo de fazer história que marcou os anos 1960 e 1970, ou seja, com uma postura teórica que foi fortemente marcada pela utilização de conceitos marxistas – principalmente o de *modo de produção* – e pela busca da compreensão da *formação social* brasileira. Por outro lado, Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, por sua vez, aparecem vinculados a um modo

²⁷³ *Ser escravo no Brasil* foi publicado no Brasil em 1982.

²⁷⁴ MATTOSO, Kátia. *Être Esclave Au Brésil: XVIe-XIXe siècles*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1979.

²⁷⁵ Há outras apreciações, porém, que elegem Kátia Mattoso como percussora do movimento historiográfico defensor do escravo sujeito de sua história. Contudo, tal leitura se dá em tom de crítica, pois, para autores como Jacob Gorender, Suely Robles Reis de Queiróz e José Carlos Reis, a valorização da subjetividade do escravo teria se dado por meio do resgate da noção de 'patriarcalismo' defendida por Gilberto Freyre, resultando na configuração de uma sociedade consensual. A recuperação da subjetividade do escravo, deste modo, teria servido para torná-lo agente voluntário da escravidão. Ver: GORENDER, 1990, p. 20; QUEIRÓZ, 1998, p. 108; REIS, 1998, p. 62.

de fazer história iniciado nos anos de 1980, e que segue pelos anos 1990. Isto é, aparecem atrelados a uma postura teórica que visa superar o que chamam de economicismo e esquematismo teórico da historiografia precedente, passando a valorizar o papel dos agentes históricos e de suas culturas e consciências históricas.

5. A implementação dos cursos de pós-graduação e algumas relações entre o contexto institucional e o saber historiográfico

Como vimos no tópico anterior, os dois conjuntos de autores que separamos pertencem a dois períodos diferentes, o primeiro abrangendo basicamente as décadas 1960 e 1970 e o segundo as 1980 e 1990. Em termos institucionais, os trabalhos produzidos pelo primeiro grupo marcam um período no qual se iniciou o processo de implementação dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Contudo, como veremos mais adiante, os efeitos de tais mudanças somente foram sentidos a partir da década de 1980, momento em que os cursos de pós-graduação atingiram maturidade.

De acordo com Carlos Fico e Ronald Polito, três aspectos fundamentais assinalam o início – que se dá entre os anos 1960 e 1970 – do processo de implementação dos cursos de pós-graduação no país: “[...] a busca por opções temáticas e metodológicas francesas [...], o predomínio da perspectiva teórica marxista [...]”; e “[...] a forte presença de norte-americanos buscando compreender a contemporaneidade brasileira”.^{276 277}

Em primeiro lugar, portanto, destaca-se o fato dos cursos de pós-graduação terem sido pensados a partir de referenciais teóricos e metodológicos estrangeiros. Haveria, nessa aproximação, entretanto, uma dissonância com as reflexões contemporâneas francesas, pois enquanto neste país já existiam os fundamentos do que seria a “Nova História”, aqui no Brasil as abordagens historiográficas apresentavam sintonia com as problemáticas referentes à primeira fase da “Escola” dos *Annales*. Trabalhos nacionais que dialogaram com as tendências teóricas da “Nova História” francesa surgiram no Brasil apenas nos anos 1980.

²⁷⁶ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: Jurandir Malerba (org). *A velha história: Teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 192.

²⁷⁷ Uma apreciação mais ou menos semelhante a esta, acerca da produção historiográfica nos anos 1960 e 1970, pode ser encontrada em: FALCON, Francisco J. F. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, 1996. De acordo com o autor deste texto, a historiografia dos anos 1960 e 1970 teria sido marcada por uma dualidade de propostas: a tradicional, de cunho empírico, narrativo e factual, que já vinha sendo praticada anteriormente; e a inovadora, de cunho teórico, totalizante e problemática, praticada sob a influência dos estudos da *Nouvelle Histoire* e/ou da teoria marxista, proposta que buscou superar o modo tradicional de fazer história.

Em segundo lugar, em relação à incisiva presença teórica das variadas correntes marxistas entre historiadores durante a instauração dos cursos de pós-graduação, Carlos Fico chama a atenção para um certo clima acadêmico e político atrelado ao grande número de trabalhos que, a partir dos anos 1970 “[...] utilizaram o aparato conceitual do marxismo [...]” e abordaram “[...] temáticas vinculadas às reflexões desta corrente teórica” ²⁷⁸.

Em terceiro lugar, a presença de autores norte-americanos corresponde ao “[...] surgimento de novos interesses no âmbito da estratégia política e econômica [...]” dos Estados Unidos; de modo que estes fatores, “[...] somados aos aspectos da conjuntura política e econômica brasileira [...]”, fomentaram a presença, no Brasil, dos intitulados brasilianistas ²⁷⁹.

Um dos aspectos que marcaram as pesquisas destes estudiosos foi a preocupação com temas mais recentes da história do Brasil, divergindo dos historiadores nacionais que até então mantinham preferência pela história do período colonial. Por fim, vale ainda ressaltar dois aspectos significativos que caracterizaram o período de implementação dos cursos de pós-graduação: primeiro, “[...] os pesquisadores nacionais não possuíam sólida formação científica e orientação segura [...]”; e, segundo, “[...] não havia um órgão no país capaz de melhor dispor dos recursos destinados à pesquisa histórica”. ²⁸⁰

Ora, todos estes aspectos, de forma mais ou menos direta, podem ser percebidos na obra e na formação de Gorender. A posição teórica assumida em *O Escravismo Colonial*, por exemplo, como foi visto de forma exaustiva, aparece claramente atrelada ao aparato conceitual da teoria marxista, com destaque para o enfoque na análise da infra-estrutura social brasileira por meio do conceito de modo de produção. Nesta obra, também, são várias as comparações entre a história da escravidão dos Estados Unidos e a do Brasil. Podemos encontrar diversas citações e apontamentos de obras de autores norte-americanos, como Robert Conrad, Warren Dean, Peter Eisenberg, Stanley Elkins, Eugene Genovese, Herbert Klein, Sidney Mintz, Thomas Skidmore, Stanley Stein e Frank Tannenbaum, entre outros.

A referência teórica francesa, contudo, é pouco significativa, pois em *O Escravismo Colonial* o único destaque é uma citação de Marc Bloch. Já no que diz respeito à formação de Gorender, encontramos uma sintonia com a afirmação de Carlos Fico sobre a carência de uma formação científica sólida dos autores que produziram até o momento da implementação dos cursos de pós-graduação no país. Vale ressaltar que tal aspecto diz respeito menos à capacidade analítica dos autores do que de suas formações. Gorender, por exemplo, formou-se

²⁷⁸ Ibidem, p. 191.

²⁷⁹ Ibidem., p. 192.

²⁸⁰ Ibidem., p. 193.

em Direito e atuou como militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) durante grande parte de sua trajetória, apenas na década de 1990 foi institucionalmente reconhecido como historiador, quando recebeu o título de doutor *honoris causa* pela UFBA e foi convidado a ministrar aulas e cursos no Instituto de Estudos Avançados da USP. Vale lembrar, contudo, que apesar de Gorender não ter apresentado vínculos institucionais no momento que redigiu *O Escravismo Colonial*, a obra, como já foi visto, aparece atrelada ao âmbito acadêmico, pois tanto foi erigida a partir de um debate que se travou nesse meio, como por este também foi bem recebida²⁸¹. Por fim, podemos destacar que, diferentemente de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, a pesquisa de Gorender não foi financiada por nenhuma instituição. A produção de *O Escravismo Colonial* recebeu apoio econômico apenas de alguns amigos de Gorender, como José Adolfo Granville e Jacques Breyton.²⁸²

Pois bem, depois de passado os anos de 1960 e 1970 e chegado os anos de 1980, momento no qual os cursos de pós-graduação se consolidaram no Brasil, começaram a surgir sinais de mudanças em relação aos aspectos – referentes à produção historiográfica – que marcaram o momento da implementação de tais cursos. De acordo com Carlos Fico:

Instalados os cursos de pós-graduação, seus frutos mais efetivos ficariam para os anos 80, tanto quanto um fluxo mais contínuo e permanente de pesquisas (que também se relaciona com a ampliação do número de bolsas mantidas pelas agências de fomento) e uma definição de perfil institucional um pouco mais precisa. Isto se dá num quadro de ampliação da bibliografia considerado pelos historiadores, com a multiplicação de enfoques teóricos e metodológicos.²⁸³

Somando-se a estes aspectos, podemos também citar outros de naturezas diversas, como: o crescimento no mercado editorial; os avanços na História Social; a diminuição dos trabalhos preocupados com o período colonial e o aumento das pesquisas voltadas para os temas mais recentes; e a importância das “[...] datas alusivas a episódios notáveis da história [...]”, fator que também fomentou o crescimento de pesquisas históricas.²⁸⁴

Mesmo que os trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, apresentem singularidades próprias, podemos estabelecer entre eles certos vínculos com a maioria dos aspectos acima elencados.

²⁸¹ MAESTRI, Mário. *O escravismo colonial: a revolução copernica de Jacob Gorender*. História & Luta de Classes. Rio de Janeiro: p.77-102, 2005; *Revista Espaço Acadêmico*, v. 35 e 36, n.1 e 2, abril e maio de 2004. p. 9.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ FICO, op. cit., p. 194.

²⁸⁴ Ibidem., p. 197.

Por exemplo, as pesquisas destes três autores, como vimos ao longo desta dissertação, seguiram o rumo da virada historiográfica dos anos 1980 e apresentaram enfoques teóricos e metodológicos que diferiram das diretrizes conceituais e empíricas empregadas na obra de Gorender. Foram trabalhos que seguiram o veio da História Social com ênfase na importância dos elementos culturais e que sinalizaram uma aproximação temática da história mais recente do país, abandonando a até então preferência pelo período colonial. De forma indireta, isto vale até mesmo para *Ser escravo no Brasil*, pois apesar de apresentar um recorte envolvendo Colônia e Império, a maioria das fontes utilizadas nesta pesquisa corresponde a região da Bahia do século XIX, o que denota certa aproximação especial com o período mais recente da história do Brasil.

No quesito instituições e agências de fomento à pesquisa, podemos dizer que, apesar de *Ser escravo no Brasil* ter sido publicado originalmente na França, seu processo de constituição apresentou vínculos com a região e historiografia da Bahia de forma pontual, pois a maioria das fontes utilizadas na pesquisa pertencia aos arquivos baianos – Arquivos do Estado da Bahia e Arquivos Municipais de Salvador²⁸⁵.

Em uma das passagens da Introdução de *Ser escravo no Brasil*, a autora menciona sua ligação com a região e com as agências de fomento à pesquisa brasileiras:

Baiana de coração e adoção, mostramo-nos baiana demais em nosso relato? Acontece que essas fontes documentais novas foram profundamente exploradas em Salvador, graças à ação conjugada do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPQ, e da Sociedade para o Estudo da Cultura Negra no Brasil, a SECNEB.²⁸⁶

Semelhante é a situação de João José Reis. O autor graduou-se em História pela Universidade Católica em Salvador (1974), cursou, sem concluir, Ciências Sociais pela UFBA e obteve título de mestre (1977) e doutor (1982) em História pela Universidade de Minnesota, EUA. *Rebelião escrava no Brasil* foi sua tese de doutorado, orientada por Stuart B. Schwartz. Apesar de sua tese ter sido feita no exterior sob o financiamento das Fundações Ford (1979) e Rockefeller (1981-1982), os vínculos com a região e historiografia da Bahia e com a CNPQ foram, outrossim, pontuais. Seu recorte temático – uma revolta escrava em Salvador – o levou a pesquisar nos Arquivos do Estado da Bahia e a receber apoio da CNPQ

²⁸⁵ Esta ligação da autora com a UFBA é destacada por Paulo Santos Silva em seu texto “A historiografia Baiana nos últimos 50 anos”. Mais adiante retomaremos esse assunto. Para mais informações, ver: SILVA, Paulo Santos. A historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: OLEZER, Raquel (org). *Do Passado Para o Futuro*. São Paulo: Contexto, 2011.

²⁸⁶ MATTOSO, 1982, p. 13.

(1983-1984). Além disso, no prefácio de sua pesquisa também aparecem agradecimentos aos comentários de professores e alunos do Departamento de História e do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, o que coloca em evidência sua proximidade com a instituição.²⁸⁷

Silvia Hunold Lara, por sua vez, em sua formação apresentou vínculo integral com a universidade brasileira. Foi na USP (Universidade de São Paulo) que a autora completou sua graduação (1977) e seu doutorado (1986) em História Social, quando defendeu a tese *Campos da violência: estudo sobre a relação senhor-escravo na capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*, sob financiamento da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), da CNPQ e da Fundação Ford. Portanto, diferentemente de Kátia Mattoso e João José Reis, Silvia Hunold Lara não obteve nenhum de seus títulos em instituições estrangeiras.

Apontados os principais aspectos da ligação entre a produção historiográfica e as instituições brasileiras – particularmente nos momentos de implementação e de consolidação dos cursos de pós-graduação no país – e relacionados tais aspectos com a formação e as obras dos autores que estamos analisando, podemos agora tecer alguns comentários sobre a produção historiográfica em duas regiões específicas: a da Bahia e a de São Paulo, com destaque para duas instituições: UFBA e USP. Este exercício nos permitirá dimensionar as principais características dos lugares nos quais os autores, por nós estudados, apareceram vinculados.

Em relação à historiografia baiana, Paulo Santos Silva nos apresenta uma síntese bastante objetiva:

Do início do século XX à primeira década do século XXI, duas configurações historiográficas se fizeram notar com bastante nitidez na Bahia. A primeira adquiriu densidade nos anos 1930 e 1940 e teve no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IHGB) uma instituição de referência e apoio. A segunda começou a estruturar-se em 1969, em âmbito universitário, com a criação do Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. A partir de 1976, o Mestrado em Ciências Humanas passou a ser designado Mestrado em Ciências Sociais, com duas áreas de concentração: Sociologia e História. Com evidente crescimento das pesquisas no campo dados estudos históricos, a área consolidou-se nos anos 1980 [...] Esta segunda configuração, em suas sucessivas fases, ao contar com o ingresso permanente de jovens pesquisadores, revelou-se dinâmica o suficiente para se reproduzir de forma ampliada, cirando novas ramificações.²⁸⁸

²⁸⁷ Os comentários feitos na nota de rodapé 54 também valem para o caso de João José Reis.

²⁸⁸ SILVA, op. cit., p. 85.

Em consonância com as colocações que fizemos até o momento, isto é, sobre os períodos que marcaram a produção historiográfica pré e pós-instalação dos cursos de pós-graduação no país, a historiografia baiana, particularmente na UFBA, configurou-se também a partir de dois momentos historiográficos distintos: o primeiro, no qual os historiadores²⁸⁹ eram “bacharéis em Direito”, ou formados em Medicina, e exerciam o ofício por meio da “[...] pesquisa histórica, sociológica ou antropológica [...]”²⁹⁰; e o segundo – período que coincide com a implementação do curso de pós-graduação na UFBA – quando uma nova geração de historiadores ampliou, em termos de métodos e fontes, os limites da historiografia precedente, tendo a História Social se fortalecido significativamente por meio de “[...] estudos sobre a escravidão e temas correlatos”²⁹¹. Em relação à esta segunda fase da historiografia baiana, Paulo Santos Silva destaca a notoriedade dos anos 1980, década na qual “[...] a presença e a articulação de historiadores com formação acadêmica fora do país ou em outros espaços nacionais [...] asseguraram condições subjetivas e objetivas para ampliar ou abrir frente de trabalhos [...]”; é nesta esteira que se encontram João José Reis e Kátia Mattoso.

A produção historiográfica em São Paulo, por sua vez, mais especificamente na USP, também apresenta fases que se assemelham às mudanças ocorridas na historiografia baiana de forma geral. Seguindo algumas colocações feitas por Antonio Celso Ferreira, podemos identificar três momentos que assinalam a historiografia na USP: um que vai de 1934 a 1960, outro de 1960 a 1980 e, por fim, o terceiro, que se inicia a partir dos anos 1980.

O primeiro destes períodos, cujo início se dá com a fundação da FFCL-USP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), é marcado, primeiramente, pela renovação dos estudos históricos ocorrida com a visita, na instituição, de grandes intelectuais estrangeiros, como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss e P. Mombeig, R. Bastide, entre outros, e, posteriormente, pela docência composta por autores brasileiros, como Eurípides Simões de Paula, Eduardo de Oliveira França e Pedro Moacir Franco. Trata-se de um período que representa uma “[...] ruptura com a orientação tradicional das pesquisas da área, representada pelos trabalhos desenvolvidos nos institutos históricos”.²⁹²

O segundo período que assinala a produção historiográfica na USP, por sua vez, é marcado pelo crescimento do número de pesquisas, “[...] na forma de dissertações e teses

²⁸⁹ Paulo Santos Silva cita alguns exemplos de autores representantes desse primeiro período da historiografia baiana, como Pedro Calmon (1902-1985), José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967), Luiz Viana Filho (1908-1990) e Afonso Rui de Souza (1893-1970), entre outros.

²⁹⁰ Ibidem., p. 87.

²⁹¹ Ibidem., p. 90.

²⁹² FERREIRA, Antônio Celso. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: OLEZER, Raquel (org). *Do Passado Para o Futuro*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 325.

[...]”, a maioria tratando de temas ligados à Colônia e ao Império²⁹³. Mesmo com o golpe militar de 1964, que veio repercutir e interferir no meio universitário, os trabalhos críticos à História Brasileira estenderam-se até os anos 1970, década na qual foram implementados os cursos de pós-graduação nesta universidade²⁹⁴. É deste período que datam trabalhos atentos a problemas socioeconômicos estruturais, como os de Fernando Novais, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, muitos dos quais foram referências na produção de *O Escravismo Colonial* de Gorender.

Por fim, a partir dos anos 1980 inicia-se o terceiro período. De acordo com Antônio Celso Ferreira, os desafios desta fase, que surgem a partir do “[...] desencantamento em relação aos ideais de transformação social associados ao desenvolvimento nacional [...]”, levaram a historiografia oitocentista a trilhar novos caminhos, conjuntura que se alastrava pelos recentes cursos de pós-graduação e que dizia respeito não somente à USP, mas à outras instituições paulistas, como a UNESP, a UNICAMP e a PUC-SP.²⁹⁵

A produção historiográfica, então, sob novos enfoques teóricos e metodológicos, buscou desmontar vários dispositivos firmados pela historiografia precedente, como: “[...] a memória dos vencidos; as periodizações de natureza político-jurídica [...]”, e as temáticas voltadas “[...] à ação dos grupos dominantes [...] e à macroestrutura econômica e social”²⁹⁶. Nesta empreitada, a historiografia da escravidão destacou-se como um dos campos da História Social que se expandiu e se dispersou. Segundo Antônio Celso Ferreira, os estudos sobre a escravidão “[...] tiveram o propósito de superar a visão sistêmica e economicista herdada da Historiografia precedente [...]”, de modo que neste intento as pesquisas buscaram tanto “[...] dar voz aos próprios escravos e homens livres pobres [...]” como “[...] lançar luz sobre suas múltiplas experiências sociais e culturais”²⁹⁷. É exatamente neste ponto da produção historiográfica paulista, portanto, que se encontra o trabalho de Silvia Hunold Lara.

Como podemos perceber, então, a configuração das obras de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, está em sintonia com algumas reformulações feitas nas diretrizes da pesquisa histórica e que vieram acompanhadas de certas mudanças institucionais, como a que se deu com a implementação dos cursos de pós-graduação e com o crescimento do número de bolsas destinadas ao financiamento de pesquisas.

²⁹³ Ibidem., p. 328.

²⁹⁴ Ibidem., p. 329.

²⁹⁵ Ibidem., p. 331.

²⁹⁶ Ibidem., p. 333.

²⁹⁷ Ibidem., p. 334.

A reformulação de enfoques teóricos e metodológicos que se deu nesse período, por sua vez, buscou, para se autoafirmar, rebater os princípios norteadores das pesquisas realizadas no período precedente, como, por exemplo, a preocupação com a análise socioeconômica de caráter estrutural. E uma vez que Gorender, apesar de não ter estado ligado a nenhuma instituição específica, por ter produzido *O Escravismo Colonial* a partir de um debate que se travava junto ao meio acadêmico, foi unido aos autores como Fernando Henrique Cardoso e Ciro Flamarion Cardoso e foi, pelos historiadores da escravidão dos anos 1980, também questionado. A emergência do enunciado do escravo/agente, portanto, se deu a partir de um contexto institucional e historiográfico favorável às mudanças de perspectiva teórica, empírica e metodológica.

6. Política, sociedade e historiografia: do golpe de 64 à redemocratização

A história do Brasil passara a despertar um interesse renovado. O cenário político depois da morte de Getúlio Vargas em 1954, a crescente polarização entre seus continuadores e os que se opunham a ele, agravada pelo clima de tensão resultante da Guerra Fria, mobilizaram os intelectuais. Era difícil permanecer indiferente à luta que se travava no Brasil e no mundo. O país industrializava-se e os problemas sociais e nas cidades eram cada vez mais prementes. Parecia urgente mudar o país. Para isso era preciso conhecê-lo melhor; examinar suas lideranças políticas, as “elites”, como se dizia então; indagar de sua responsabilidade pelo estado deplorável em que se encontrava a grande maioria do povo brasileiro; procurar uma explicação para o atraso, o autoritarismo e o elitismo crônicos, a sobrevivência das oligarquias e do regime de clientela e patronagem e a fraqueza das instituições democráticas. Apesar da industrialização e da presença crescente do capital estrangeiro, o país era ainda essencialmente agrário e mais de 80% de sua população vivia ainda nas zonas rurais em precárias condições e um alto grau de analfabetismo. Nessas condições os intelectuais eram chamados a continuar a obra iniciada pela geração anterior que lhes servira de guia. A preocupação que levava Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior a reescrever a história do Brasil instigava a nova geração a seguir o mesmo caminho. Entre os vários problemas da história do Brasil que chamavam atenção estavam a escravidão e seu legado, o preconceito racial, a abolição e a situação do negro na sociedade brasileira.²⁹⁸

A passagem acima, escrita por Emília Viotti da Costa – historiadora que fez parte do grupo de autores que produziram dentro do modo de fazer história comum aos anos 1960 e 1970 –, coloca em evidência questões históricas que marcaram aquele período e que

²⁹⁸ COSTA, Emília Viotti da Costa. Da Senzala à Colônia: quarenta anos depois. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina De (Orgs.) *O Historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

constituíram referenciais na definição de temas e objetos das pesquisas históricas produzidas na ocasião. Os trabalhos deste período articularam-se com as demandas da sociedade, de modo que é notável o engajamento das obras desta etapa da historiografia brasileira. A trajetória de Gorender, por exemplo, aparece totalmente atrelada à militância pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), fato que mantém relação estreita com os temas, objetos e opções teóricas empregadas em suas obras.

O momento mais significativo dentro do período que Emília Viotti da Costa se refere, em termos políticos e sociais, é o da renúncia de Jânio Quadros em 1961. A relutância dos setores conservadores – como as Forças Armadas e a classe média, por exemplo – em aceitar a posse do vice-presidente João Goulart e o discurso reformista deste após assumir a presidência, acabou gerando uma efervescência e polarização política²⁹⁹. As propostas de reformas de base – que incluíam as categorias agrária, tributária, financeira e administrativa – pregadas por João Goulart, e a agitação das ligas camponesas, dos sindicatos e de outros setores que se animavam com tais propostas, foram elementos que, somados a diversos outros fatores, acabaram repercutindo no golpe militar de 1964. O PCB sentiu o golpe e sofreu uma fragmentação. Neste momento, a ala mais esquerdista – da qual Gorender fazia parte – foi expulsa do partido. Data deste período o surgimento de diversos partidos e organizações – ilegais –, como a ALN (Ação Libertadora Nacional), o VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o Var Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e o POC (Partido Operário Comunista), todos destinados a fazer oposição ao regime ditatorial. Foi neste momento que Gorender, junto com Mário Alves e Apolônio de Carvalho, entre outros, fundaram o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Contudo, em 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, o partido ilegal sofreu vários ataques dos militares e Gorender foi preso e torturado.

Encarcerado, formulou uma interpretação da formação social brasileira que passava da fase escravista diretamente para a capitalista, perspectiva que apresentava implicações de estratégia política, pois uma vez que a revolução burguesa fosse dada como concretizada no país, a aliança da esquerda com os capitalistas tornava-se dispensável e a luta poderia, então, almejar o avanço direto para o estágio do socialismo. Posteriormente, em liberdade, no governo do general Ernesto Geisel, Gorender trabalhou como tradutor, abandonou a

²⁹⁹ Neste momento houve uma relação muito próxima entre João Goulart e a direção política do PCB – partido do qual Gorender, naquela ocasião, era membro do Comitê Central.

militância prática e passou a aprofundar seus estudos acerca da formação brasileira, produzindo entre 1974 e 1976 a obra *O Escravismo Colonial*.

Mais adiante, em termos sociais, já no período do início da redemocratização, isto é, na transição dos anos 1970 para os 1980 em diante, podemos apontar diversas transformações que alteraram o quadro geral da sociedade brasileira e que também repercutiram na produção historiográfica de forma geral. Dentre estas mudanças, podemos apontar, por exemplo: um amplo aumento demográfico; um crescimento considerável da população urbana, estimada em 51,5% no ano de 1980; uma expansão das capitais, sendo que nove delas, em 1980, contavam com mais de 1 milhão de habitantes cada; um grande desenvolvimento da indústria e da agroindústria; um crescimento na expectativa de vida e um aumento de novos grupos sociais, como as mulheres que cada vez mais marcaram presença no mercado de trabalho.

Somando-se a isso, dentro da esfera social e política na virada dos anos 80, podemos citar: a fragmentação da oposição ao governo, momento de criação do Partido dos Trabalhadores (PT); uma efervescência do movimento sindicalista que também assistiu à divisões dando origem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT); e a ascensão de movimentos sociais como o Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³⁰⁰ e do Movimento Negro Unificado (MNU).

Por fim, vale destacar o clima de debate – em relação às conquistas de direitos civis – fomentado pela elaboração da constituição de 1988³⁰¹. De acordo com Boris Fausto, a constituição de 1988, representou um avanço do país em relação à “[...] área de extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias, aí se incluindo os índios [...]”³⁰². Além disso, também se preocupou com outras medidas inovadoras, “[...] como a criação do habeas-data, que assegura às pessoas o direito de obter dados de seu interesse constantes dos arquivos de entidades governamentais, bem como a previsão de um código de defesa do consumidor”.³⁰³

Atento às estas transformações e aos personagens que começavam a emergir no contexto social do início da década, Edgar de Decca, em 1981, escreveu:

A realidade começou a ceder em vários pontos. A aparência de ordem que atraiu, facilmente, boa parte da sociedade nos últimos quinze anos, parece se

³⁰⁰ Todas estas informações apresentadas podem ser encontradas em: FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

³⁰¹ Data de 1988, também, o centenário da abolição, outro elemento importante e merecedor de destaque que contribuiu e instigou debates sobre a escravidão no Brasil.

³⁰² Ibidem., p. 289.

³⁰³ Ibidem.

esfacelar pela multiplicação ininterrupta das vozes desordenadas. A realidade cede e se revela. Ecos das vozes dos operários, estudantes, donas-de-casa, professores e muitos outros invadem a cena do social e nos oferecem a dimensão da diversidade de poder, repercussões de lutas de uma sociedade que se institui e se revela ao mesmo tempo na sua divisão.³⁰⁴

Na trilha desses novos caminhos [...] Iniciou-se um lento processo de crítica a uma dada concepção de marxismo, profundamente descarnada, que permanecia sempre no limite das abstrações.³⁰⁵

Longe de querer criar um vínculo causal entre contexto e discurso historiográfico, objetivamos apenas apontar a consonância que há entre ambos. Deste modo, como transparece nas palavras de Edgar De Decca, o novo contexto social e político do período dos anos 1980, nos permite que o elenquemos como um dos fatores que serviram de inspiração para a definição de temas, objetos e enfoques teórico-metodológicos empregados por um grupo de historiadores a partir dos anos 1980. E isto, salvo as ressalvas, vale até mesmo para autores como Kátia Mattoso e João José Reis, que produziram suas pesquisas vinculados à instituições estrangeiras, pois o contato deles com o Brasil, as instituições e agências de fomento à pesquisa nacionais foram significativos, como já vimos no tópico anterior.

É pertinente destacar, também, que se a historiografia oitentista não se configurou sem um viés político, este se deu de modo bastante diverso em relação ao empregado pela historiografia dos anos 1960/70.

As pesquisas, de fundamentação teórica marxista, produzidas neste período, tinham como intenção definir a natureza da formação social brasileira, de modo que isto definiria a estratégia política que a esquerda deveria empregar para alcançar o socialismo. Tal intenção política, por sua vez, não é alimentada pelos historiadores dos anos 1980. O que transparece de político nestes autores, antes, é, por meio da fragmentação do poder, um depósito de esperança na capacidade política dos agentes históricos e uma valorização de lutas diversificadas, como as travadas pelos operários, negros, mulheres, homossexuais, sem tetos, etc.

³⁰⁴ DECCA, Edgar Salvadori De. 1930, *O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 31-32.

³⁰⁵ Ibidem., p. 34.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação pudemos perceber que, ao menos em relação aos trabalhos analisados, a historiografia da escravidão entre os anos 1960/1970 e 1980, passou por algumas reformulações, sendo a emergência do enunciado do escravo como agente histórico a principal característica dos estudos que surgiram a partir dos anos 1980. Cumpre agora rever de forma conclusiva o caminho por nós percorrido.

Nos dois primeiros capítulos do nosso trabalho buscamos compreender teoricamente as quatro obras – *O Escravismo Colonial*, *Ser escravo no Brasil*, *Rebelião Escravo no Brasil* e *Campos da violência* – em sua organicidade discursiva.

No primeiro capítulo procuramos expor os principais fundamentos e teses defendidas em *O Escravismo Colonial* de Jacob Gorender. Ao esmiuçar tal trabalho pudemos elucidar o seu atrelamento ao paradigma do Materialismo Histórico e o seu diálogo com outras obras que também debateram questões relacionadas à formação social do Brasil.

Destacamos como este trabalho: sinalizou uma continuidade dos estudos marxistas, de viés totalizante, iniciados por Caio Prado Junior nos anos 1930; se deu na esteira da discussão acerca da natureza dos modos de produção responsáveis pela evolução econômica da sociedade brasileira; e fez parte também da linha crítica levantada contra as teses de Gilberto Freyre e ao mito da democracia racial. Neste sentido, *O Escravismo Colonial* também buscou articular uma crítica historiográfica que destacou a violência do regime escravista ante os escravos. A preocupação fundamental de Gorender foi a de compreender o modo de produção, a infra-estrutura da sociedade colonial, e não ela como um todo, como articulação entre infraestrutura e superestrutura. Pudemos perceber, portanto, que *O Escravismo Colonial* constitui um tipo de História Econômica totalizante de viés conceitual marxista.

No segundo capítulo, em que analisamos *Ser escravo no Brasil* de Kátia Mattoso, *Rebelião escrava no Brasil* de João José Reis e *Campos da violência* de Silvia Hunold Lara, continuamos com a mesma proposta analítica empregada na obra de Gorender.

Apesar das nuances de cada trabalho, pudemos identificar entre eles certas semelhanças essenciais que se opuseram às tendências teóricas observadas no *Escravidão Colonial*. Nas três obras percebemos um movimento de valorização de elementos culturais na análise dos fenômenos históricos. De forma geral, poderíamos dizer que são obras enquadradas dentro da dimensão da História Social com a atenção voltada para os aspectos

culturais. Em outras palavras, são trabalhos que visaram compreender as relações sociais escravistas da sociedade brasileira a partir da perspectiva histórica dos escravos.

Ficou evidente no segundo capítulo, a preocupação que os três trabalhos tiveram em explorar as diversas circunstâncias vivenciadas pelos escravos dentro do que poderíamos aqui chamar de uma economia moral. Enquanto Gorender buscou enfatizar e analisar apenas o tipo de relação social considerado fundamental para o funcionamento do modo de produção escravista colonial, Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, desinteressados pelas questões estruturais, procuraram, antes, analisar os diversos relacionamentos e experiências que os escravos construíram e vivenciaram. Os cativos apareceram, então, em suas diversas dimensões, como a religiosa, a cotidiana, a criminal, a política, a do lazer, a dos ofícios e a dos laços de solidariedade, entre outras.

No terceiro capítulo, por fim, evidenciamos as articulações entre os elementos discursivos que possibilitaram a emergência do enunciado do escravo como agente histórico nos estudos dos anos 1980. Num primeiro momento, fizemos um esforço para identificar e colocar em destaque a figura do escravo nas quatro obras analisadas, buscando demonstrar as diferenças entre o escravo do *Escravidismo Colonial* e o escravo de *Ser escravo no Brasil*, *Rebelião escrava no Brasil* e *Campos da violência*. Posteriormente exploramos as divergências teóricas e empíricas. Enquanto a abordagem economicista de Gorender acabou evidenciando o escravo em sua dimensão de peça do modo de produção – cuja operacionalidade se concretizava através da violência e da coação –, a abordagem culturalista dos outros três autores agiu no sentido de evidenciar a multiplicidade de possibilidades de vivência dos escravos. Nesta abordagem, a busca pela compreensão da perspectiva do cativo terminou por possibilitar uma reformulação na noção de resistência. Atitudes como obediência e fidelidade ao senhor, levando-se em consideração a ótica do escravo, passaram a ser entendidas como formas de negociar a liberdade. Como vimos, tais abordagens foram em parte possibilitadas pela utilização de novas fontes históricas, como os processos criminais e os autos de inquirição, documentações que permitiram ao historiador entrar em contato com o fala do escravo, mesmo que filtrada pelas penas dos escrivães.

Também pudemos perceber como as obras analisadas apareceram articuladas à outras do mesmo período, formando uma rede de trabalhos marcados por modos específicos de fazer história.

Por fim, observamos como as reformulações institucionais do período – com a consolidação dos cursos de pós-graduação no país – somadas às mudanças do contexto

histórico atreladas ao processo de redemocratização nacional, apresentaram certa sintonia com as abordagens e questões levantadas pelos historiadores a partir dos anos 1980.

De forma geral, nosso estudo priorizou o aprofundamento analítico em poucas obras em detrimento de um balanço historiográfico mais generalizante. Deste modo, esperamos que as vantagens desta opção por um recorte mais específico tenham se concretizado. Isto é, esperamos que esta aproximação maior das obras nos tenha permitido explorá-las de forma mais profunda, tratando de questões que numa análise mais generalizante seriam ofuscadas, como, por exemplo, a articulação teórica que permitiu a emergência do enunciado do escravo como agente histórico.

Neste sentido, a dissertação buscou tratar ponto a ponto a composição teórica de cada trabalho analisado. Vimos seus objetos, suas temáticas, seus modelos explicativos, seus conceitos, suas fontes, etc. Diante disso, nossas conclusões apresentaram certa sintonia com os balanços historiográficos feitos até o momento. Ou seja, ao mergulharmos nas obras, pudemos perceber como se construiu, dentro do discurso, uma tendência que, a partir dos anos 1980, buscou produzir um tipo de história de viés mais culturalista, priorizando recortes mais específicos, abordando temáticas mais diversificadas e buscando destacar a perspectiva do escravo e seu papel de agente histórico. Tudo isso em oposição a um modo de fazer história comum aos anos 1960/1970, isto é, a um tipo de história preocupada com questões da ordem econômica, com a valorização das análises totalizantes, das reflexões conceituais e das concepções teórico-metodológicas do marxismo.

FONTES

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1978.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

AZEVEDO, Célia Marinha de. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da história: especialidades e abordagens*. 9.ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2013.

_____. *Teoria da História*. 3.ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2013.

_____. *Teoria da História*. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Transformações na história econômica: considerações sobre as mudanças de modelos econômicos no decorrer da história. *Textos de Economia*, Florianópolis, vol. 13, n.2, p. 35-38, jul./dez. 2010.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011.

CARDOSO, C. F. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: DIFEL, 1962.

_____. O modo de produção escravista colonial. In: SANTIAGO, T. A. (Org.). *América colonial: ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHALHOUB, Sidney. Gorender põe etiqueta nos historiadores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1990.

_____. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH- Marco Zero, vol. 8, n. 16, p. 83-105, mar. 1988.

_____. Os mitos da abolição. *Trabalhadores*, Campinas, Secretaria Municipal de Cultura, p. 36-40, 1989.

_____. *Visões da Liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80, *Cadernos AEL*, vol. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH-Marco Zero, vol. 14, n. 27, p. 9-26, 1994.

_____. Da Monarquia à República. 6.ed. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. Da Senzala à Colônia: quarenta anos depois. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA; Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina De (Orgs.) *O Historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE, USP, vol. 17, n. 2, 1987.

COUTINHO, Antônio Rodrigues. *A estrutura agrária brasileira nos censos de 1950 e 1960*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1963.

DECCA, Edgar Salvadori De. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF, 1999.

_____. *A cultura historiográfica nos anos 80: mudanças estruturais na matriz historiográfica brasileira*, IV. Porto Alegre: Evagraf, 1993.

ELKINS, Stanley M. *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*. Chicago: The University of Chicago Press, 1959.

FALCON, Francisco J. F. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, p. 7-30, 1996.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Antônio Celso. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: OLEZER, Raquel (org.). *Do Passado Para o Futuro*. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. Leituras do passado escravista no Brasil. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. (Org.). *Leituras do passado*, Campinas: Pontes Editores, 2009.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. O Significado Histórico da Economia Política. In: FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. (Org.). *Economistas Políticos*. São Paulo: Musa Editora, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FURTADO, Celso. *Dialética do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GOMES, Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP, Campinas, 1992.

GENEVOSE, Eugene. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Como era bom ser escravo no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 dez. 1990.

_____. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso*. Diálogos e duelos. São Carlos: Clara Luz, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1964.

IANNI, Octávio. Escravidão e história, *Debate e crítica*, São Paulo, n. 6, jul. 1975.

_____. *As Metamorfoses do escravo*, São Paulo: DIFEL, 1962.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LAPA, José Roberto. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LARA, Silvia Hunold. Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Revista do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995.

_____. Gorender escraviza a História. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jan. 1991.

_____. Trabalhadores escravos. *Trabalhadores*, Campinas, Secretaria Municipal da Cultura, p. 4-19, 1989.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.8, n. 16, p. 143-160, 1988.

_____. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994.

_____. História e historiografia da escravidão e da abolição em São Paulo. In: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tânia Regina de; IOKOI, Zilda. (Orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Estrutura e agência na historiografia da escravidão. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Reina De (Orgs.). *O Historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: GIANNOTI, José Arthur. (Org.). *Os Pensadores XXXV*. Rio de Janeiro: Abril, 1974.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MAESTRI, Mário. *O escravismo colonial: a revolução copernica de Jacob Gorender*. *Revista Espaço Acadêmico*, Passo Fundo, vol. 35 e 36, n.1 e 2, abril e maio de 2004.

NOVAIS, Fernando. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo: CEBRAP, 1973.

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1981

PINTO, Diana Berman Corrêa. A produção do novo e do velho na historiografia: debates sobre a escravidão brasileira. 2003. Dissertação (Mestrado em História). PUC, Rio de Janeiro, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 24.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de, *Escravidão negra em São Paulo. Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

_____. *Escravidão Negra em Debate*. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

RAGO, L. M. A “nova” historiografia brasileira. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, vol. 11, p.73-97, 1999.

_____. O efeito-foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 3, n. 28, p. 68-69, 1995.

RAMOS, Igor Guedes. GENEALOGIA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2014.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. In: SANTIAGO, F. (Org.) *Textos básicos*. Belo Horizonte: Depto. De Ciências Econ. Da Fac. Filosofia da Univ. de Minas Gerais, 1961.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Ampl. – Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SAES, Décio. O Impacto da Teoria Althusseriana da História na Vida Intelectual Brasileira. In: MORAES, João Quartim de. (Org.). *História do marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações*. Vol. 3. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil Moderno. Tendências e desafios das últimas duas décadas. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan-jun. 2009.

SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai-João, o escravo que negocia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: um balanço das principais perspectivas de pesquisa. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 1, p. 61-70, 1988.

_____. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira-Instituto Nacional do Livro, 1984.

SILVA, Paulo Santos. A historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: OLEZER, Raquel (Org.). *Do Passado Para o Futuro*. São Paulo: Contexto, 2011.

SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos econômicos*, São Paulo, IPE-USP, vol. 17, n. 2, 1987.

_____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, José Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo Brasileiro nas Redes de Poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.133-152, 1989.

TANNENBAUM, Frank. *El negro em las Américas. Esclavo y ciudadano*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão no século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VARELLA, Flávia. *A Dinâmica do Historicismo*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina.Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)* São Paulo: Hucitec, 1998.